


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

SELMA APARECIDA GERALDO BENZONI

**ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS CONGRESSOS NACIONAIS DE
PSICOLOGIA ESCOLAR (CONPE) NO CAMPO DA SEXUALIDADE E
EDUCAÇÃO SEXUAL – 2007 A 2017**



ARARAQUARA – S.P.

2019

SELMA APARECIDA GERALDO BENZONI

**ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS CONGRESSOS NACIONAIS DE
PSICOLOGIA ESCOLAR (CONPE) NO CAMPO DA SEXUALIDADE E
EDUCAÇÃO SEXUAL – 2007 A 2017**

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Sexualidade, cultura e educação sexual.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro

ARARAQUARA – S.P.

2019

Benzoni, Selma Aparecida Geraldo
ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS CONGRESSOS
NACIONAIS DE PSICOLOGIA ESCOLAR (CONPE) NO CAMPO DA
SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL - 2007 A 2017 / Selma
Aparecida Geraldo Benzoni - 2019
153 f.

Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro

1. Sexualidade. 2. Educação Sexual. 3. Psicologia
Escolar. 4. Estado da arte. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SELMA APARECIDA GERALDO BENZONI

**ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS CONGRESSOS NACIONAIS DE
PSICOLOGIA ESCOLAR (CONPE) NO CAMPO DA SEXUALIDADE E
EDUCAÇÃO SEXUAL – 2007 A 2017**

Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação de Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Sexualidade, cultura e educação sexual.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Data da defesa: 13/05/2019

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: **Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro**
Universidade Estadual Paulista –UNESP, Araraquara.

Membro Titular: **Profa. Dra. Ana Claudia Bortolozzi Maia**
Universidade Estadual Paulista – UNESP, Bauru.

Membro Titular: **Profa. Dra. Andreza M. Castro Leão**
Universidade Estadual Paulista –UNESP, Araraquara.

Membro Titular: **Profa. Dra. Lilian Claudia Urlan Junqueira**
Universidade Paulista –UNIP, Ribeirão Preto.

Membro Titular: **Profa. Dra. Maria Cristina Zampieri**
Universidade Paulista –UNIP, Araraquara.

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico este trabalho
Ao Paulo Benzoni
À Gabriela
À Carolina

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida e pela oportunidade de evolução e a Nossa Senhora Aparecida que sempre esteve no meu caminho.

Aos meus pais (Aparecido e Dorotea), responsáveis pelos primeiros passos da minha caminhada acadêmica e que se fazem presentes e compartilham cada etapa.

Ao Paulo Benzoni, meu querido companheiro de jornada, agradeço sua cumplicidade, seu esforço e principalmente seu carinho, respeito e a valorização dos meus diferentes papéis.

Às minhas lindas filhas, Gabriela e Carolina, por me fazerem uma pessoa melhor com suas inquietações, seu carinho, seu acolhimento e, principalmente, por compreenderem a grande empreitada vivida e valorizaram este trabalho.

Ao Mario, meu irmão, por suas incontáveis ajudas, tanto na informática quanto nas palavras.

À minha tia Arlete (*in memória*), que mesmo em seus momentos de dor me fez ver na leitura um caminho para o crescimento e esteve/está presente em cada uma de minhas conquistas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Rennes M. Ribeiro, pela confiança, apoio e estímulo. Agradeço por toda ajuda para a realização desta tese e por me aceitar como parte de seus orientandos.

À Profa. Dra. Andreza M. Castro Leão, por não me deixar desistir, mostrando-me os caminhos, às vezes tortuosos.

À Profa. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi Maia, por sua valiosa contribuição no exame de qualificação, que me fez pensar sobre os meandros do pensamento e da escrita científica.

À Profa. Dra. Ana Cláudia Figueiredo Rebollo, por sua amorosidade, dedicação e preciosa contribuição no exame de qualificação.

À Profa. Dra. Cassia R. Varga, que contribuiu para o desejo de voltar a escrever e me direcionou neste recomeço com toda a graça e amorosidade que lhe são peculiares.

À Patrícia Titoto, por seu trabalho parceiro nas ausências e presenças do trabalho analítico.

Ao Alexey e Stella, amigos/irmãos, sempre presentes, tanto física como emocionalmente.

Às minhas colegas de caminhada: Paola, Érica, Carla, Fátima, Rita, Valéria Prado e Ana Claudia e demais amigxs do NUSEX, agradeço por todas as ajudas ofertadas e recebidas.

Às minhas queridas amigas Caroline Eltink, Claudia C. Fuhs, Lilian Junqueira, Ana Carolina Castanho, Ana Paula Parada, Cristina Zampieri, pessoas especiais, cada qual a seu modo me fortaleceram durante o percurso do doutorado, através de trocas, de conversas e de carinhos.

Aos meus amigos e familiares que sempre torceram pelo sucesso desta trajetória.

Aos meus alunos, pelos questionamentos que levam à reflexão, ao desejo de conhecer, de compreender e sentir o sabor do conhecimento.

*“Somos levados a chamar de violência
as manifestações que sangram,
que quebram,
que matam...
as violências brancas,
assim chamadas porque são, muitas vezes,
naturalizadas como manifestações da cultura e
não são vistas como estopim para a violência vermelha”*

(Maria Teresa Arruda Campos)

RESUMO

O Psicólogo é chamado a contribuir para a compreensão sobre a sexualidade e educação sexual, que envolve a construção da subjetividade humana através de um processo sócio histórico e cultural. O presente trabalho teve por objetivo realizar um Estado da Arte sobre a produção acadêmico/científica dos Congressos Nacionais de Psicologia Escolar (CONPEs) promovidos pela ABRAPEE de 2007 a 2017, nas temáticas sexualidade e educação sexual. Buscou-se, nos resumos publicados em Anais dos congressos, as palavras Sexualidade, Educação Sexual e Orientação Sexual, tanto nos títulos como no corpo dos resumos ou em palavras-chave. A análise dos dados foi realizada de forma quantitativa e qualitativa, seguindo os critérios de Minayo para a análise qualitativa. Foram localizados 42 artigos nos seis CONPEs analisados, o que corresponde a 1,09% do total de resumos, tendo sido apresentado em todos os CONPEs. Houve oscilação quanto ao percentual de resumos relacionados à temática em cada um dos anos, não havendo regularidade entre eles. A maior parte dos trabalhos são provenientes da região sudeste do Brasil, há um predomínio de autoras e quase a totalidade dos trabalhos tem entre os autores ao menos um graduado em Psicologia. A análise de conteúdo foi agrupada em dois eixos: Relato de Experiência (aproximadamente 47% dos trabalhos) e pesquisas científicas (aproximadamente 53% dos trabalhos). No eixo de Relato de Experiência, pudemos observar que há um predomínio de trabalhos sendo realizados com adolescentes em uma abordagem pedagógica de educação sexual, na qual as temáticas sobre infecções sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência são recorrentes e o manejo desses aspectos estão sendo associados a outros, denotando a compreensão da Sexualidade em uma perspectiva biopsicossocial e histórica. Ainda nesse eixo, podem ser localizados trabalhos referentes a educação sexual de crianças, de educadores e pessoas com necessidades especiais. Os trabalhos, no eixo da Pesquisa Científica apresentam um segundo agrupamento: as pesquisas empíricas e as documentais. Os trabalhos empíricos visavam compreender a percepção sobre aspectos relacionados à sexualidade tanto de crianças, adolescentes, educadores, havendo, novamente, um predomínio das pesquisas com adolescentes que mostraram tanto uma percepção da sexualidade de forma ampla como a sexualidade sendo sinônimo de sexo; nos educadores a percepção é mais relacionada a tabus. Nos trabalhos de análise documental mostra-se a inserção de oficialização da educação sexual nas escolas, mas a dificuldade em sua implantação; e nos trabalhos de análise sobre programas televisivos foi possível observar que há um reforço no aspecto negativo da sexualidade. Pode-se observar que a Psicologia tem contribuído para que a sexualidade possa ser discutida no ambiente escolar, com pequenos avanços em comparação com outros momentos históricos, o que faz com que se possa minimizar os preconceitos que podem ser um estopim para ações que levem à violência e à banalização da Sexualidade, sendo necessário um posicionamento político pedagógico que possibilite a circulação do conhecimento como estratégia de quebra das ideias cristalizadas sobre sexualidade e educação sexual.

Palavras-chave: Estado da arte. Educação sexual. Sexualidade. Psicologia Escolar.

ABSTRACT

The psychologist is to contribute about sexuality and sexual education, involving the construction of the subjectivity of the human being, through a cultural and social-historic process. This paper tried to analyze the State of Art about the academic/scientific production of the National Congresses of School Psychology (CONPE), promoted by ABRAPEE from 2007 to 2017, in the sexuality and sexual education thematic. It was searched in the abstracts published in the annals of the congresses the words Sexuality, Sexual Education and Sexual Orientation in the abstract title, as well as in the scope and key words. The analysis of the data was made in a qualitative and quantitative way, using the Minayo criteria for the qualitative one. The 42 articles were found on the six CONPEs analyzed, which correspond to 1,09% of the total of abstracts, being presented in all the CONAPEs. There was an oscillation regarding the percentage of abstracts related to the thematic in each of the years, without a regularity between them. The biggest part of the papers was from the southeast of Brasil, and there is a predominance of female authors and almost all the papers have, among the authors, one person graduated in psychology. The analysis of the content was grouped in two axes: experience report (around 47% of the papers) and scientific research (around 53% of the papers). In the axe of experience report, we could observe that there was a predominance of works being done with teenagers in a pedagogic approach of sexual education, in which talks about sexually transmitted infection and teenage pregnancy is recurrent and these aspects are being associated to others denoting the comprehension of sexuality in a biopsychossocial and historic perspective. Still in this axe it can be found papers regarding sexual education of kids, educators and people with special needs. The papers in the axe of scientific research have presented a second grouping regarding a) the analysis of researches empirical and b) documentaries. The papers empirical were aimed to understand the perception about sexuality related aspects in kids, teenagers and educators, having once again a predominance of researches with teenagers, which showed a perception of sexuality in a wide form and as a synonym of sex; in the educators the perception is more related to taboos. The papers with documental analysis have shown the insertion of the officialization of sexual education in schools, but regarding the difficulty on its implantation; and in the papers of analysis about television programs, it was possible to observe that there is a reinforcement in the negative aspect of sexuality. We're could observe that the Psychologist has contributed for the sexuality to be able to be discussed in the school environment, with small advances when compared to others historic moments, which allows to minimize the prejudices that could be a start to actions that would lead to violence and banalization of sexuality. It is necessary a political pedagogic positioning that makes it possible the dissemination of the knowledge as strategy to brake crystalized ideas about sexuality and sexual education.

Keywords: State of art. Sexual education. Sexuality. School psychology.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Esquema de representação da Sexualidade, suas diferentes perspectivas e profissionais envolvidos39
- Figura 2** – Esquema de agrupamentos dos trabalhos no eixo Relato de Experiência108
- Figura 3** – Esquema de agrupamentos dos trabalhos no eixo Pesquisa Científica118

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Material de divulgação do VIII CONPE (2007).....	68
Imagem 2 – Material de divulgação do IX CONPE (2009).....	74
Imagem 3 – Material de divulgação do X CONPE (2011).....	79
Imagem 4 – Material de divulgação do XI CONPE (2013).....	86
Imagem 5 – Material de divulgação do XII CONPE (2015).....	89
Imagem 6 – Material de divulgação do XIII CONPE (2017).....	94

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Título, autores, graduação e filiação dos autores dos trabalhos apresentados no VIII CONPE (2007) sobre as temáticas Sexualidade e Educação Sexual.....69
- Quadro 2** – Título, autores, graduação e filiação dos autores dos trabalhos apresentados no IX CONPE (2009) sobre as temáticas Sexualidade e Educação Sexual.....75
- Quadro 3** – Título, autores, graduação e filiação dos autores dos trabalhos apresentados no X CONPE (2011) sobre as temáticas Sexualidade e Educação Sexual80
- Quadro 4** – Título, autores, graduação e filiação dos autores dos trabalhos apresentados no XI CONPE (2013) sobre as temáticas Sexualidade e Educação Sexual.....87
- Quadro 5** – Título, autores, graduação e filiação dos autores dos trabalhos apresentados no XII CONPE (2015) sobre as temáticas Sexualidade e Educação Sexual.....90
- Quadro 6** – Título, autores, graduação e filiação dos autores dos trabalhos apresentados no XII CONPE (2017) sobre as temáticas Sexualidade e Educação Sexual.....95
- Quadro 7** – Congressos Nacionais de Psicologia Escolar (CONPEs), data, cidade de realização e tema de cada um, de 2007 até 201798

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Número de trabalhos apresentados em cada CONPE, número de trabalhos referentes à temática Sexualidade e Educação Sexual, percentual de trabalhos relacionados à temática por congresso e no total.101
- Tabela 2** – Características dos autores dos trabalhos apresentados por CONPEs divididos por ano, quanto a número de autores por trabalho, sexo, graduação, filiação universitária e estado de procedência.....104
- Tabela 3** – Agrupamento dos trabalhos por público-alvo e abordagem, o ano de apresentação e a quantidade de trabalhos em cada uma das categorias.....109
- Tabela 4** – Agrupamento por participantes, ano de apresentação e quantidade dos trabalhos de pesquisa com e sem intervenção na temática a Sexualidade e Educação Sexual.....119
- Tabela 5** – Agrupamentos dos trabalhos de pesquisa teórica com a temática Sexualidade e Educação Sexual por tipo de pesquisa realizada, ano e quantidade.125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPEE	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEDIP	Centro Especializado de Doenças Infecto-Parasitárias
CENSE	Centro de Socioeducação
CEPI	Centro de Ensino em Período Integral
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONPEs	Congressos Nacionais de Psicologia Escolar
CRAS	Centro de Referência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
CRPPR	Conselho Regional de Psicologia PR
CRPSP	Conselho Regional de Psicologia SP
ENDIPE	Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino

EPSIBA	<i>Escuela Psicopedagogia de Buenos Aires</i>
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCLAr-UNESP	Faculdade de Filosofia e Letras da UNESP – Araraquara/SP
Geish	Grupo de Estudos Interdisciplinares em Sexualidade Humana
HCFMRP-USP	Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
ISPA	<i>International School Psychology Association</i>
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NES	Núcleo de Estudos da Sexualidade
Nies	Núcleo Integrado de Educação Sexual
NUSEX	Núcleo de Estudos da Sexualidade
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAEC	Programa de Apoio a Extensão e Cultura
PAISM	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PCNs	Parâmetros Curriculares da Educação Nacional
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProSex	Projeto Sexualidade
PSINAED	Comissão Nacional de Psicologia na Educação
Udesc	Universidade Estadual de Santa Catarina
Uefs	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UNIP	Universidade Paulista
WAS	<i>World Association for Sexology</i>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	20
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
1.1 Psicologia escolar e educacional.....	25
1.1.1 Percurso e entrelaçamentos entre psicologia e educação.....	26
1.1.2 Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE).....	34
1.2 Sexualidade e Educação Sexual.....	38
1.2.1 Educação Sexual.....	41
1.2.2 Percursos brasileiros da Sexualidade e da Educação Sexual.....	48
2 JUSTIFICATIVA.....	57
3 OBJETIVOS.....	60
3.1 Geral.....	60
3.2 Específicos.....	60
4 METODOLOGIA.....	61
4.1 “Estado da Arte”.....	61
4.2 Caminhos percorridos.....	64
5 OS CONGRESSOS NACIONAIS E OS TRABALHOS SELECIONADOS.....	67
5.1 VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar (2007).....	67
5.2 IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar (2009).....	73
5.3 X Congresso Nacional de Psicologia Escolar (2011).....	78
5.4 XI Congresso Nacional de Psicologia Escolar (2013).....	85
5.5 XII Congresso Nacional de Psicologia Escolar (2015).....	88
5.6 XIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar (2017).....	93
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	98
6.1 Os CONPEs e a temática Sexualidade e Educação Sexual.....	98
6.2 Caracterização dos autores dos trabalhos apresentados nos CONPEs.....	103
6.3 Análise por conteúdo dos trabalhos apresentados.....	105

6.3.1 Relatos de experiência.....	105
6.3.2 Pesquisas científicas	117
6.3.2.1 Pesquisa empíricas.....	119
6.3.2.1.1 <i>Pesquisa empíricas com intervenção</i>	120
6.3.2.1.2 <i>Pesquisa empíricas sem intervenção</i>	122
6.3.2.2 Pesquisa teórica	125
6.3.2.2.1 Revisão de literatura	126
6.3.3.2 Análise documental.....	127
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS.....	134

APRESENTAÇÃO

As minhas inquietações sobre o trabalho do psicólogo escolar tiveram início durante a graduação em Psicologia, no estágio em Psicologia Escolar e na Iniciação Científica. Em ambos trabalhei com a dificuldade de aprendizagem escolar e sua interface com a avaliação e intervenção da Psicologia, em especial da Psicologia Escolar.

No aprimoramento em Psicopedagogia no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (HCFMRP-USP), ao trabalhar com crianças e pré-adolescentes com queixa de dificuldades escolares, pude observar que as dificuldades na aprendizagem acadêmica não são uma construção linear e podem estar associadas a vários aspectos: cognitivo, afetivo, social e refletem a relação do aprendente com seu entorno.

A partir dessa experiência, no mestrado estudei sobre os instrumentos utilizados para avaliação de crianças com problemas de aprendizagem, utilizando a comparação entre três diferentes grupos, sendo um grupo controle: sem dificuldade de aprendizagem, sem déficit cognitivo e que nunca havia sido atendimento por serviço de Psicologia ou Psiquiatria; um segundo grupo com crianças com queixa de problemas de aprendizagem e sem déficit cognitivo; e um terceiro com queixa de dificuldade de aprendizagem e com déficit cognitivo. Foi possível observar que as avaliações de nível cognitivo com maior profundidade poderiam diferenciar os grupos nos dados específicos, mas não no geral, havendo padrões identificáveis de funcionamento, o mesmo ocorrendo com as questões relacionadas à linguagem e à aprendizagem da lecto-escrita, com a avaliação de mãe e professores (BENZONI, 1998).

Os resultados encontrados durante o mestrado com os grupos me fizeram questionar ainda mais o que levava as crianças e pré-adolescentes a terem dificuldade de aprendizagem, momento em que busquei a formação em Psicopedagogia na *Escuela Psicopedagogia de Buenos Aires (EPSIBA)*, coordenada pela Profa. Alicia Fernandez. Nessa formação, a Psicanálise fez-se presente para entender o aprender e o não aprender associado a aspectos de cunho consciente, pré-consciente e inconsciente, questões edípicas, triangulação, enfim, conteúdos aos quais a Psicanálise poderia dar sua contribuição. E, enquanto aprendente, percebi a necessidade de aprofundar meus estudos sobre a Psicanálise, o que fiz por meio de

grupos de estudo e análise pessoal. Após alguns anos, percebi a necessidade de sistematizar meus conhecimentos com o curso de Especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e com o questionamento sobre o processo de resiliência: o que faz com que algumas pessoas superem suas adversidades e outras não? Realizei uma revisão da literatura sobre resiliência e fiz uma leitura kleiniana do material encontrado (BENZONI; VARGA, 2011).

Concomitante ao curso de especialização, assumi a supervisão/orientação do estágio em Psicologia Escolar, na Universidade Paulista (UNIP), estágio este realizado em diversas escolas de Araraquara/SP e região. Nessa atuação escolar, observei que a Sexualidade permeia o cotidiano da escola de diversas formas: gravidez na adolescência, beijos nos intervalos, comportamentos homoafetivos, danças sensuais, curiosidades infantis e adolescentes, diferença na educação de meninos e meninas e o discurso encoberto institucionalizado com ênfase nas questões biológicas e/ou moral religiosa. A sexualidade muitas vezes é tratada a partir de regras e valores de cunho pessoal e não científico, contrapondo-se ao papel da escola que é o de estimular a sistematização do conhecimento para que o indivíduo possa pensar autonomamente sobre os seus direitos e deveres e sua forma de agir na sociedade.

Com vistas em dois aspectos – a questão da resiliência e os conteúdos de sexualidade encobertos no ambiente escolar – questionei sobre o quanto a não discussão no ambiente escolar sobre a temática poderia contribuir para que as pessoas não desenvolvessem os aspectos resilientes que pudessem favorecer tanto a aprendizagem, como o desenvolvimento de uma sexualidade autônoma e saudável.

Decidi, então, aprofundar minhas leituras e conhecimentos com respaldo científico acerca da temática Sexualidade para, assim, poder discutir com profissionais preocupações e inquietações semelhantes as minhas. Inscrevi-me, primeiramente como aluna especial, em disciplinas que discutiam sobre a Sexualidade e Educação Sexual, nos programas de Pós-Graduação em Educação Escolar e em Educação Sexual da Faculdade de Filosofia e Letras da UNESP – Araraquara/SP (FCLAr-UNESP); comecei a participar das discussões no Núcleo de Estudos da Sexualidade (NUSEX), localizado na FCLAr-UNESP.

Neste Núcleo conheci as pesquisas utilizando o Estado da Arte¹ como recurso metodológico que tinham como propósito investigar os temas Sexualidade e Educação Sexual em congressos de grande porte na área da educação – a) Encontros Nacionais de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE) de 1996 a 2012 (PETRENAS, 2015)²; b) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) 2004 a 2013 (GONINI, 2014)³ – e em contato com o grupo que estuda a historiografia da Sexualidade no Brasil, no Núcleo de Estudos da Sexualidade (NUSEX)⁴, fiquei instigada a conhecer o que tem sido produzido quanto ao tema na área da Psicologia, em especial na Psicologia Escolar.

A partir desses estudos, compreendi que a Educação Sexual faz parte da vida das pessoas desde o seu nascimento (NUNES; SILVA, 2000; FIGUEIRÓ, 2010; FURLANI, 2011), podendo ocorrer informalmente⁵ (não intencional) e/ou formalmente⁶ (intencional) (WEREBE, 1998). Quando se pensa na educação formal e sistemática, a escola é o espaço que nos vem à mente, já que cabe a essa instituição criar situações nas quais os educandos possam sistematizar seu conhecimento e desenvolver condições para realizar análise crítica sobre si mesmos e a sociedade, preparando-se para a atuação efetiva junto à sociedade, obtendo conhecimento científico para isso (BIESDORF, 2011).

Ao sistematizarem o conhecimento, os educadores e/ou especialistas, elegem o conteúdo que deverá ser abordado no ambiente escolar, tendo como referência a formação de cidadãos críticos, na visão atual dos sistema educacional brasileiro, portanto, ‘o que’ ensinar e ‘como’ ensinar no ambiente escolar; o ensino formal perpassa por valores e críticas de grupos de especialistas que apresentam determinada concepção de educação, em função da ideologia e saberes desse grupo, pode ser dada maior ênfase a um aspecto ou outro, ou, até mesmo, encobrirem-se conteúdos que deveriam fazer parte da educação formal.

¹ Orientadas pelo Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro.

² Esta pesquisa refere-se à tese de doutoramento de Rita de Cássia Petrenas, defendida em 2015.

³ Esta pesquisa refere-se à tese de doutoramento de Fátima Aparecida Coelho Gonini, defendida em 2014.

⁴ NUSEX é o Núcleo de Estudos da Sexualidade da Faculdade de Ciências e Letras na UNESP de Araraquara, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro.

⁵ Considera-se educação sexual informal a educação dada através de atitudes e valores, é parte do cotidiano, não há sistematização.

⁶ Considera-se formal a educação que tem o intuito de informar e/ou formar, de ensinar de maneira sistematizada.

Por outro lado, o educando quando chega à escola desconhece o que lhe vai ser oferecido, e traz consigo curiosidades de vários saberes, indiscriminadamente, curiosidades que foram surgindo a partir de sua vivência do cotidiano, não tendo conhecimento do que deveria ou não ser discutido na escola, conhecimentos que podem não estar pleiteados no currículo escolar. Auxiliar o educando na sistematização do conhecimento contribui no desenvolvimento do senso crítico e alimenta a curiosidade em busca de respostas possíveis e adequadas às questões trazidas do cotidiano. Alves (2010) em seu livro *Pinóquio às avessas* provoca a reflexão sobre o aprisionamento que o sistema escolar rígido e com conteúdos pré-estabelecidos pode causar, com danos ao desenvolvimento e à aprendizagem de uma pessoa. Por outro lado, podemos ter uma escola que acolhe e auxilia no desenvolvimento saudável.

Neste cenário escolar, muitas vezes o psicólogo escolar tem sido solicitado para auxiliar no enquadramento do educando às expectativas dos educadores ou para trabalhar com os educandos que não conseguem apresentar comportamentos “adequados” em sala de aula. A Psicologia Escolar tem se manifestado contrária a este lugar, o lugar de ciência é fazer com que possam circular conhecimentos cristalizados, compreendendo que ensino/aprendizagem deve envolver todos os atores da escola, não havendo a culpabilização de um deles quando o processo estiver fora das expectativas definidas. Cabe ao psicólogo entender que os membros da equipe escolar trazem uma demanda consciente, sendo necessário fazer uma leitura da real demanda por trás das falas, isto é, há uma demanda a ser investigada que, no momento, não é possível verbalizar.

Um dos conteúdos escolares que tem sido silenciado⁷ ou não verbalizado⁸ por algumas escolas é referente às temáticas de Sexualidade e à Educação Sexual, apesar de estarem presentes na vivência do cotidiano escolar, já que a Sexualidade faz parte da constituição subjetiva das pessoas em uma perspectiva biopsicossocial e histórica, que fará parte da vida diária das pessoas que constituem a instituição, seja de forma intencional ou não intencional, considerada como parte de todos os atores do ambiente educacional.

⁷ Compreendendo aqui o silenciado como aquele conteúdo que foi trazido à baila, mas não pode ser falado ou discutido.

⁸ O não verbalizado é aquele conteúdo o qual não é possível nem trazer à baila, é o conteúdo incomunicável.

Como o psicólogo escolar é um dos profissionais chamados, frente à demanda sobre a Sexualidade e a Educação Sexual, questiona-se: o que tem sido produzido na intersecção da Psicologia Escolar e a Sexualidade? A produção tem sido pauta de dados científicos? Os Congressos Nacionais de Psicologia Escolar (CONPEs) da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) contribuem para que o psicólogo possa ter uma atuação adequada com a temática Sexualidade?

Frente a tais questionamentos, este trabalho foi desenvolvido com base metodológica no Estado da Arte ou Estado do Conhecimento em CONPEs promovidos pela ABRAPEE, no período de 2007 a 2017.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Psicologia escolar e educacional

O sujeito autor (de pensamentos, de obras, de si mesmo), sujeito capaz de autoria – processo e ato de produção de sentido e de reconhecimento de si mesmo como protagonista ou participante de tal produção [...] que é construído em um processo contínuo, nunca acabados e iniciado inclusive antes do nascimento.

Alicia Fernandez (2001, p. 94)

Para abordar de forma ampla o tema aqui proposto, cremos ser importante compreender o percurso da Psicologia Escolar e Educacional e seu momento histórico, assim como o papel da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) na construção da identidade do psicólogo escolar e educacional.

Inicialmente é interessante refletir sobre a nomenclatura utilizada: Psicologia Escolar e Educacional. Barbosa e Souza (2012, p.164) apresentam um artigo bastante interessante, no qual as autoras relatam a “relação da Psicologia e da Educação, que na verdade ensejam pressupostos teóricos, práticos, metodológicos e inclusive ideológicos [...]” e afirmam que cada um dos termos tem um percurso histórico.

[...] geralmente se usam os termos “Educacional” ou “Escolar”. Além dessas nomeações são comuns os termos: Psicologia **na** Educação, Psicologia **da** Educação, Psicologia **aplicada** à Educação e Psicologia **do Escolar**. [...] Psicologia Pedagógica, Pedagogia Terapêutica, Pedologia, Puericultura, Paidologia, Paido-técnica, Higiene Escolar, Ortofrenia, Ortofrenopedia e Defectologia. [...] Psicotécnica, Psicologia Aplicada às coisas do Ensino, Psicologia para pais e professores, Psicologia da criança, Psicologia do aluno e da professora, Biotipologia Educacional, Psicopedagogia, Psicologia Especial, Higiene Mental Escolar, Orientação Educacional e Orientação Profissional (BARBOSA; SOUZA, 2012, p.164-165, destaques das autoras).

As terminologias encontradas mostraram uma diversidade na relação entre Psicologia e Educação, demonstrada pelas nomenclaturas utilizadas. No momento em que a Psicologia começa a se constituir enquanto área de conhecimento, foi realizada uma diferenciação entre Psicologia Escolar e Educacional:

[...] a psicologia educacional, como conjunto de saberes que pretende explicar e subsidiar a prática pedagógica, sendo, portanto, de domínio necessário para todos os educadores, e a psicologia escolar, como campo de atuação de profissionais da psicologia que atuam no âmbito da escola, desempenhando uma função específica, alicerçada na psicologia e que se caracterizou inicialmente por adotar o modelo clínico de intervenção (ANTUNES, 2008, p.472).

A diferenciação apresentada por Antunes (2008) não corre de forma regular, às vezes se perdendo ao longo do percurso histórico, sendo utilizado o termo Psicologia Escolar, que abarca tanto a prática como a teoria, já que uma não se faz sem a outra, elas podem ser vistas com definições diferentes, mas estão inter-relacionadas. A inter-relação entre teoria e prática faz parte do fazer científico que deve ser abarcado pela ciência.

No final de seu artigo sobre a nomenclatura, Barbosa e Souza (2012) apresentam argumentos sobre a importância de manter os dois termos, 'Escolar' e 'Educativo', já que assim fica marcado o percurso histórico da Psicologia Escolar até se constituir enquanto uma especialidade da Psicologia e a busca da identidade profissional, já que a identidade está colada à história de sua construção.

Portanto, a Psicologia Escolar e Educativa vai se construindo enquanto especialidade da Psicologia, e carrega em si a marca de seu percurso, apesar de não haver diferenciação entre a Psicologia Escolar e Educativa, sendo que muitos autores e até mesmo o Conselho Federal de Psicologia (FRANSCHINI; VIANA, 2016) utilizam indiscriminadamente os termos Psicologia Escolar para se referirem tanto à teoria como à prática profissional. Neste trabalho utilizamos o termo Psicologia Escolar para referirmos a ambos.

1.1.1 Percurso e entrelaçamentos entre psicologia e educação

Antunes (2008), ao relacionar a Psicologia e a Educação, relata que esta inter-relação pode ser observada mesmo antes de ambas tornarem-se ciências. Com a modernidade e a necessidade de compreender os fazeres e saberes de cada parte do conhecimento, a relação entre os conhecimentos torna-se complexa e ampla, especialmente as mediações do conhecimento, que podem ser vistas ao longo da construção do ser humano.

Nesta seção daremos ênfase à história da construção da Psicologia Escolar ocorrida no Brasil, no final do século XIX e nos séculos XX e XXI.

Os conhecimentos advindos de experimentos, nomeados como sendo da Psicologia, no Brasil, têm sua interface com a Educação a partir do final do século XIX, com a incorporação de conteúdos relacionados à aprendizagem e ao desenvolvimento, nas discussões das Escolas Normais, conteúdos estes que mais tarde seriam considerados objetos de estudo da Psicologia Educacional (ANTUNES, 2005; BARBOSA; SOUZA, 2012).

No final do século XIX e início do século XX, ocorrem, no Brasil, mudanças sociais advindas da modernização, da exportação agrária e da industrialização. Tais transformações de cunho social e econômico fizeram com que a relação do homem com o trabalho tivesse que ser modificada para que se pudesse conviver nesta nova organização social.

Concomitantemente às mudanças sociais, chegaram ao Brasil as ideias da Escola Nova, movimento europeu e norte-americano que valorizava a participação do educando no processo educativo, tendo a escola o objetivo de construir condições para que o educando pudesse ser parte de uma sociedade verdadeiramente democrática. A Escola Nova

[...] representa o esforço de superação da pedagogia da essência pela pedagogia da existência. Não se trata mais de submeter o homem a valores e dogmas tradicionais e eternos nem de educá-lo para a realização de sua 'essência verdadeira'. A pedagogia da existência volta-se para a problemática do indivíduo único, diferenciado, que vive e interage em um mundo dinâmico (ARANHA, 2006, p.167).

A alteração na concepção da Educação, em que o educando deveria ter um papel ativo, atrelada às mudanças sociais ocorridas no Brasil, fez com que o educador devesse atuar de modos diferentes, sendo necessária formação para que as ideias da Escola Nova pudessem integrar-se efetivamente.

As escolas normais passaram a ser o principal centro de propagação das novas ideias, baseadas nos princípios escolanovistas, com vistas à formação dos novos professores, encarregando-se do ensino, da produção de obras e do início da preocupação com a produção de conhecimentos por meio dos então inaugurados laboratórios de psicologia, fatores estes que deram as bases para as reformas estaduais de ensino promovidas nos anos 1920 e foram por estes potencializados (ANTUNES, 2008, p.471).

Junto às Escolas Normais e as instituições psiquiátricas, vários laboratórios de Psicologia foram montados e implantados, ao lado das escolas normais, tendo vários nomes importantes associados a eles como Waclan Radeck, Manoel Bonfim, Ulisses Pernanbucano dentre outros. (ANTUNES, 2008). Estes laboratórios permitiram o estudo e a atenção no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças, fortalecendo a contribuição da Psicologia, ainda não reconhecida como ciência, na construção do ser humano. Nesse panorama, no início do século XX, Psicologia e Educação estavam imbricadas e diretamente associadas uma a outra em termos práticos e teóricos.

Na década de 1930 a Psicologia começou a ser considerada como área de conhecimento, fortalecida pelos trabalhos desenvolvidos junto à Educação e aos Hospitais Psiquiátricos⁹ (ANTUNES, 2005). Os trabalhos desenvolvidos juntamente com a Educação deram base para a atuação da Psicologia em suas áreas clássicas: clínica, escolar e organização para o trabalho, tendo como ação profissional as orientações sobre aprendizagem, desenvolvimento e profissão. A inserção da Psicologia como disciplina na grade curricular dos cursos de Filosofia, Ciências Sociais e Pedagogia (CRPSP, 2011), ocorreu concomitantemente, o que a fortaleceu enquanto área de conhecimento e profissão.

Durante as décadas de 1940 e 1950, a Psicologia foi construindo e ampliando os espaços de atuação e conhecimento, com o intercâmbio com o exterior e o aumento das publicações em Psicologia. Os psicólogos organizaram-se em associações de Psicologia para reivindicar a regulamentação da profissão.

Nos anos 1950 uma sucessão de fatos amadurece a luta: o primeiro pedido de registro de um consultório de psicopedagogia no Ministério da Educação; o primeiro Congresso Brasileiro de Psicologia, em Curitiba; o primeiro anteprojeto sobre a formação e regulamentação da profissão, apresentado pela Associação Brasileira de Psicotécnica; a criação dos cursos de Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e na PUC de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 1958 é apresentado o Projeto de Lei 3825 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de psicologista (CRPSP, 2011, *online*).

⁹ Neste trabalho daremos ênfase à Educação. Para aprofundar as questões históricas da área dos hospitais psiquiátricos pode ser consultada a referência ANTUNES, M. **A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: Ed. Unimarco, EDUC, 2005.

O fortalecimento da Psicologia enquanto área de conhecimento autônoma culminou na “Lei 4119 de 27 de agosto de 1962 [que] reconhece a profissão de psicólogo, fixa normas para a atuação profissional e estabelece um currículo mínimo para sua formação” (CRPSP, 2011, *online*). No capítulo I, artigo 1º, lê-se: “A formação em psicologia far-se-á nas faculdades de filosofia, em cursos de bacharelado, licenciado e psicólogo.” (BRASIL, 1962); seu capítulo II trata “Da vida escolar”; o capítulo III: “Dos direitos conferidos aos diplomados”; capítulo IV: “Das condições para funcionamento dos cursos”; capítulo V: “Da revalidação de diplomas”; e capítulo VI das “Disposições gerais e transitórias”. E somente o Decreto nº 53.464, de 21 janeiro de 1964 regulamenta a Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a profissão de psicólogo (BRASIL, 1964).

A atuação do psicólogo, naquele momento, ocorria nas três áreas tradicionais: clínica, escolar e nas organizações. A partir da regulamentação, a Educação que era a base para Psicologia, tornou-se secundária, até mesmo pela preferência de atuação nas áreas clínica e organizacional. Segundo Antunes (2008), tal fato pode ter contribuído para que a atuação do psicólogo escolar se voltasse para uma atuação clínico-terapêutica, segundo um modelo médico de ação.

A utilização de modelo clínico-preventivo ou clínico-terapêutico e a produção do conhecimento advindo dessa atuação, realizada pela Psicologia Escolar, geraram críticas da Educação já que, ao utilizar-se de um modelo clínico e da aplicação de testes com o propósito de avaliação individual, culminou em uma leitura reducionista sobre os problemas de aprendizagem e de escolarização, sendo mais tarde discutido (este modelo) por Saviani (2005) como parte do processo de exclusão dos alunos que apresentavam problemas, texto em que o autor discute sobre as questões ideológicas do processo educacional.

Esse olhar reducionista trouxe críticas ao psicólogo escolar voltadas para as descondições de determinantes sociais, culturais, econômicos e pedagógicos envolvidos no processo educativo. Tais ações poderiam contribuir para a culpabilização da criança pelo fracasso escolar.

A Psicologia Escolar começou a perceber que o modelo médico terapêutico não se adequava ao contexto escolar, já que nesse modelo retirava-se o sujeito de seu ambiente para depois devolvê-lo. Porém, não podemos desconsiderar que o processo educativo ocorre no sujeito, na construção da subjetividade, que deve ser estudada

pela Psicologia Escolar e, assim, fundamentar a matriz de atuação do psicólogo escolar.

Até esse momento, a Psicologia, apesar das críticas, acreditava que a possível classificação das crianças-problema contribuiria para que as mesmas pudessem ser atendidas em suas necessidades de forma mais adequada. Portanto, o 'classificar' poderia ter dois olhares: o de exclusão, mas também o de atendimento às necessidades específicas, podendo ter para as duas leituras respaldo da área e conhecimento positivista e higienista.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, com as críticas vindas de várias áreas, surgiram alguns trabalhos que iniciaram o processo de transformação na atuação do psicólogo escolar. Segundo Cavalcante e Aquino (2013) e Ramos (2011), a materialização dessas críticas acontece com a tese da professora Maria Helena de Souza Patto, defendida em 1981 e transformada no livro *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar* (PATTO, 1984), em que a autora questiona as bases epistemológicas da Psicologia Escolar e suas finalidades, uma vez que já havia apresentado uma visão não clínica de Psicologia Escolar em outro livro, *Introdução à Psicologia Escolar* (PATTO, 1981). Patto (1981) propunha o abandono da atuação clínico-terapêutica e a construção de novas maneiras de compreensão do fracasso escolar, dando início ao debate sobre a identidade e a função do psicólogo escolar.

A partir de meados da década de 1980, houve grande transformação no que tange à sociedade brasileira, historicamente foi o momento em que o país deixou um regime de ditadura e passou a ser regido pela democracia. Tal ação de cunho macrossocial transformou também a visão dos profissionais das áreas da Saúde e Educação, chamando-os para contribuir com e para a sociedade de forma mais ampla, a visão do psicólogo passou a ser pautada no compromisso social, independentemente de seu espaço de atuação.

Segundo Guzzo *et al.* (2010), somente em 1995 o Brasil começou a publicar os indicadores da Educação e se pode ter uma visão mais crítica da realidade. Apesar da possibilidade de ampliar a visão sobre o sistema educacional, o psicólogo continuou a ser visto como o clínico com modelo médico (GIONGO; OLIVEIRA-MENEGOTTO, 2010), mas sem ter uma posição estabelecida no sistema educacional, sendo alocado para secretarias de saúde e assistência social, e não dentro das escolas.

Hennigen (2011, p.53) diz que, a partir das críticas, os problemas escolares descolaram-se do aluno e se passou “a considerar as condições socioeconômicas, culturais e políticas brasileiras, a realçar a desigualdade social, a falta de compreensão e acolhida (das necessidades e peculiaridades) dos alunos pela escola”, destacando que a superação estaria a cargo de uma posição crítica sobre os contextos e instituições, como uma ética da transformação social (GUZZO, 2005).

Desde a década de 1980, muitos pesquisadores têm produzido estudos que mostram a necessidade do psicólogo no sistema educacional, no qual tem um papel ético e político frente às demandas intra e extra institucionais. (GUZZO, 2005; SAVIANI, 2005; MEIRA *et al.*, 2006).

Em 2008 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) criou o ano da Educação como uma estratégia para que os psicólogos escolares pudessem repensar suas práticas. Havia indícios de pluralidade entre as atuações e concepções e tal estratégia culminou no Seminário Nacional do Ano da Educação que tinha como lema “Psicologia: profissão na construção da educação para todos”. O documento criado do Seminário ressaltava a importância do ano da Educação, que teve como temas geradores para discussão: 1) Psicologia, Políticas Públicas Intersectoriais e Educação Inclusiva; 2) Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática; 3) Psicologia e Instituições Escolares e Educacionais e 4) Psicologia no Ensino Médio; e 4) Integração da Psicologia buscando um “Sistema Articulado de Educação” (CFP, 2009).

Hennigen (2011), buscando compreender as expectativas e atuação do psicólogo escolar, desenvolveu uma mescla de pesquisa e curso virtual no qual os psicólogos revelavam sobre suas expectativas e atuações. Um dos instrumentos utilizados foi o fórum no qual foi observado, pela autora, o desejo dos participantes em conhecerem a experiência de outros participantes e a pluralidade fez-se presente novamente, desde aspectos como aluno, família, instituição, Sexualidade, TDHA, *bullying*, dentre outros. Nesse estudo ficou evidente que, apesar de muitas mudanças, o papel do psicólogo na escola, como especialista, ainda é o de resolver problemas de forma urgente, mesmo sabendo da necessidade de envolvimento de todos os atores da instituição educativa e a expectativa de que se tenha ferramentas para solução imediata do que incomoda a instituição. Ela conclui dizendo da importância do psicólogo no campo relacional.

É sabido que o psicólogo deve ocupar um espaço no ambiente escolar que possibilite a circulação do conhecimento, através de rede de relações e de informações com os diferentes atores que fazem parte da vida institucional (alunos, família, professores, coordenadores, funcionários). O manejo do psicólogo para que haja circulação de conhecimento pode dar-se desde a atuação no projeto político pedagógico da escola, até no processo ensino-aprendizagem, na formação de educadores, na educação inclusiva e com grupos de alunos (MARTINEZ, 2010; CFP, 2013). Independentemente do espaço ocupado pelo psicólogo, o seu foco está nas relações intra e interpessoais e na relação com o aprender e ensinar.

O pensamento de que o trabalho do psicólogo escolar pauta-se em rede de relações tem sua base teórica na ideia de que o homem constrói-se a partir de suas relações e na internalização das relações. Após várias críticas sofridas pela Psicologia Escolar, a categoria buscou referências de identidade e de atuação (SANTOS *et al.*, 2017a) como respostas aos dilemas dos psicólogos escolares entre a atuação em um modelo clínico criticado e um modelo social no qual as políticas públicas nacionais se embasavam.

Dentre os referenciais teóricos utilizados na Psicologia Escolar, e que utilizamos nestes estudos, podemos citar o da Psicologia Sociocultural que concebe o homem como um ser histórico e social e que, pelo processo de aprendizagem e desenvolvimento, participa da coletividade, ideia advinda de Vigotski¹⁰:

[...] o homem aprende a ser homem o que implica o trabalho educativo (SAVIANI, 2008). O homem é o único animal que nasce inacabado. Ele precisa aprender a ser homem. Esse processo de hominização vincula-se à organização social (todas as instâncias sociais educam). Já o processo de humanização vincula-se ao processo dialético entre o homem e a cultura (CEREZUELA; MORI, 2015, p.1261).

O que faz com que o homem aproprie-se dos conteúdos elaborados pela humanidade é a Educação, a partir do processo de aprendizado, que ocorre em uma relação dialética estabelecida entre o sujeito e o mundo, considerando o indivíduo como um ser ativo no processo, já que a subjetivação faz-se através de processo de internalização das funções psicológicas superiores.

¹⁰ Vigotski apresenta diferentes grafias em língua portuguesa, ao longo do texto utilizarei esta e nas referências seguirei o formato da publicação.

Para que o sujeito torne-se humanizado é necessário que ele possa apropriar-se da cultura, do que foi construído historicamente e isso só ocorre na relação com outros seres humanos em uma troca na qual é modificado e modifica o outro, em uma relação dialética (TANAMACHI, 2014). Para tanto, utiliza de instrumentos e da linguagem. Segundo Maia *et al.* (2012), a interação entre os seres humanos é importante para a sobrevivência da espécie e para que se possa apropriar-se do saber escolar, já que esta instituição tem a função de oferecer ao educando o conhecimento sistematizado.

Tendo como base a Psicologia Sociocultural, o papel do psicólogo escolar modifica-se. Ele não mais avaliará ou a intervirá com o diferente que precisa se “adaptar” e se “igualar” aos demais, mas, sim, com a função de auxiliar na apropriação dos saberes escolares, por meio da interação e da troca em diferentes temas, dentre eles a Sexualidade. Como refere Meira *et al.* (2006), é essencial que a escola debata sobre Sexualidade já que ela faz parte da constituição e todo ser humano é construído ao longo da vida, manifestando-se de formas diferentes. Nesse momento histórico, a Psicologia assume um compromisso político por uma escola democrática, envolvendo a construção da subjetividade e trabalhando a diversidade com todos os atores da escola (CFP, 2013).

Com esta visão sobre a Psicologia Escolar e Educacional, nas últimas décadas, o profissional tem atuado também fora dos muros escolares, o que lhe permitiu assumir um direcionamento para a compreensão do desenvolvimento humano e não apenas da dificuldade de aprendizagem e comportamento, como vinha ocorrendo ao longo da história da Psicologia e da Educação no Brasil.

Para Guzzo *et al.* (2010, p.134),

A atuação dos psicólogos escolares tem defendido a escola em sua função social e política como espaço marcado por diversas contradições, mas também como possibilidade de criação de uma sociedade mais justa, conforme discute Marinho-Araujo (2009b). Por isso, destaca-se sua importância enquanto local de atuação para o psicólogo escolar, mas não restrito a ela.

O psicólogo, enquanto profissional que contribui para a construção de um ser cidadão, terá que realizar sua atuação em dimensão institucional, voltado para as relações intersubjetivas (SOARES; ARAUJO, 2010), atuando tanto na instituição

escolar (BARBOSA, 2011) como em instituições de cunho filantrópico (SOARES; ARAUJO, 2010).

Uma pesquisa desenvolvida pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia em conjunto com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) mostrou que existem psicólogos trabalhando em diversas frentes: “direcionados à educação básica, à educação especial/inclusiva e na interface entre educação e saúde” (CFP, 2013, p.21), que têm sido desenvolvidos com base nas múltiplas demandas e especificidades da população atendida, como afirma o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013, p.21): “[...] um dos principais desafios vividos no cotidiano desses profissionais é a desvinculação do papel da(o) psicóloga(o) de expectativas sobre a realização de um trabalho clínico na educação básica [...]”, assim como trabalho sendo desenvolvidos fora do espaço da instituição escolar, em instituições que buscam a inserção social das pessoas (SOARES; ARAUJO, 2010), considerando o indivíduo como inserido em uma sociedade com umas especificidades históricas e culturais.

O CFP, com o propósito de acompanhar, avaliar e orientar uma atuação de psicólogos para a área de Psicologia Escolar e Educacional, incluiu no seu Planejamento Estratégico para a gestão do XVI Plenário ações organizadas por meio da Comissão Nacional de Psicologia na Educação (PSINAED). Essas informações fazem parte de uma cartilha desenvolvida por Franschini e Viana (2016), publicada pelo CFP com o título *Psicologia escolar: que fazer é esse?*, mostrando a importância da construção de uma identidade do psicólogo escolar.

Em suma, a Psicologia Escolar, hoje constituída como uma área de conhecimento, tem o papel de ir além das questões de cunho individual, um papel social e político em sua atuação na instituição escola ou em outras instituições relacionadas à construção do aprender. Com esse compromisso de cunho social, não podemos silenciar frente aos vários aspectos envolvidos na ação de ensino-aprendizado, entre elas a Sexualidade.

1.1.2 Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)

De modo a apresentar a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), recorreremos ao site oficial da instituição, compreendendo ser

este a fonte mais fidedigna da identidade da mesma. No site oficial: <https://abrapee.wordpress.com>, foram consultadas as abas “início”, “sobre” (o que é ABRAPEE, nossos objetivos, estatuto, Psicólogo Escolar, diretoria e eleições), “associe-se”, “renove sua anuidade”, “a revista” (*downloads*, encaminhar manuscritos, normas de publicação e contato), “fórum de medicalização”, “CONPE” (Congressos Nacionais de Psicologia Escolar do VI em 2003 até o XII em 2017), “mídia boletim de notícias”, “boletim eletrônico”, “clipping ABRAPEE”, “representações” (representação em Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rondônia, São Paulo, Goiás e representações) e “contato”.

A ABRAPEE é uma sociedade civil sem fins lucrativos que tem por “finalidade incentivar o crescimento da ciência e da profissão de psicólogo escolar e educacional, como um meio de promover o bem-estar e o desenvolvimento humano, enfocando, para isto, o processo educacional no seu sentido mais amplo” (ABRAPEE, *online*). Assim como “o reconhecimento legal da necessidade do psicólogo escolar nas instituições de ensino, bem como divulgar pesquisas nas áreas de psicologia escolar e educacional” (ABRAPEE, *online*).

A Associação foi gestada na visita feita pelo Dr. Thomas Oakland (*University of Texas*) à Universidade de Brasília, onde trabalhava Solange Wechsler, e durante as Reuniões Anuais da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto nos anos de 1988 e 1989. Um primeiro impasse foi o nome a ser dado à Associação, devido às questões de nomenclatura, sendo decidido por Psicologia Escolar e Educacional. Outro impasse referia-se a quem esta Associação aceitaria como membros, sendo decidido que poderiam participar psicólogos e educadores, com a ressalva de que a presidência seria exercida por psicólogo, já que era uma associação para fortalecimento da profissão de psicólogo escolar. A associação foi constituída por seções estaduais: em 1988 a Dra. Solange Wechsler fundou, em conjunto com um grupo de profissionais em Psicologia Escolar e Educacional da rede pública de Brasília/DF, a seção ABRAPEE-DF; em maio de 1989 a seção ABRAPEE-SP foi fundada pela Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo; outros grupos organizaram-se, mas não se constituíram como seção formalmente, em Minas Gerais com a Dra. Eulalia Maimoni, no Pará com Dra. Raquel Bechara e no Rio de Janeiro com a Dra. Vera Gomes. Em 1991 decidiu-se que haveria a ABRAPEE nacional, uma entidade para congregar os diferentes estados e possibilitar a participação de todos os profissionais

brasileiros, sendo assim, durante o I Congresso de Psicologia escolar na cidade de Valinhos/SP foi criada a ABRAPEE (WITTER, 1996).

O estatuto vigente da ABRAPEE data de 11 de setembro de 2015 e dele constam as informações referentes ao funcionamento da Associação. Fundada em primeiro de novembro de 1991¹¹, com sede na cidade de São Paulo, inicialmente teve um quadro social composto por associados de diferentes formatos, psicólogos e outras áreas afins com interesse na educação. Atualmente a ABRAPEE é composta por Diretoria, Conselho Fiscal, Comitês Assessores e Representações Estaduais; a diretoria é eleita mediante eleição, tendo direito a voto os associados efetivos e associados membros de áreas afins, quites com as suas obrigações pecuniárias, a cada dois anos, podendo ser reeleitos por mais um mandato.

Quanto aos objetivos da associação tem-se:

- a) Incentivar a melhoria da qualificação e serviços dos psicólogos escolares e educacionais, assegurando padrões éticos e profissionais;
- b) Estimular a realização de estudos científicos nas áreas da psicologia escolar e educacional;
- c) Promover condições para o reconhecimento legal da necessidade do psicólogo nas instituições ligadas ao ensino;
- d) Divulgar atividades práticas e de pesquisa dos psicólogos escolares e educacionais;
- e) Congregar psicólogos e entidades afins nas áreas da psicologia escolar e educacional promovendo encontros, congressos estaduais, nacionais e internacionais e outros similares;
- f) Incentivar o intercâmbio entre psicólogos escolares e educacionais;
- g) Atualizar os psicólogos escolares e educacionais promovendo seminários, encontros, conferências e palestras;
- h) Fomentar a criação de um banco de dados sobre estudos referentes às áreas de atuação do psicólogo escolar;
- i) Organizar um registro nacional sobre os psicólogos escolares e educacionais brasileiros;
- j) Publicar informativos, revistas e/ou periódicos sobre tópicos de interesse dos psicólogos escolares e educacionais;
- k) Estimular e apoiar a criação de grupos de estudo sempre que houver psicólogos escolares que possam se agrupar com este fim;
- l) Recuperar e preservar a história da psicologia escolar e educacional no país;
- m) Colaborar com outros grupos e entidades que tenham objetivos afins com os da ABRAPEE;
- n) Divulgar e cooperar com as ações da Associação Internacional de Psicologia Escolar – ISPA (ESTATUTO DA ABRAPEE, 2015, *online*).

Para que tais objetivos fossem alcançados, o artigo 32 do Estatuto da ABRAPEE cita os Congressos Nacionais que devem ocorrer bianualmente, com temas pertinentes aos interesses dos psicólogos escolares e educacionais, com local

¹¹ Data do I Congresso Nacional de Psicologia Escolar.

a ser indicado em assembleia geral e, dado o aceite, a diretoria nomeia um presidente para a comissão organizadora local, que submete suas decisões à diretoria (ABRAPEE, 2015).

O I Congresso Nacional de Psicologia Escolar (CONPE) foi realizado em 1991 na cidade de Valinhos/SP, como já dito, e foi um marco importante para a criação da ABRAPEE Nacional com 400 participantes. O XIII CONPE em 2017 (o último até o presente momento) foi realizado em Salvador/BA com quase dois mil participantes. Os congressos I, II, III, IV, V não são disponibilizados no ambiente virtual (site da ABRAPEE), a partir do congresso de 2007 todos os CONPEs estão disponíveis com o livro de resumo e de trabalhos completos.

Na atualidade, vários encontros de cunho regional têm sido realizados, assim como seminários promovidos pela ABRAPEE, voltados para atuações do psicólogo escolar.

Além dos Congresso e dos encontros regionais, a ABRAPEE conta, desde 1996, com a Revista de Psicologia Escolar e Educacional que, conforme diz o presidente em exercício da ABRAPEE em seu primeiro número: “A revista da ABRAPEE deverá ser um espaço para a Psicologia Escolar como ciência e profissão [...]” (GUZZO, 1996, p.2). A criação da revista fez com que os trabalhos desenvolvidos pelos psicólogos escolares e educacionais pudessem ter um espaço privilegiado para a publicação. Atualmente a revista tem avaliação Qualis – A2-Nacional em Psicologia, o que lhe confere credibilidade e boa avaliação pelos órgãos competentes (ABRAPEE, *online*).

Petroni e Souza (2017) dizem que a ABRAPEE é um dos movimentos que concentra esforços de pesquisadores e profissionais para a consolidação do campo de atuação do psicólogo escolar. Sendo a ABRAPEE uma associação que representa os psicólogos escolares e sendo os congressos um espaço de divulgação e trocas relacionadas de pesquisas, estudos e vivências em Psicologia Escolar, acreditamos que seja um espaço interessante para responder à pergunta de pesquisa, no que se refere às apresentações de trabalhos nos CONPEs, com as temáticas Sexualidade e Educação Sexual.

1.2 Sexualidade e Educação Sexual

Melhor do que a criatura, fez o criador a criação.
A criatura é limitada. O tempo, o espaço, normas e costumes.
Erros e acertos. A criação é ilimitada. Excede o tempo e o meio.
Projeta-se no Cosmos.

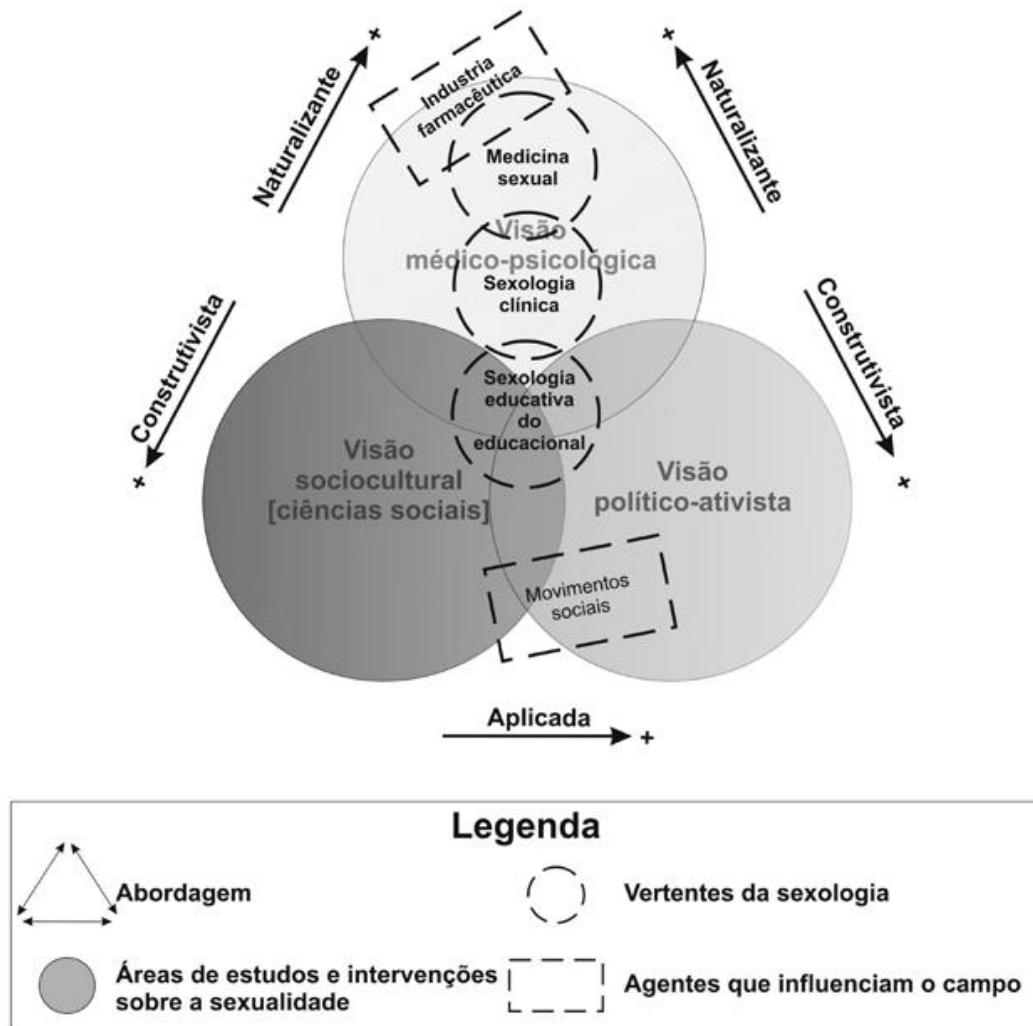
Considerações de Aninha. Cora Coralina

Falamos de Sexualidade e Educação Sexual não é tarefa fácil, tanto pela sua diversidade de compreensões – desde o senso comum até a abordagem científica – como pelo tabu ao qual o tema está relacionado e as mudanças passíveis de ocorrer com a definição devido a momentos sociais e históricos.

No estudo de Russo *et al.* (2011) sobre a Sexualidade no Brasil, eles referiram duas grandes vertentes de estudo e atuação: a clínica sexual (medicina sexual e sexologia clínica) e a Educação Sexual.

Para os autores referidos acima, a divisão entre a clínica sexual e a Educação Sexual deve-se à abordagem teórica à qual o estudioso pertence, a base teórica de cada um dos paradigmas, que fazem com que os constructos sobre Sexualidade sejam diferentes e, conseqüentemente, a atuação sobre a temática também. Encontraram tanto uma visão biológica como uma visão da construção social-histórica, sendo a primeira mais utilizada por médicos, especialmente urologistas, voltada para a saúde sexual masculina, enquanto a da construção social mais voltada para Educação Sexual é utilizada predominantemente por psicólogos, educadores e cientistas sociais. Para melhor visualização desses aspectos, os autores desenvolveram um esquema de representação da Sexualidade, suas diferentes perspectivas e profissionais envolvidos, como mostrado na Figura 1.

Figura 1 – Esquema de representação da Sexualidade, suas diferentes perspectivas e profissionais envolvidos



Fonte: RUSSO *et al.* (2011, p.134).

A Figura 1 mostra um esquema de representação da Sexualidade, suas diferentes perspectivas e profissionais envolvidos. Delineia o quadro da Sexualidade brasileira, mostrando que os aspectos biológicos sofrem grande influência dos laboratórios e os movimentos sociais mostram aspectos de uma visão sócio cultural e política. A Educação Sexual, denominada “Sexologia educativa do educacional”, estaria na intersecção de aspectos médicos, sociais e políticos (RUSSO *et al.*, 2011), portanto a Educação Sexual seria perpassada por todas as esferas que envolvem a Sexualidade.

Nunes (2003, p.14-15) alerta que

[...] não se fala da sexualidade de maneira fragmentada, dividida, estanque. As relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes.

A partir dessa perspectiva, é necessário pontuar de que lugar estamos a discursar sobre a Sexualidade, compreendendo-a como algo amplo e complexo já que consiste em uma construção humana, que se transforma ao longo do tempo, em função de posicionamentos políticos, econômicos, sociais e históricos (STEARNS, 2010). Considerando a definição de Sexualidade da Organização Mundial da Saúde, temos que:

[...] sexuality is a central aspect of being human throughout life encompasses sex, gender identities and roles, sexual orientation, eroticism, pleasure, intimacy and reproduction. Sexuality is experienced and expressed in thoughts, fantasies, desires, beliefs, attitudes, values, behaviors, practices, roles and relationships. While sexuality can include all of these dimensions, not all of them are always experienced or expressed. Sexuality is influenced by the interaction of biological, psychological, social, economic, political, cultural, legal, historical, religious and spiritual factors.” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2006, online)¹².

Por essa definição da Organização Mundial da Saúde, percebemos que a sexualidade é um conceito que vai além da relação sexual ou coito e que é influenciada por diversos fatores, sendo assim, podemos considerar que

O conceito de sexualidade é, portanto, um conceito abrangente, pois além da necessidade de considerar o modo como culturalmente se percebe e vive as práticas sexuais e suas representações, também é importante lembrar que ela se configura no indivíduo erotizado a partir de uma predisposição difusa e polimorfa que se amolda segundo as experiências individuais do sujeito, mediadas por valores, ideais e modelos culturais (MAIA, 2010, *online*).

¹² Tradução livre da autora: “Sexualidade é um aspecto central do ser humano durante toda sua vida e abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experimentada e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais.”

Ao conceber sexualidade dessa maneira, diferencia-se de sexo que envolve a necessidade fisiológica, o coito em si e os órgãos genitais. A sexualidade envolve elementos de diferentes instâncias, ocorre apenas no ser humano, pois é um dispositivo histórico, uma invenção social, determinada por normas e saberes que reprimem, controlam e limitam a compreensão da mesma (RIBEIRO, 2004).

Para Figueiró (2014, p.48),

A sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético. A sexualidade não pode, pois, ser restringida à sua dimensão biológica, nem à noção e genialidade, ou de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma “parte” do corpo. Ela é, pelo contrário, uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais

Estas definições de sexualidade fizeram-nos refletir sobre esta como parte do humano, relacionada a diferentes formas de afeto, até o afeto genital, isto é, o coito em si. Tais manifestações da sexualidade e vivência são diferentes em função da idade de cada pessoa, iniciando com o nascimento e terminando com a morte, em função das condições afetivas, cognitivas e sociais da pessoa e do momento histórico em que vive.

A perspectiva de nosso trabalho está voltada para as questões de cunho da Educação Sexual, na qual a sexualidade é ampla e construída historicamente, sendo influenciada e influenciando o entorno dos seres humanos. Entende-se aqui entorno não só como aspectos externos às pessoas, mas também os aspectos que foram internalizados.

1.2.1 Educação Sexual

A sexualidade de uma pessoa constrói-se dialeticamente, como parte estruturante da personalidade e tem sua base na Educação Sexual, que, segundo Figueiró (1996, p.51), é

[...] toda ação sobre ensino/aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja em nível de conhecimento de informações básicas, seja em nível de conhecimento e/ou discussões em reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual.

Bonfim (2012, p.33) complementa:

[...] é uma prática ou ação de transmissão de conhecimento, representações, valores e práticas, ou seja, é essencialmente uma forma de educação. E como prática educacional é uma questão cultural, histórica e social, seu entendimento é marcado pelas mudanças ocorridas no modo de produção basilar da sociedade, envolvendo, além da dimensão biológica, a subjetividade, a afetividade, a ética, o desejo, a religiosidade, entre outras dimensões.

Ao pensarmos em Educação Sexual, mesmo que esta não ocorra no ambiente escolar, devemos ter em mente os aspectos advindos da visão educacional, marcados por razões ideológicas, os quais reprimem tanto o educador como o educando, pois a Educação Sexual faz-se por seres sexualizados, em um contexto sócio-histórico.

A Educação Sexual pode ocorrer basicamente de duas maneiras: informalmente ou não intencional; e formalmente ou intencional.

A Educação Sexual informal ou não intencional é aquela feita por atos, palavras e comportamento do cotidiano desde o nascimento que poderão levar à repressão direta ou indireta sobre a vida sexual (MAIA; RIBEIRO, 2011; MAROLA; SANCHES; CARDOSO, 2011; FIGUEIRÓ, 2014) e, como descrito no caderno de Orientação sexual dos PCN:

[...] comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, são carregados dos valores associados à sexualidade que a criança e os adolescentes apreendem. [...] Pode-se afirmar que é no espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais vai construindo e expressando a sua sexualidade (BRASIL, 1997, p.291).

A educação sexual informal/não intencional, portanto, é aquela que permeia todas as demais formas de aprendizagem, são as informações que o entorno oferece, não há programa específico, mas são comportamentos, palavras, ações que fazem parte do cotidiano. Ela tem sua base nos grupos aos quais a pessoa pertence, ensinando normas e valores, conceitos e preconceitos, ocorre naturalmente. Em se

tratando de sexualidade é um assunto que vai ocorrer em rodas de conversas, buscas por curiosidade por meio da mídia digital, televisiva e revistas e, também, por meio de comportamentos de ocultação por parte dos adultos daquela cultura, sobre a vida sexual e reprodutiva. A educação informal/não intencional não tem um planejamento de ações educativas, ela ocorre na interação com o outro (MAROLA; SANCHES; CARDOSO, 2011).

Já a Educação Sexual formal ou intencional é aquela com a qual se tem como propósito atingir um objetivo relacionado à Educação Sexual, há um planejamento da ação educativa a ser alcançado. Ela ocorre em instituições de ensino e estão pautadas em um programa de Educação Sexual como um processo de construção sobre o conceito de sexualidade e gênero (MAROLA; SANCHES; CARDOSO, 2011; FIGUEIRÓ, 2014). Nunes (2003), citando Naumi de Vasconcelos, sem nomear como Educação Sexual formal ou intencional, traz que a:

Educação Sexual é abrir possibilidade, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. Uma aula de educação sexual deixaria de ser apenas um aglomerado de noções estabelecidas de biologia, de psicologia e moral, que não apanham a sexualidade naquilo que lhe pode dar significado e vivência autêntica: a procura mesmo da beleza interpessoal, a criação de um erotismo significativo do amor (NUNES, 2003, p.18).

Sendo assim, podemos compreender a Educação Sexual formal ou intencional como aquela marcada por intervenções sistematizadas, regulares e planejadas com relação à vida sexual para diferentes públicos, sejam crianças, adolescentes, adultos ou idosos.

Esses aspectos referentes à Educação Sexual mostram-nos o quanto a sexualidade está imbricada nas relações cotidianas das pessoas e como sua vivência perpassa pelo desenvolvimento e aprendizagens humanas. A educação formal ou intencional permite uma reflexão mais aprofundada sobre a vida sexual, enquanto a educação informal ou não intencional pode fazer com que a pessoa construa conceitos errôneos sobre a sexualidade de outros e a própria, prestando em alguns momentos um desserviço ao direito sexual e da pessoa.

A relação entre a educação informal ou não intencional e a formal ou intencional

[...] é estreita, pois quando chega à escola, cada pessoa já carrega consigo os valores sexuais transmitidos pela cultura e sua concepção de sexualidade foi influenciada pela família e pelo grupo social do qual faz parte. Assim, a educação sexual escolar precisa não apenas orientar, ensinar, informar, mas também discutir, refletir e questionar esses valores e concepções de maneira a possibilitar que cada indivíduo tenha uma compreensão dos referenciais culturais, históricos e éticos que fundamentam sua visão de sexualidade e sua prática sexual (MAIA; RIBEIRO, 2011, p.76).

Varela e Ribeiro (2017) referem que a Educação Sexual tem sido marcada no ambiente educacional por disputas quanto a quem caberia discutir sobre a sexualidade na escola, sendo assim, vários termos foram utilizados: “Educação Sexual”, “Orientação Sexual”¹³, “Educação Sexualizada”, “Educação em sexualidade”, “Educação para a sexualidade” (VARELA; RIBEIRO, 2017, p.11), as autoras propõem o uso do último termo “Educação para a sexualidade” e traçam uma discussão sobre o fato de ser um termo que abrange e se diferencia dos termos anteriores aos quais parecem estar vinculadas questões normativas e que levam à estereotipia e ao preconceito. Na visão das autoras, o termo proposto teria em seu bojo uma nova visão sobre as práticas educativas que visam à educação sexual formal, na qual a educação estaria voltada para o respeito às diferenças e vivências da sexualidade. E complementam:

[...] ao invés de construirmos propostas educativas preocupadas com a normalização e regulação das crianças e adolescentes – reafirmando a divisão binária dos gêneros como única forma de vivenciar as masculinidades e feminilidades e a heterossexualidade como forma normal de expressão da sexualidade –, é fundamental propormos práticas que permitam que os sujeitos se constituam livres e responsáveis para a vivência plena de sua sexualidade (VARELA; RIBEIRO, 2017, p.22).

Maia e Ribeiro (2011) pontuavam tal discussão embasados no trabalho realizado por Xavier Filha (2009 *apud* MAIA; RIBEIRO, 2011). Os autores enfatizam a importância da concepção sobre Educação Sexual e não a nomenclatura a ser utilizada. Consideram que a ênfase dada para o fortalecimento da Educação Sexual

¹³ O termo Orientação Sexual está associado à questão da educação sexual e não à orientação quanto ao desejo sexual. No PCN, o termo Orientação Sexual foi utilizado com este mesmo propósito, já que seus elaboradores vinham das áreas da educação e saúde, na qual o termo Orientação Sexual era a forma mais utilizada na área educacional para nomear a educação sexual.

está em suas ações e diretrizes. Para este trabalho utilizamos o termo Educação Sexual com uma visão ampla, na qual se valoriza aspectos discutidos pelas autoras Varela e Ribeiro (2017) da “educação para a sexualidade”, já que consideramos que a sexualidade é um dos aspectos estruturantes do ser humano,

[...] do princípio que a educação sexual na escola deve ser um processo intencional, planejado e organizado que vise proporcionar ao aluno uma formação que envolva conhecimento, reflexão e questionamento; mudança de atitudes, concepções e valores; produção e desenvolvimento de uma cidadania ativa; e instrumentalização para o combate à homofobia e à discriminação de gênero (MAIA; RIBEIRO, 2011, p.77).

Maia e Ribeiro (2011) pontuam, ainda, a importância da Educação Sexual no ambiente escolar, dado ser este o local no qual os indivíduos permanecem até os 18 anos, sem, contudo, desconsiderar outros locais possíveis. Discutem o compromisso da Educação Sexual com a questão dos Direitos Humanos, alertando para documentos elaborados pela Assembleia Geral da WAS – *World Association for Sexology*, que aprovou as emendas para a Declaração de Direitos Sexuais, decidida em Valência, no XIII Congresso Mundial de Sexologia, em 1997 e a Carta de Aveiro, assinada no I Congresso Internacional de Sexualidade e Educação Sexual, realizado na Universidade de Aveiro, Portugal, em novembro de 2010.

Os direitos sexuais são embasados nos Direitos Humanos e são:

[...] o direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminação e imposições e com respeito pleno pelo corpo do(a) parceiro(a). Direito de escolher o(a) parceiro(a) sexual. Direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças. Direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física. Direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual. Direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outras. Direito de ter relação sexual independente da reprodução. Direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/AIDS. Direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação. Direito à informação e à educação sexual e reprodutiva (BRASIL, 2009, p.4).

Sendo assim, as pessoas têm o direito de viver sua sexualidade sem influências de questões de cunho preconceituoso, religioso e/ou totalitarista. Isso só poderá ocorrer com uma educação sexual que provoque reflexão sobre o tema, sendo a

escola o local no qual se atinge o maior número de pessoas em um momento de vida de formação. Tais direitos só serão assegurados se tivermos pessoas conscientes e com formação democrática, visando à vivência da sexualidade emancipatória que só poderá ocorrer se tivermos a educação sexual formal ou intencional como parte do processo educacional.

Ao longo do tempo, educação sexual foi sofrendo alterações em função das diferentes concepções de sexualidade, podendo coexistir dependendo dos interesses e estudos de determinados grupos sociais (profissionais, religiosos, cientistas). A educação sexual oferecida pelos educadores e profissionais da educação tem em seu bojo valores, preconceitos e tabus advindo da educação sexual porque cada pessoa passou, seja ela intencional ou não. Alguns autores (NUNES, 2003; FIGUEIRÓ, 2010; FURLANI, 2011), mostraram em seus estudos os pressupostos que podem existir quando se fala em educação sexual, pressupostos estes nem sempre conscientes ao elaborar um programa de educação sexual.

Figueiró (2010), ao relatar as abordagens encontradas em educação sexual em seu estudo de mestrado em estado da arte sobre a educação sexual brasileira, identificou cinco abordagens: religiosa católica, religiosa protestante, médica, pedagógica e emancipatória (anteriormente denominada 'política' pela autora).

A abordagem religiosa tem se mostrado influente na vida sexual das pessoas, em especial no ocidente, "procurando ditar normas e controlando a sua observância, fazendo, enfim, do comportamento sexual, um objeto de preocupação moral" (FIGUEIRÓ, 2010, p.9). O cristianismo adotou que a vida sexual está associada ao casamento, à fidelidade conjugal, o sexo associado à procriação e o celibato enaltecido; e "condena as experiências pré e extraconjugais, o divórcio, bem como os métodos não naturais de controle de natalidade e o aborto" (FIGUEIRÓ, 2010, p.21).

A abordagem médica estuda o sexo de forma científica que, no século XX, passa a ser "debatida publicamente com informações objetivas, pautada em estudos científicos, começou a ser valorizada em contraposição às superstições e à ignorância." (FIGUEIRÓ, 2010, p.73), sendo definida como a racionalização da sexualidade. Para a autora, o ponto fundamental dessa abordagem é "o fortalecimento de informações relacionadas à biologia do sexo e à vivência positiva da sexualidade, com o fim de maior assegurar a saúde sexual das pessoas, particularmente, e da coletividade" (FIGUEIRÓ, 2010, p.79).

A abordagem pedagógica é um reconhecimento do papel da escola, do ambiente escolar. Valoriza o aspecto informativo do processo ensino-aprendizagem, propiciando discussões sobre valores, tabus e preconceitos e faz a reformulação em uma perspectiva individual.

A abordagem emancipatória teve início na década de 1980, e considera que “para as efetivas transformações sociais, o ponto de partida é a compreensão dos padrões e normas sexuais de nossa sociedade, e da forma como eles estão relacionados com a nossa estrutura socioeconômica, política e cultural” (FIGUEIRÓ, 2010, p.120). É uma abordagem atenta a todo tipo de diversidade, valorizando aspectos informativos e formativos, alerta para a importância de compreender como as normas foram construídas socialmente, considera a questão sexual diretamente relacionada ao contexto social influenciando e sendo influenciada por este, sendo um meio de chegar a novas normas e valores sexuais que possibilitem a vivência da sexualidade de forma autônoma e responsável.

Furlani (2011), ao descrever as abordagens da Educação Sexual, relata oito tipos, sendo eles: biológica-higienista, moral-tradicionista, terapêutica, religiosa-radical, direitos humanos, direitos sexuais, emancipatória e *queer*. Essas abordagens mostram ideias semelhantes às descritas por Figueiró (2010) como a biológica-higienista e a terapêutica com a médica; a moral-tradicionista e a religiosa-tradicional podem se assemelhar à abordagem religiosa; a emancipatória com a emancipatória; as abordagens dos direitos humanos e sexuais mostram a evolução da sexualidade vista do ponto de vista da legalização dos direitos sexuais; e a *queer*, não abordada por Figueiró (2010), que é um movimento que possibilita

[...] rompimento com os modelos que buscavam definir e legitimar uma única identidade homossexual [...] substitui-se a visão de uma identidade fixa e única por uma política da diferença – conceito central também dentro do pós-estruturalismo – caracterizando um novo momento: uma política pós-identitária (FURLANI, 2011, p.35).

Como pode ser observado, esses autores mostram divergências e semelhanças em seus estudos sobre a abordagem da Educação sexual, sendo assim, para este trabalho é importante nomear e definir o que seria cada uma das abordagens em nossa concepção, podendo ocorrer quatro abordagens, com maior destaque: a biológica-higienista, a moral, a pedagógica e a emancipatória.

A abordagem biológica-higienista é aquela na qual a sexualidade e a educação sexual estão pautadas em aspectos biológicos e a sexualidade é natural, anatômica, o foco está na anatomia e na fisiologia do corpo humano.

A abordagem moral é aquela na qual a sexualidade e a educação sexual estão pautadas em crenças e valores de um determinado grupo social e o foco está na procriação e na abstinência sexual, sendo a sexualidade vista como algo pecaminoso quando não realizado com o propósito procriativo.

Na abordagem pedagógica a intervenção na educação sexual ocorre como forma de aquisição de conhecimentos que irão contribuir para que o público-alvo possa modificar seu comportamento quando necessário, em muitas situações está voltada para a prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)¹⁴ e da gravidez indesejada, o foco está na mudança do indivíduo.

Na abordagem emancipatória a intervenção na temática sexualidade e a educação sexual ocorrem com o propósito de levar o indivíduo a refletir sobre si e seu entorno e, assim, ocorrer a transformação de si e da sociedade, é uma abordagem voltada para a transformação social considerando que a sociedade transforma-se através de uma relação dialética.

1.2.2 Percursos Brasileiros da Sexualidade e da Educação Sexual

A sexualidade como parte da constituição do ser humano é notória desde a antiguidade, no entanto, a forma de vivê-la e concebê-la muda ao longo da História devido às condutas de cada sujeito em sua organização social, isto é, em cada sociedade (RIBEIRO, 2007). Ribeiro (2005, p.8) faz uma retrospectiva da sexualidade ao longo da história desde a antiguidade até era vitoriana, e diz que “o ocidente foi, então, influenciado por uma ciência sexual que instiga o falar sobre o sexo, visando o máximo de conhecimento sobre ele para controlá-lo”.

Ribeiro (2004), ao descrever e analisar a História da educação sexual, mostrou o quanto as práticas sexuais estão envoltas em aspectos, políticos, sociais, culturais e econômicos. Segundo este autor, a História da Sexualidade no Brasil pode ser

¹⁴ A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passa a ser adotada neste Protocolo, em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), em consonância com a utilização internacional empregada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), pela sociedade científica e por alguns países. (BRASIL, 2015)

dividida em seis momentos, desde o Brasil colônia até a atualidade. Seguiremos uma linha-mestra utilizando as ideias de Ribeiro (2004) com ideias de outros autores que assinalam as questões históricas da Educação Sexual.

O primeiro momento ocorre nos séculos XVI, XVII e XVIII, caracterizado pelo “sexo pluriétnico libidinoso para o homem; submissão e repressão do comportamento sexual da mulher; normas, regras e condenações por parte da igreja” (RIBEIRO, 2004, p.16), havendo então um predomínio do poder masculino sobre o feminino. Corpo e Alma são vistos de maneira dualista, o corpo inimigo da alma, já que o corpo e os desejos carnis é que levam as pessoas a praticarem o sexo desvinculado do casamento e da procriação.

No segundo momento, final do século XVIII a início do século XIX, a ênfase recaía sobre a ciência higienista, na qual sexualidade está vinculada à relação entre saúde/doença, “o controle da sexualidade e das práticas sexuais licenciosas (originária na Colônia) sob a normatização da moral médica” passa a ser documentada em tese, livros e manuais, portanto o controle dá-se com o aval da cientificidade, com foco na doença (RIBEIRO, 2004, p.17).

O terceiro momento ocorre em meados do século XIX até meados do século XX, no qual a relação entre Medicina e sexualidade torna-se mais intensa, “a veiculação da importância e a necessidade da Educação Sexual através de livros publicados por médicos, professores e sacerdotes, cientificamente fundamentados, que visavam orientar a prática sexual dos indivíduos” (RIBEIRO, 2004, p.18). Portanto, passam a estudar cientificamente o sexo, através da fala das pessoas, seguindo o modelo das confissões utilizado em período anterior, no entanto,

[...] os discursos coletados eram justamente os que se pautavam em aberrações, perversões, extravagância, enfim, em sexualidades periféricas. A medicalização do sexo, por meio da classificação das disfunções e das anomalias – passando os vieses a serem encarados como doenças, ao invés de pecado – e a proposta de terapia constituíam – se como outras fontes de recursos (FIGUEIRÓ, 2010, p.60).

O quarto momento inicia-se na década de 1960, século XX, no qual há a “implantação de programa de orientação sexual em várias escolas [...]” (RIBEIRO, 2004, p.19). Segundo Ribeiro (2004), em 1968 houve a apresentação de um projeto de lei para a introdução obrigatória da Educação Sexual nas escolas do país, porém,

tal projeto foi recusado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo. A partir desse período, tivemos a ditadura militar e somente em 1978 foi oficialmente retomada a implantação de projetos de orientação sexual nas escolas.

A partir da década de 1970 a sociedade sinalizava a necessidade de rupturas com práticas, concepções e valores morais ligados aos modelos familiares “tradicionais”, como o patriarcalismo e a heterossexualidade, há o nascimento dos movimentos feministas e movimentos homossexuais (RUSSO *et al.*, 2011), apesar de o momento histórico brasileiro estar fundado em uma ditadura militar. Entre 1978 e 1981 congressos sobre Educação Sexual foram realizados e surgiram experiências em escolas públicas do município e do estado de São Paulo, apesar de a Secretaria da Educação de São Paulo impedir a inclusão oficial da Educação Sexual nas escolas.

Naquele período histórico, surgiram duas profissionais paulistas, Maria Helena Matarazzo e Marta Suplicy, com formação acadêmica e inserção na mídia. A primeira com mestrado em educação com especialização em Educação Sexual pela Universidade de Minnesota e com programa diário na rádio Globo (1979 a 1981), serviço de orientação sexual por telefone (1979 a 1981) e o Disque Educação Sexual (serviço telefônico de informação sexual, em 1983); e a segunda, psicóloga e psicanalista, participou do programa TV Mulher com temas ligados à sexualidade, à educação sexual e à saúde da mulher discutida diariamente (RUSSO *et al.*, 2011). Ambas tiveram um papel muito importante na disseminação da educação sexual para o público em geral.

O quinto momento vai de 1980 a 1995, é “quando os órgãos públicos [...] assumem projetos de orientação sexual nas escolas” (RIBEIRO, 2004, p.21-22). Vários projetos foram implantados de curta e longa duração (1984 a 1998 em Campinas/SP, o mais longo), e com a disseminação do HIV/AIDS, havendo um momento para repensar as questões da sexualidade, inicia-se um movimento de educação sexual, voltada para a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis, isto é, com uma visão mais higienista. Nesse período, o HIV/AIDS era associado a grupos de risco, dos quais os homossexuais masculinos eram o grupo mais enfatizado, o que gerou uma grande discriminação.

Russo *et al.* (2011) dizem que em 1980 e 1990, houve importante mobilização em torno da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher com a implantação, em 1984, do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Dirigido às mulheres que buscam o acesso a métodos contraceptivos na rede pública de saúde,

tinha como objetivo sensibilizar a mulher para o conhecimento do próprio corpo e para a autonomia na escolha do método a ser adotado, tem-se a possibilidade de a mulher escolher ao menos o método contraceptivo, o que era um avanço.

A partir de 1990 diversos núcleos surgem em universidades, e priorizam a área de educação sexual, embora um dos mais destacados, o Projeto Sexualidade (ProSex), fundado em 1993 no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, possuísse atuação mais voltada para a área de sexologia clínica. (RUSSO *et al.*, 2011). Os núcleos voltados para a Educação Sexual, eram o

Núcleo de Estudos da Sexualidade (NES), vinculado à Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) e criado em 1991 por Sônia Melo e Maria da Graça Soares, professoras da instituição; o Núcleo Integrado de Educação Sexual (Nies), ligado à Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), de 1992; o Grupo de Estudos Interdisciplinares em Sexualidade Humana (Geish), da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também criado em 1992, e o Núcleo de Estudos da Sexualidade (Nusex), de 2000, sediado na cidade de Araraquara, no interior de São Paulo (RUSSO *et al.*, 2011, s/p.).

Com a criação dos núcleos, oficializaram-se os estudos sobre sexualidade e Educação Sexual nas universidades, e buscavam-se os avanços que vinham ocorrendo em prol de uma Educação Sexual que levasse à reflexão sobre a sexualidade e que possibilitasse vivê-la de forma emancipada, com respeito ao outro e sua diversidade. Conjuntamente aos núcleos, foram criados cursos de especialização e mestrado voltados para a sexualidade e educação sexual.

O sexto momento descrito por Ribeiro (2004) é

[...] iniciado com a nova LDB e a inclusão oficial da temática da sexualidade no currículo escolar [...] parece prometer um tratamento responsável e crítico, preocupado com a dignidade da pessoa humana, voltado para atender à necessidade de os alunos viverem plenamente a sua sexualidade (RIBEIRO, 2004, p.24).

A Educação Sexual devia primar pelo desenvolvimento de uma visão emancipatória da sexualidade, definida por Nunes (2003, p.35) como sendo

[...] emancipatória a perspectiva que visa produzir autonomia crítica, cultural e simbólica, esclarecimento científico, libertação de toda forma

de alienação e erro, de toda submissão, engodo, falácia ou pensamento colonizado, incapaz de esclarecer os processos materiais, culturais e políticos. Ao mesmo tempo que liberta, aponta a emancipação significa também a prática da autonomia ética, o ideal e o propósito de constituir valores que justifiquem nossas condutas morais, indica ainda a responsabilidade social pelas escolhas e opções que fazemos, até constituir-se num ideal de elevação estética.

Em suma, a trajetória da Educação Sexual tem mostrado que ao longo da História as crianças e jovens eram educados para a omissão ou repressão da sexualidade e o sexo responsável ou sexo seguro, em muitos momentos, mostrou-se como sinônimo de repressão.

Silva (2004, p.29) diz que

[...] o que reativa o interesse de educadores pela Educação Sexual sistematizada é a liberalização de costumes, ocorrida principalmente nas três últimas décadas do século XX. Acrescente-se o advento da AIDS, levando a questão da sexualidade para dentro da escola quase que como uma "obrigação" do professor em estar falando de prevenção com seus alunos, ainda que com a preocupação de "controlar e normatizar" os comportamentos dos mesmos.

Portanto, aspectos do cotidiano impulsionam a Educação Sexual marcada para dados alarmantes sobre as ISTs, o que pode levar à ideia de novamente a sexualidade ser vista de forma a reprimir comportamento, nesse momento, comportamento de risco para as ISTs/AIDS.

Segundo Russo *et al.* (2011), apesar dos avanços com relação à sexualidade, em especial dos direitos reprodutivos da mulher, neste momento histórico, alguns temas como o aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo, permanecem como tabu no campo das políticas públicas e da sociedade em geral.

Apesar desta ressalva, a Educação Sexual brasileira estava em um movimento crescente quanto às políticas públicas educacionais com a oficialização da Educação Sexual na escola através dos Parâmetros Curriculares da Educação Nacional (PCN). Dentre os temas a serem abordados e discutidos pelos diversos atores do ambiente escolar, está a sexualidade e a educação sexual, como preconizada nos PCN, no caderno intitulado *Pluralidade Cultural, Orientação Sexual*¹⁵ (BRASIL, 1997). Vale frisar que este tem a conotação de tema transversal, isto é, um tema que deve ser

¹⁵ Nos PCNs há a opção pelo uso do termo Orientação Sexual, como sinônimo de educação sexual. Neste trabalho faremos a opção por educação sexual.

abordado em todas as disciplinas, não havendo uma disciplina específica responsável. A questão de ser um tema transversal apresenta ponto favorável, já que a sexualidade humana faz parte da constituição do sujeito e deve ser discutida sob diferentes pontos de vista, mas também há pontos desfavoráveis como a falta de formação dos educadores em abordar a temática (LEÃO, 2012), o que na prática levou a discussão para as aulas de Biologia, com base biologizante (PETRENAS, 2015).

Apesar do que é referenciado como sexualidade nos PCN, na parte introdutória do capítulo sobre Orientação Sexual fica evidente que a

[...] Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes. (BRASIL, 1997, p.73).

E ainda, os Parâmetros Curriculares Nacionais - Ciências Naturais afirmam que

[...] a sexualidade humana é considerada uma expressão que envolve fatores biológicos, culturais, sociais e de prazer, com significado muito mais amplo e variado do que a reprodução, para pessoas de todas as idades. É elemento de realização humana em suas dimensões afetivas, sociais e psíquicas que incluem, mas não se restringem à dimensão biológica (BRASIL, 1998, p.47).

Mesmo com essa visão sobre a sexualidade, temos que nos ater ao que se considera por saúde. Se saúde aqui é considerada como definia a Organização Mundial da Saúde (OMS), “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” (WHO, 2006, *online*), tem-se uma concordância com as ideias da sexualidade ser constituída por fatores biopsicossociais, no entanto, se considerarmos a saúde com uma visão higienista de saúde e doença, há um retrocesso.

Outro aspecto a ser discutido é referente à interferência religiosa como nos relata Melo *et al.* (2010), ao comparar a Educação Sexual entre as escolas de ensino religioso e escolas laicas, sendo possível perceber que no ensino religioso o propósito era enfatizar a norma religiosa da abstinência sexual antes do casamento e a reprodução. Figueiró (2010, p.113), ao realizar pesquisa de revisão de literatura sobre Educação Sexual, relatou ter encontrado poucos artigos que focassem a

abordagem religiosa e afirma: “Pude constatar que tem sido mínima a contribuição dos teóricos da Teologia para a produção científica sobre Educação Sexual”, porém, como nos relata Ribeiro (2004), podemos perceber que há influência da mesma na vida cotidiana e sexual das pessoas.

Portanto, a Educação Sexual no Brasil tem mostrado alguns avanços, em busca de uma sexualidade emancipada, quando comparada à pesquisa de Figueiró (1996), necessitando de mais estudos e práticas para que se possa realmente alcançar a legitimação da Educação Sexual no contexto educacional brasileiro, de forma libertadora, com respeito à diversidade.

Nas últimas décadas, também foi possível perceber as transformações sociais e a conscientização da diversidade sexual, com a legalização da adoção por casais homoafetivos, o casamento homoafetivo, os ‘recasamentos’. A partir dessa perspectiva, é necessário um espaço de reflexão com uma abordagem que permita a compreensão da cultura e a influência desta nas atitudes, crenças e valores.

Pensando sobre a educação sexual nas sociedades ocorre em ciclos, ora com mais liberdade, ora com mais repressão, é importante que se possa refletir sobre o momento atual relacionado à Educação Sexual no Brasil.

Segundo Ribeiro (2017), a partir de 2011, início do governo de Dilma Rousseff, já era possível observar grande interferência de deputados da bancada evangélica na avaliação, votação e aprovação de temas por ela considerados em oposição aos princípios bíblicos. Temas ligados à cidadania e direitos civis, relacionados às questões de cunho sexual, havendo repressão das ideias emancipatórias da sexualidade.

A partir de 2014, não só os fundamentalistas evangélicos, mas também os conservadores católicos passaram a agir de forma mais contundente. Esses deputados da bancada “cristã” promovem materiais educativos que reinterpretam valores cristãos sob um viés reativo à diversidade cultural, religiosa, sexual, de gênero e também corporal e “têm sistematicamente bloqueado iniciativas federais contra a homofobia na educação e mais recentemente realizado campanhas contra a chamada ‘ideologia de gênero’, impondo uma sorte de mordaza à abordagem de gênero e diversidade sexual no currículo escolar” (CARVALHO; SÍVORI, 2017, s/p.).

Segundo Carvalho e Sívori (2017, s/p.) existem dois marcos que mostram a visão fundamentalista:

A primeira, que teve os parlamentares pentecostais, acompanhados por aliados, como protagonistas principais, foi uma campanha de difamação que concluiu com o veto presidencial ao Projeto Escola Sem Homofobia, em 2011. A segunda, ainda em curso, que aciona a categoria “ideologia de gênero” para avançar na censura de conteúdos relativos a gênero, sexualidade e direitos humanos nas diretrizes da educação básica, envolve lideranças católicas com maior peso relativo que na primeira, mas aciona uma aliança mais extensa, que veio a incorporar também uma base secular, através do Movimento Escola Sem Partido. Além da convicção religiosa, a disposição contrária aos Direitos Humanos que gravita nessas duas empreitadas encontra aliados entre outros “ultraconservadores”, para quem essa agenda representa uma versão atualizada da ameaça comunista.

Houve tramitações iniciais sobre do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional e consulta pública sobre a questão de gênero, no entanto na homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2014) a questão de gênero foi retirada do texto.

A partir das tramitações do PNE no Congresso Nacional, as Secretarias Municipais de Educação, ao redigir os Planos Municipais de Educação, seguiram as mesmas diretrizes, retirando a discussão da questão de gênero, em muitas cidades, dentre elas Araraquara/SP, e a maioria das cidades do estado de São Paulo. (RIBEIRO; HEREDERO, 2015).

Essas ações fizeram com que as questões referentes à educação sexual tivessem um retrocesso, marcada por forte oposição tendo como base o caráter ideológico contrário a educação sexual que busque sexualidade autônoma. Já que a educação sexual no Brasil tem sua legalização em documentos oficiais internacionais, como a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada na cidade do Cairo, em 1994, estabeleceu acordos internacionais que foram assumidos por 179, dentre eles o Brasil. Esses acordos foram assumidos e ampliados na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na cidade de Pequim (Beijing), em 1995 promovidos pelas Nações Unidas (ONU) que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos. A proposta que circula na atualidade é marcada por uma visão reducionista, no que tange à sexualidade, instigando ações totalitaristas que podem levar a condutas de preconceitos, violência e o sexismo.

Frente ao impasse atual sobre a discussão da sexualidade nas escolas, e a necessidade de fazer compreender que a sexualidade faz parte da natureza humana e é construída historicamente, percebemos que estamos em um momento de produzir

conhecimento que possa sustentar a importância da discussão de tal temática, tanto do ponto de vista científico como social.

2 JUSTIFICATIVA

A Educação Sexual faz parte da vida das pessoas desde o seu nascimento, tanto informalmente ou não intencionalmente como formalmente ou intencionalmente (FIGUEIRÓ, 2014; MAIA; RIBEIRO, 2011). Sendo a escola o local no qual a educação formal ou intencional ocorre, cabe a esta instituição criar situações nas quais os alunos possam sistematizar seu conhecimento para ter condições de realizar análises críticas a respeito do mesmo. No entanto, é sabido que no ambiente escolar há ideologias, poderes que fazem com que alguns conteúdos que deveriam ser apresentados ou discutidos não o são, ou são apresentados segundo normas e valores pré-estabelecidos.

A sexualidade é um dos temas tabus na escola, às vezes negada, às vezes com visão higienista, porém, a sexualidade perpassa o ambiente escolar mesmo que não de forma explícita, pois envolvem fatores da construção do ser humano e sendo este o ambiente que as crianças e adolescentes, passam a maior parte do tempo.

Dado o momento histórico em que o tema sexualidade tem sido alvo de discussão sobre a sua pertinência no ambiente escolar, é de suma importância avaliar o que tem sido desenvolvido ao longo do tempo que possa fundamentar tal atuação.

O núcleo de estudos da sexualidade (NUSEX) da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro, tem sido um local de discussão e produção de conhecimento referente à área, como foi descrito na tese de doutorado de Bedin (2016) que apresenta a trajetória deste Núcleo, afirmando que o mesmo defende a Educação Sexual fundamentada na cidadania e nos Direitos Humanos, que vão além da informação biológica e efetive ações que combatam a discriminação, o preconceito, a violência sexual sendo que

[...] o grupo de pesquisa é pioneiro ao aglutinar ao seu redor os grupos de pesquisa de Bauru e Rio Claro e criar o Mestrado em Educação Sexual. E que a UNESP, enquanto universidade que abriga significativa produção na área, torna-se também pioneira, tendo todas as condições de ser difusora do conhecimento sexual gerado em seu interior e contribuir para a erradicação do desconhecimento e do preconceito gerados pelo senso comum (BEDIN, 2016, p.140).

Frente à proposta do NUSEX, vários trabalhos têm sido desenvolvidos visando questões da historicidade da sexualidade e da Educação Sexual no Brasil, como os

desenvolvidos por Ribeiro (2004, 2005, 2007), Ribeiro e Bedin (2013), Mendonça e Ribeiro (2010), Leão (2009; 2012) e Zampieri (2007).

No NUSEX foram desenvolvidas várias pesquisas utilizando o Estado da Arte¹⁶ como recurso metodológico e tinham como propósito investigar o tema sexualidade e educação sexual em congressos de grande porte na área da Educação e teses e dissertações. Dentre eles, podemos citar as teses de doutoramento: a) *Encontros Nacionais de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE) de 1996 a 2012* (PETRENAS, 2015); b) *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) 2004 a 2013* (GONINI, 2014); *Estado da Arte sobre Sexualidade e Educação Sexual: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista. 2014* (MOKWA, 2014), e outros estudos voltados para a historiografia da sexualidade no Brasil (REIS, 2006; SCALIA, 2009; SCALIA, 2014; SANTOS, 2014; AUGUSTO, 2015) dentre outras.

Das produções referidas acima e desenvolvidas no NUSEX, utilizando como metodologia o estado da arte e contribuindo para a historiografia da Educação Sexual, estão relacionadas a congressos e produções educacionais com educadores. Já que Zanatta *et al.* (2016), diz que a historiografia da Educação Sexual no Brasil mostra que desde as primeiras décadas do século XX, médicos, psicólogos, educadores e até sacerdotes dedicaram-se ao estudo e difusão, nos meios acadêmicos e leigos, de obras sobre sexualidade, sexologia e educação sexual. Mostra-se relevante o estudo de áreas de conhecimento como a Psicologia, especialmente a Psicologia Escolar.

No senso comum, o psicólogo é visto como um dos profissionais mais bem preparados para dar conta da temática Sexualidade (PAIVA, 2008) e, assim, é constantemente chamado a discutir sobre as questões de sexualidade e gênero. Questiona-se o que tem sido produzido pela área da Psicologia Escolar sobre sexualidade e educação sexual? A possibilidade de sistematizar o conhecimento produzido pela Psicologia poderá contribuir para a construção da historiografia da sexualidade e educação sexual brasileira, assim como para que a temática possa se fortalecer com profissionais de áreas afins inseridas no ambiente escolar em busca da regulação de ações neste contexto?

Como forma de reunir os psicólogos denominados “psicólogos escolares” é importante que se escolha uma associação à qual esses profissionais estão filiados e

¹⁶ Orientadas pelo Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro.

que tenha representatividade e produção acadêmica, para tanto, a associação escolhida foi a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) no que se refere aos trabalhos apresentados nos Congressos Nacionais de Psicologia Escolar de 2007 até 2017.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Inventariar e mapear as inserções das temáticas de sexualidade e educação sexual nos Congressos Nacionais de Psicologia Escolar (CONPEs) da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), no período de 2007 até 2017, de modo a analisar a maneira como estas temáticas são apresentadas e discutidas no ambiente escolar ou fora dele.

3.2 Específicos

Inventariar as publicações nos Congressos Nacionais de Psicologia Escolar e Educacional, de 2007 até 2017, promovidos pela ABRAPEE, procurando identificar os estudos sobre sexualidade e educação sexual;

Apresentar as concepções sobre sexualidade e educação sexual dos pesquisadores que publicam nos CONPEs;

Descrever e analisar a trajetória das pesquisas apresentadas nos CONPEs da ABRAPEE.

4 METODOLOGIA

4.1 “Estado da Arte”

Com o propósito de alcançar os objetivos traçados, esta pesquisa teve um caráter bibliográfico descritivo que apresenta como opção metodológica o Estado da Arte ou Estado do Conhecimento. Segundo Ferreira (2002), essa metodologia busca mapear e analisar o conhecimento em um determinado campo do conhecimento,

[...] sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema (FERREIRA, 2002, p.259).

Assim, o Estado da Arte é um referencial teórico-metodológico que visa inventariar a produção acadêmica científica de um tema específico, como referem Romanowski e Ens (2006) ao caracterizarem essa metodologia como um estudo descritivo, explicativo ou ainda exploratório com base na análise de documentos.

O desafio dos estudos de Estado da Arte é o de mapear e discutir certa produção acadêmica em determinado campo de conhecimento, num primeiro momento, quantificar, identificar e descrever um determinado saber científico e, num segundo momento, explicar e compreender o significado dessa produção no contexto da área de pesquisa. Tal estudo pode ser realizado através de dissertações de mestrados, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em Anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002).

A pesquisa do Estado da Arte pode ser considerada exploratória, pois permite, ao mapear a produção acadêmica, que se possa verificar o que se tem sobre um determinado assunto, como sexualidade e, educação sexual, em uma área específica, no caso do presente estudo a ABRAPEE. Ao conseguir mapear, pode-se descrever o que está sendo observado, buscando uma relação entre os diferentes aspectos encontrados e analisá-los.

Laranjeira (2003 *apud* Palanch; Freitas, 2015) disse que a expressão “estado da arte” é uma modalidade de pesquisa americana (*state of the art*) que tem por

objetivo diagnosticar algo ou uma determinada área de conhecimento. Os mesmos autores afirmam que as pesquisas utilizando como metodologia o Estado da Arte podem trazer importantes contribuições na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois buscam identificar aportes significativos da construção da teoria e da prática da área de conhecimento, mas, também, apontam as restrições e as inovações para a solução de problemas.

Ao longo das últimas décadas vários estudos têm sido realizados no campo da Educação Sexual tendo como recurso metodológico o Estado da Arte ou Estado do Conhecimento. (FIGUEIRÓ, 1996; COUTINHO; MIRANDA-RIBEIRO, 2014; GONINI, 2014; FREITAS; PIRES, 2015; PETRENAS, 2015). Como dito por Petrenas (2015, p.83), nas pesquisas do Estado da Arte,

a percepção que invade os pesquisadores é que há necessidade de novos conhecimentos e buscas em determinada área possíveis de apresentarem progressos na pesquisa e que esse conhecimento necessita ser explorado e sistematizado para estudos posteriores.

O Estado da Arte tem sido comparado a outras metodologias e há a necessidade de diferenciação entre elas. Outras metodologias as quais se têm solicitado a diferenciação é quanto à revisão sistemática da literatura ou o “estado da questão”. Nóbrega-Therrien e Therrien (2004) em seu estudo enfatizando o “estado da questão”, fazem um quadro comparativo entre os três modelos, Estado da Arte, revisão sistemática da literatura e estado da questão, mostrando que há diferença entre elas quanto aos objetivos, procedimento, fonte e resultados.

Quanto aos objetivos, a revisão sistemática da literatura é a base teórica de um estudo, sendo necessária em todas as pesquisas desenvolvidas, diferente do Estado da Arte que se propõe a identificar a produção científica de uma determinada área de conhecimento e o “estado da questão” que delimita e caracteriza o objeto de interesse para sustentação teórica metodológica. Os três tipos fazem levantamento bibliográfico em material acadêmico diferente e com critérios de seleção diferentes, estando relacionados os procedimentos e as fontes consultadas. Cada um espera alcançar um resultado: o estado da questão “[...] clareia e delimita a contribuição original do estudo no campo científico”, o Estado da Arte faz “[...] inventário descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema investigado” e a revisão de literatura “identifica o referencial teórico” (NÓBREGA-THERRIEN; THERRIEN, 2004, p.8).

Na pesquisa que aqui apresentamos, as análises qualitativas e quantitativas se fazem de forma complementar e dinâmica, na busca por “uma síntese unificadora do conhecimento” (BAPTISTA, 1999, p.34). Haverá na análise a relação entre os métodos qualitativos e quantitativos, pois nas ciências humanas esses dois métodos não são excludentes e, sim, podem ser complementares (MACHADO; LEMES, 2011). A pesquisa do Estado da Arte permite, por sua característica quanti e qualitativa, organizar a produção existente de modo a facilitar a leitura e possibilitar a reflexão crítica das publicações. A análise quantitativa auxilia no mapeamento em termos numéricos, quantificando a produção sobre sexualidade e educação sexual nos CONPEs, podendo comparar com a produção como um todo.

A análise qualitativa, por sua vez, busca entender como o objeto de estudo acontece ou se manifesta, buscando o significado do fenômeno e não o fenômeno em si (TURATO, 2005; MINAYO, 2010).

Primeiramente, o interesse do pesquisador volta-se para a busca do significado das coisas, porque este tem um papel organizador nos seres humanos. O que as “coisas” (fenômenos, manifestações, ocorrências, fatos, eventos, vivências, ideias, sentimentos, assuntos) representam, dá molde à vida das pessoas. Num outro nível, os significados que as “coisas” ganham, passam também a ser partilhados culturalmente e assim organizam o grupo social em torno destas representações e simbolismos (TURATO, 2005, p.510).

Para que possamos compreender os significados encobertos nos dados coletados, Minayo (2012) refere 10 passos para que a pesquisa seja qualitativa, desde questões de cunho epistemológico, passando pela análise dos dados encontrados, até a escrita final do trabalho.

Aqui iremos nos ater aos aspectos referentes ao agrupamento de forma a dar sentido aos dados coletados. Para tanto, os dados passaram por um trabalho organizativo. O conteúdo do material de coleta passou por uma leitura “atenta, reiterativa e cheia de perguntas. A esse movimento costumo chamar de ‘impregnação’ ou ‘saturação’” (MINAYO, 2012, p.624).

Em seguida organizamos os dados por grupos de diferenciação, buscando a homogeneidade e as diferenças para a comparação entre os vários subconjuntos formados, estas leituras horizontais deram lugar a leituras transversais, de cada conjunto ou subconjunto, reorganizando os dados no sentido de realizar um esforço em busca de síntese para ter um número de conjuntos de que seja possível a

compreensão, privilegiando o sentido do material de campo não buscando nele uma verdade essencialista, mas o significado que os dados expressam.

No momento em que se compreende o sentido, é possível realizar a análise qualitativa, ultrapassando o nível descritivo. A capacidade de organização dá a unidade do sentido. As unidades de sentido são então fundamentadas com as referências teóricas existentes, abrindo espaço para novas indagações que estão apresentadas na conclusão do trabalho.

Bardin (2016) relata que a análise qualitativa pode ser realizada por categorias que podem ser organizadas de tal maneira que também apresentem a análise qualitativa dos dados coletados.

Para este trabalho seguimos os passos descritos por Minayo (2012) adaptando-os para a análise de revisão de literatura, já que a autora descreve aspectos referentes à entrevista como instrumento de pesquisa.

4.2 Caminhos percorridos

A ABRAPEE é responsável por eventos de cunho nacional e regional. Para este trabalho foram selecionados os eventos de cunho nacional: os Congressos Nacionais de Psicologia Escolar (CONPEs), de 2007 (VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar) até 2017 (XIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar), totalizando seis congressos nacionais.

A decisão pela análise dos últimos CONPEs foi devido à disponibilidade dos mesmos na internet no site da ABRAPEE, não havendo disponibilidade dos Anais dos demais congressos e a possibilidade de compreensão dos trabalhos mais atuais.

Ao realizar a busca pelos Anais, foi encontrado um artigo que faz a análise dos quatro primeiros congressos (NEVE, *et al.*, 2002). O primeiro CONPE em 1991, o segundo em 1994, o III em 1996 e o IV em 1998, analisando a formação e a atuação do Psicólogo Escolar. Os autores não relatam qualquer referência quanto a conteúdos relacionados a questão da sexualidade e educação sexual, voltando-se mais para as questões referentes a formação do psicólogo escolar quanto à grade curricular dos cursos de graduação em Psicologia e estágios de formação em Psicologia Escolar, especialmente na seção 'Relato de Experiência', o que sustentou a nossa decisão pelos últimos congressos.

Ao iniciar a pesquisa dos trabalhos apresentados nos CONPEs, por meio do livro de resumos de cada congresso, pudemos observar que alguns CONPEs tinham em sua página na internet a possibilidade de busca por palavras-chave, enquanto em outros os resumos dos trabalhos estavam em um arquivo em PDF. Para que a busca pudesse ser padronizada, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO SEXUAL e ORIENTAÇÃO SEXUAL¹⁷, tanto no buscador do *Acrobat Reader* como naqueles que tinham um buscador próprio do Congresso que eram os CONPEs: X (2011) e XI (2013), estes não permitiam a geração dos seus Anais em PDF.

Foram selecionados todos os trabalhos apresentados que continham as palavras sexualidade e educação sexual, tanto no título, como no corpo do resumo, quanto nas palavras-chave (primeira seleção).

Após a seleção, foi realizada a leitura flutuante de cada um dos resumos com o propósito de verificar como os conteúdos referentes à sexualidade e educação sexual eram tratados pelos autores, e realizada uma segunda seleção de resumos, tendo como critério de inclusão conter em seu propósito a temática sexualidade e/ou educação sexual.

Após essa segunda seleção, definimos os resumos que fizeram parte dos dados analisados neste trabalho e buscamos os mesmos no livro de trabalhos completos, disponibilizados pelo programa *Acrobat Reader* (PDF). Foi constatado um número muito reduzido de trabalhos apresentados com trabalhos completos, o que fez com que optássemos por fazer a análise dos resumos. Os resumos selecionados foram analisados sistematicamente e, posteriormente agrupados através das unidades de sentido.

Utilizando os resumos selecionados dos Anais dos CONPEs, foi criada uma planilha no *Excel* (Programa da *Microsoft Office*) com os seguintes dados: congresso e ano, autor(es), filiação dos autores, formação de graduação, título do trabalho, objetivo, tipo de pesquisa, participantes, se foi desenvolvimento no ambiente escolar, procedimento, conclusão, contribuição explícita à Psicologia Escolar e tema de cada um dos trabalhos.

¹⁷ O termo Orientação Sexual foi incluído visto as considerações feitas na introdução, na qual Orientação Sexual pode ser sinônimo de educação sexual.

Após esse levantamento inicial, verificamos a quantidade de trabalhos em cada ano e o percentual da temática sexualidade e educação sexual no todo da produção por ano.

Em seguida, foi feita uma descrição detalhada de cada um deles, tendo como referência os dados dos resumos e voltando ao original quando necessário para complementar a compreensão.

Após essa etapa, os trabalhos foram agrupados em dois grandes eixos: relato de experiência e pesquisa científica e sub-agrupados em função de categorias de análise, que estão descritas detalhadamente na seção resultados e discussão.

5 OS CONGRESSOS NACIONAIS E OS TRABALHOS SELECIONADOS

Primeiramente apresentamos aqui cada um dos Congressos com suas especificidades, assim como o resumo de cada um dos trabalhos apresentados que tinham a sexualidade e/ou a educação sexual como temática.

A análise realizada neste trabalho perfaz os CONPEs de 2007 a 2017, isto é, VIII, IX, X, XI, XII e o XIII. Os trabalhos serão denominados ‘trabalhos apresentados nos Congressos’, sem dividi-los por tipo de apresentação, como forma de uniformizar as informações, já que não havia tal informação em todos os congressos. Sendo assim, serão denominados trabalhos apresentados: comunicação oral, painéis, relatos de experiência, conferências, mesas redondas ou simpósio.

5.1 VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar (2007)

Foram localizados 10 trabalhos apresentados relacionados a questões de sexualidade e educação sexual nos Anais do VIII CONPE, disponível em <https://abrapee.wordpress.com/conpe/viii-conpe-2007>.

Tema: “História, Compromissos e Perspectivas”.

Realização: Universidade Federal de São João Del Rei em São João Del Rei estado de Minas Gerais.

Período: de 25 a 29 de abril de 2007.

Material de divulgação: Imagem 1.

Instituições promotoras: ABRAPEE e Universidade Federal de São João Del Rei.

Apoio: Faculdade Ruy Barbosa de São João Del Rei; Casa do Psicólogo Livraria e Editora; Conselho Regional de Psicologia SP (CRPSP); Secretaria Municipal de Educação de São João Del Rei.

Público-alvo: Psicólogos, estudantes, professores, profissionais e pesquisadores de Educação e áreas afins e teve um caráter internacional.

Apresentação de trabalhos: 909 resumos nos Anais.

Trabalhos completos: 97 trabalhos completos em livro destinado ao mesmo.

Trabalhos completos na Temática: nenhum.

Formato organizativo: Mesa Redonda, Minicursos e Fóruns, Comunicações, Pôsteres e Partilhando Experiências.

Imagem 1 – Material de divulgação do VIII CONPE (2007)

*PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL:
HISTÓRIA, COMPROMISSOS E PERSPECTIVAS*

25 A 29 **VIII CONPE** ABRIL 2007

**Congresso Nacional de
Psicologia Escolar e Educacional**

*Inscrições de trabalhos:
Mesas, Simpósios, Mini-cursos e Foruns até 30 de novembro de 2006
Comunicações, Pósteres e Partilhando Experiência até 20 de dezembro de 2006*

*Inscrições de participantes:
até 25 de abril de 2007*

São João Del Rei - MG

www.abrapee.psc.br

Promoção

ABRAPEE

UFSJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SÃO JOÃO DEL-REI

abrapee@abrapee.psc.br
viiiiconpe@terra.com.br

Apoio

RUY BARBOSA
RUY BARBOSA
RUY BARBOSA

Casa do Psicólogo
Livreria e Editora Ltda.

Conselho Regional
de Psicologia SP

Prefeitura de
São João Del-REI
Tribunais e Fórum

Secretaria
Municipal de
Educação

Fonte: <https://abrapee.wordpress.com/conpe/viii-conpe-2007>.

Nos Anais do VIII CONPE, os trabalhos são apresentados com título, autores e palavras-chave, não havendo uma divisão por área, conforme descrita acima, o que não permitiu verificar em qual área o autor submeteu seu trabalho. Não foram publicados trabalhos completos na temática sexualidade e educação sexual.

Do total de trabalhos apresentados no VIII CONPE, 10 tinham como foco a sexualidade e/ou a Educação Sexual o que corresponde a 1,1% do total de trabalhos apresentados neste congresso.

Os 10 trabalhos apresentados na temática estão relacionados no Quadro 1. Quanto às instituições às quais os autores pertenciam, a filiação não estava explícita no resumo, buscou-se no currículo Lattes a filiação à época do congresso (2007).

Quadro 1 – Título, autores, graduação e filiação dos autores dos trabalhos apresentados no VIII CONPE (2007) sobre as temáticas sexualidade e educação sexual

Código*	Título		Autores	Graduação dos autores	Filiação / estado
1	Primeiras manifestações de identidade de gênero		PASCOTO, Renata	Sem informação	PUC/SP
2	Oficina de educação sexual: relato de experiência em escola pública de ensino fundamental de Manaus/AM		PEDROSA, Anna S. S.; OLIVEIRA, Herbert S. G.; SILVA, Iolete R.	Graduando em Psicologia; sem informação; Psicologia	UFAM/AM
3	A (in)visibilidade de alunos afetados pela AIDS no cotidiano escolar		ZUCCHI, Eliana M. <i>et al.</i>	Sem informação, Educação Física, sem informação, Medicina	USP/SP
4	Currículo escolar e a educação sexual		CAOBIANCO, Janaina F. C.	Psicologia	UNICEN P/PR
5	Estudo relacionado à orientação sexual (EROS): a sexualidade na escola e as concepções de professores de ensino fundamental		ESPERANÇA, Ângelo C.	Pedagogia	UFAM/AM
6	O professor perante a educação sexual		CAOBIANCO, Janaina F. C.	Psicologia	UNICEN P/PR
7	Jovens Surdos nas classes especiais		TONUS, Karla P.	Psicologia	UNESP/SP
8	Elaboração de políticas públicas para tratar a sexualidade na rede de ensino de Nortelândia		FIKS, Milton; VIOLANTE, Renata P.	Psicologia; Pedagogia	USP/SP
9	Informação sexual diferenciada		VALÉRIO, Talita P.	Psicologia	CnC/SC
10	Psicologia escolar: uma reflexão sobre a sexualidade na adolescência		HERBST, Paula C.	Psicologia	CnC/SC

*Os números dos resumos foram colocados em ordem crescente do primeiro ao último selecionado, apenas como forma de identificação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como podemos observar no Quadro 1, foram apresentados 10 trabalhos relacionados ao tema sexualidade e educação sexual e em somente dois trabalhos pelo menos um dos autores não tinha formação em Psicologia; em um trabalho não foi possível localizar a graduação da autora; nos outros oito trabalhos pelo menos um dos autores tinha formação em Psicologia. Com relação à filiação dos autores e seus estados de origem, não foi possível a localização da filiação de dois autores; em dois trabalhos os autores são de universidades particulares e os outros seis trabalhos provêm de universidades públicas, sejam elas federais ou estaduais. Quanto aos estados de origem, os autores dos trabalhos estavam alocados em cinco estados brasileiros, sendo quatro autores do estado de São Paulo, dois de Santa Catarina, dois do Paraná e dois do Amazonas.

Neste CONPE pudemos perceber que predominam os trabalhos nos quais pelos menos um autor tem formação em Psicologia, filiados a universidades públicas e alocados nas regiões sudeste e sul do Brasil.

Os trabalhos estão caracterizados a seguir quanto a: ser desenvolvido no ambiente escolar, tipo do trabalho desenvolvido, objetivo, metodologia e conclusão.

O trabalho 1 (PASCOTO, 2007) não foi desenvolvido em ambiente escolar, tratava-se de uma pesquisa de campo com crianças de 16 a 18 meses, não há definição da quantidade de crianças e tinha por objetivo testar a hipótese de que crianças, a partir dessa faixa etária, podem construir conceitos relacionados às categorias sociais de gênero. Por meio de filmagem individual com brinquedos ditos femininos e masculinos que “os meninos e meninas fazem escolhas diferenciadas, de acordo com a dicotomia Masculino/Feminino, e mostram preferência pelos brinquedos que em sua cultura são considerados adequados à categoria sexual a que pertencem.”.

O trabalho 2 (PEDROSA; OLIVEIRA; SILVA, 2007) foi desenvolvido no ambiente escolar, tratava-se da apresentação de um trabalho de extensão universitária na qual os universitários realizavam oito oficinas de sexualidade com adolescentes de 14 a 16 anos, sem especificar com quantos, com os temas: primeiro amor; masturbação; relações de gênero; AIDS, métodos contraceptivos. Concluíram que não houve valorização dos professores quanto à temática e os adolescentes

sentiram-se à vontade com os universitários e mostraram a importância da Educação Sexual para a construção da sexualidade do adolescente e de trabalhar a temática no ambiente escolar.

O trabalho 3 (ZUCCHI, *et al.*, 2007) foi desenvolvido no ambiente escolar, tratava-se de uma pesquisa de campo com educadores (com três coordenadores e professores – não há especificação da quantidade) com o propósito de descrever a percepção de professores sobre os alunos órfãos por AIDS, utilizando como instrumento de pesquisa a entrevista e grupos focais. Concluíram que os coordenadores não reconhecem os alunos órfãos por AIDS e somente um imagina como seria, já os professores reconheciam os alunos e sua vida escolar. Os autores relataram que a invisibilidade por parte dos coordenadores pode afetar ações de políticas públicas de saúde e a garantia dos direitos à educação e não descriminalização.

O trabalho 4 (CAOBIANCO, 2007a) foi desenvolvido no ambiente escolar, tratava-se de uma reflexão sobre o ambiente escolar, no que tange ao currículo escolar e à inserção dos PCN, em especial a Educação Sexual, considerando o currículo como peça fundamental para que qualquer escola possa se articular com a construção da cidadania. A autora referiu que apesar das inovações dos PCN e considerando que a Educação Sexual não é uma preocupação recente no contexto educacional, as tentativas anteriores não conseguiram ser implantadas sendo a primeira vez que a Educação Sexual está sendo implantada nas diretrizes que norteiam a educação nacional, e ressaltam que os PCN apresentam função prescritiva do trabalho, não havendo uma reflexão crítica que proponha a função educativa.

O trabalho 5 (ESPERANÇA, 2007) foi desenvolvido no ambiente escolar, tratava-se de uma pesquisa de campo na qual se objetivava saber a percepção de 19 professores do Ensino Fundamental I e de uma pedagoga sobre os temas transversais. Tendo como instrumento de pesquisa os grupos focais. Concluíram que os profissionais não possuem conhecimento que possibilite a realização de atividades de Educação Sexual e que não estavam incluídos no Plano Político Pedagógico da escola. Finalizaram ressaltando a necessidade de formação dos professores já que a sexualidade está inserida no cotidiano escolar.

O estudo 6 (CAOBIANCO, 2007b) foi desenvolvido no ambiente escolar, tratava-se de uma pesquisa de campo com professores de 27 escolas de Curitiba/PR

e tinha como objetivo investigar as dificuldades dos professores com a Educação Sexual nas escolas. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada e não há informação sobre a quantidade de participantes. A autora concluiu que os professores não estavam preparados para a Educação Sexual, pois não há formação acadêmica e dentre as dificuldades apareceram “o medo, a vergonha de ter que lidar com assunto que sempre foi tabu na formação pessoal”.

O trabalho 7 (TONUS, 2007) foi desenvolvido no ambiente escolar, tratava-se de uma intervenção em Educação Sexual em escola regular com tradutor em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para pessoas com deficiência auditiva, com o propósito de lhes proporcionar a possibilidade de participar e compreender sobre a Educação Sexual que, por vezes, é negada a eles. Foram realizadas sete intervenções de duas horas com os temas: “afetividade, namoro, sentimentos, sexo, gravidez, DSTs, prevenção e abuso sexual, e esclarecendo sobre a importância do conhecimento do próprio corpo, do prazer e do respeito” com auxílio de panfletos, vídeos, materiais contraceptivos e o auxílio da professora de sala que é especializada em LIBRAS e fez a tradução das comunicações. Concluiu que houve aprendizagem, mas não afetiva, mostrando a importância de qualificar profissionais para que a escola possa abordar as temáticas referentes à sexualidade dos adolescentes, deficientes ou não.

O trabalho 8 (FIKS; VIOLANTE, 2007) foi realizado no ambiente escolar, e tratava-se de um trabalho participativo construtivista com o objetivo de capacitar os professores das escolas públicas de Nortelândia/MT quanto às questões da sexualidade e da prevenção das IST/Aids, promovendo a saúde e o bem-estar das crianças e adolescentes na vivência de sua sexualidade atual e futura. Foram realizados encontros mensais com os professores tratando de temas relativos à “Educação Sexual (adolescência, corpo reprodutivo e corpo erótico, autoexames, exames, métodos contraceptivos, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis e Aids, gênero, respeito a diversidade de valores e crenças)”. Foi possível, com este trabalho, desenvolver um projeto conjunto entre as diferentes escolas e uma política municipal para a sexualidade apoiada pela Secretaria da Educação. Os autores concluíram que, com essa sensibilização, os professores sentiram-se seguros e informados para abordar o tema da sexualidade nas escolas e os alunos puderam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade.

O trabalho 9 (VALÉRIO, 2007) foi desenvolvido no ambiente escolar e tratava de um relato de intervenção, com apoio do Programa de Apoio a Extensão e Cultura

(PAEC), da Universidade do Contestado/Campus Mafra e aplicado na Escola de Educação Básica Santo Antônio, com adolescentes interessados, não há a quantidade de adolescentes que participaram. Tinha como objetivo trabalhar com o adolescente o autoconhecimento, a prevenção das ISTs e gravidez indesejada. Foram realizados encontros quinzenais com os seguintes temas abordados: “auto-estima, gravidez na adolescência, imagem corporal, infecções sexualmente transmissíveis, paixão, amor, namoro, ficar.”. Utilizando como instrumentos dinâmica de grupo, exposição oral, cartazes, colagem, músicas, vídeos, dramatizações e textos. Concluíram que este trabalho oportunizou aprendizagem a todos os envolvidos (estagiários, aplicadoras do projeto e adolescentes) enquanto participantes ativos que, além de informação sexual, puderam aprimorar o autoconhecimento.

O trabalho 10 (HERBST, 2007) foi realizado no ambiente escolar, tratava-se do relato de estágio em Psicologia Escolar e foi desenvolvido com adolescentes tendo como temática a sexualidade. Os adolescentes de 13 a 15 anos escolheram participar dos 16 encontros que tinham como propósito discutir a sexualidade, no entanto, não foram elencados os temas trabalhados. A forma de trabalho foi por meio de exposição oral, cartazes, dinâmica de grupo, vivências, filmes, música e textos. A autora concluiu que o trabalho possibilitou reflexão sobre “valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais, a maneira de agir, o pré-conceito, a construção da própria identidade, a autoestima, o contato físico, o uso de preservativo e uma gravidez indesejada”.

Os trabalhos apresentados no ano de 2007 evidenciam que metade deles estavam voltados para os educadores (trabalhos 2, 5, 6, 7 e 8) sendo discutido acerca da importância de prepará-los para que possam atender a demanda da sexualidade e Educação Sexual no ambiente escolar. Outros dois trabalhos tinham o adolescente como público-alvo (trabalhos 9 e 10), dois outros trabalhos (3 e 4) isto relacionados às políticas públicas e um trabalho (1) falava sobre a questão da diferenciação de gênero nos primeiros meses de vida.

5.2 IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar (2009)

Foram localizados sete resumos relacionados a questões de sexualidade e educação sexual nos Anais do IX CONPE, disponível em <https://abrapee.wordpress.com/conpe/ix-conpe-2009>.

Tema: “Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos”.

Realização: Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo estado de São Paulo.

Período: de 06 a 08 de julho de 2009.

Material de divulgação: Imagem 2.

Instituições promotoras: ABRAPEE e Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo/SP.

Apoio: Sem informação.

Público-alvo: Psicólogos, estudantes, professores, profissionais e pesquisadores de Educação e áreas afins e teve um caráter internacional.

Apresentação de trabalhos: 514 resumos nos Anais do Congresso.

Trabalhos completos: 51 trabalhos.

Trabalhos completos na temática: 01 trabalho.

Formato organizativo: Mesa Redonda/Simpósio, Minicursos, Comunicações, Pôsteres e Partilhando Experiências.

Imagem 2 – Material de divulgação do IX CONPE (2009)



Fonte: <https://abrapee.wordpress.com/conpe/ix-conpe-2009>.

Os sete trabalhos apresentados no IX CONPE relacionados à temática sexualidade e educação sexual estão identificados no Quadro 2, com um número, com título, nome dos autores e a instituição às quais os autores pertenciam, sendo novamente realizada a busca no currículo Lattes com a filiação à época do congresso (2009), que totaliza 1,36% dos trabalhos apresentados neste congresso.

Como é possível observar no Quadro 2, foram apresentados sete trabalhos relacionados com o tema sexualidade e educação sexual. Em todos há pelo menos um profissional graduado em Psicologia. Com relação à filiação dos autores e seus

estados de origem, um trabalho teve sua filiação à Universidade de Salamanca – Espanha, quatro eram de universidades federais, um de universidade estadual e um de universidade particular. Quanto ao estado de origem dos trabalhos brasileiros, os autores dos trabalhos estavam alocados em quatro estados, sendo dois em São Paulo, dois em Minas Gerais, um no Paraná e um no Amazonas.

Quadro 2 – Título, autores, graduação e filiação dos autores dos trabalhos apresentados no IX CONPE (2009) sobre as temáticas sexualidade e educação sexual

Código*	Título	Autores	Graduação dos autores	Filiação/ Estado
11	A apropriação da sexualidade pelo adolescente: dúvidas, vivências e mitos.	CAOBIANCO, Janaina F. C.	Psicologia	UNICENP/ PR
12	Orientação sexual com adolescentes na perspectiva da psicologia sócio histórica	SILVA, Marcio M.; ROSA, Jessica R.	Sem informação, Psicologia	UNESP Bauru/SP
13	A orientação de alunos / pesquisadores no ensino fundamental: novas frentes de trabalho para o psicólogo escolar.	LIMA, Lucianna R. <i>et al.</i>	Psicóloga	UFU/MG
14	Educação sexual para pessoas com atraso mental: uma proposta inovadora	BRINGEL, Sara M.	Psicologia	Universidade de Salamanca - Espanha
15	Significados de sexualidade e educação sexual para uma comunidade escolar Manauara	OLIVEIRA, Sérgio S. B.	Psicologia	UFAM/AM
16	Homofobia e heterossexismo nas escolas brasileiras: discussão da produção científica no Brasil e no mundo.	GARCIA, Marcos R. V.	Psicologia	UFSCAR – Sorocaba/ SP
17	Quando as crianças querem falar de sexo... De que forma a psicologia escolar pode colaborar com essa demanda no cotidiano escolar?	NUNES, Liliane G. A.; ROCHA, Denise S.	Sem informação, Psicologia	UFU/MG

*Início no código 11, pois dá continuidade à numeração do congresso anterior.

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste CONPE pudemos perceber que em todos os trabalhos ao menos um autor tem formação em Psicologia e estavam filiados a universidades públicas federais e alocados, predominantemente, na região sudeste do Brasil.

Os trabalhos estão caracterizados a seguir quanto a: ser desenvolvido no ambiente escolar, tipo do trabalho desenvolvido, objetivo, metodologia e conclusão.

O trabalho 11 (CAOBIANCO, 2009) foi realizado no ambiente escolar, tratava-se de uma pesquisa desenvolvida durante a realização de uma oficina de sexualidade com 67 adolescentes matriculados no sétimo ano de duas escolas públicas de Curitiba/PR, que tinha por propósito investigar as dúvidas, dessa população com relação à sexualidade. As dúvidas foram retiradas das anotações realizadas durante as oficinas e de perguntas escritas pelos adolescentes. As questões foram agrupadas em quatro grandes temas (conhecimento do corpo, etapas do desenvolvimento humano, vivência individuais e coletivas da sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis) sendo que o tema com maior número de questões concentrava-se no conhecimento do próprio corpo. Foi observado pela autora que as questões trazidas mostravam a questão da sexualidade como algo biológico e socialmente determinado. Concluiu que “há um desconhecimento e uma não apropriação da sexualidade. O Psicólogo escolar/educacional pode auxiliar neste processo de apropriação do sujeito nas suas escolhas e construções de uma sexualidade, responsável e prazerosa”.

O trabalho 12 (SILVA; ROSA, 2009) foi desenvolvido no ambiente escolar e tratava-se descrição de um trabalho realizado com adolescentes do sétimo ano do Ensino Fundamental, no qual se considera que a Educação sexual tinha que partir do cotidiano para que o adolescente pudesse se apropriar do que foi discutido. Teve duas fases: a de problematização e a de instrumentalização que apresenta respostas aos problemas identificados. Foram utilizados diferentes recursos em ambas as fases: “filmes, músicas, técnicas grupais, brincadeiras, gincanas, kits de orientação sexual, folhetos informativos, redação individual, inclusive nas duas fases de avaliação da aprendizagem, sendo a primeira de elaboração teórica de soluções para os problemas detectados na prática (catarse) e a segunda da vivência cotidiana dos novos conteúdos aprendidos (prática social final dos conteúdos)”. Os autores não apresentaram a conclusão sobre o trabalho realizado.

O trabalho 13 (LIMA *et al.*, 2009) foi realizado no ambiente escolar como relato de experiência e teve por objetivo desenvolver pesquisadores e a temática escolhida para a pesquisa foi a “sexualidade na adolescência”, o trabalho foi realizado por 10

pesquisadores juvenis. A pesquisa foi desenvolvida com 159 adolescentes, de ambos os sexos, com idade entre 12 e 18 anos, cursando o Ensino Fundamental em escola pública de Uberlândia/MG. A investigação teve como itens: nível de escolaridade, trabalho, estrutura familiar, namoro e outras experiências afetivo-sexuais, idade da primeira relação sexual, uso ou não de preservativo, métodos anticoncepcionais, diálogo entre pais e filhos sobre sexualidade. Não foram apresentados os resultados desta pesquisa no resumo, e sim, a conclusão de que os resultados partilhados contribuíram para que os alunos pudessem discutir uma temática considerada, ainda hoje tabu, com a contribuição da Psicologia Escolar.

O trabalho 14 (BRINGEL, 2009) foi desenvolvido em um centro de emprego especial em Salamanca (Espanha), com o propósito de trabalhar a temática sexualidade para pessoas “portadoras de atraso mental” por diferentes etiologias. O trabalho apresenta-se como relato de experiência. O programa foi desenvolvido com 18 pessoas que se encontravam em formação no centro de emprego especial e dividiu-se em sessões temáticas: “as relações humanas, a homossexualidade, anatomia, métodos anticoncepcionais e ciclo menstrual feminino, autoestima, situações de risco de maltrato/abuso sexual e conhecimento de serviços gratuitos oferecidos pela comunidade.”. Este trabalho tinha como expectativa a diminuição dos abusos sexuais e a vivência adequada da sexualidade por essa população. A conclusão do trabalho diz que tal programa deve ser valorizado, apesar de que em muitos momentos ser ignorado.

O trabalho 15 (OLIVEIRA, 2009) foi realizado em ambiente escolar em Manaus/AM. Foi descrita uma pesquisa de campo que tinha como objetivo compreender o significado da sexualidade e da educação sexual na comunidade escolar pública estadual. Participaram da pesquisa 33 sujeitos, sendo: nove professores, 12 alunos entre 11 e 13 anos, 10 alunos entre 14 e 16 anos, a diretora da escola e a coordenadora pedagógica. Foram utilizados como instrumentos de pesquisa: observação participante, grupo focal e as entrevistas individuais. Os resultados indicam que a sexualidade para “os professores é uma espécie de aptidão biológica que se não for disciplinada na escola pode ser/ou se tornar patológica ou problemática. Para os alunos, a sexualidade é parte do processo da construção de identidade humana e se relaciona ao modo de expressar, através da linguagem e vivências. Os alunos reconhecem a relevância das palavras e dos comportamentos como mediadores das relações sociais.”. Apesar desta divergência, entre professores

e alunos, ambos reconhecem a importância da Educação Sexual na escola. O autor relata que a partir deste resultado irá discutir sobre a construção da identidade dos alunos no contexto social.

O trabalho 16 (GARCIA, 2009) foi um trabalho de revisão da literatura que tem como propósito discutir os referenciais teóricos predominantes nas pesquisas voltadas à homofobia nas escolas, especialmente *bullying*. O autor concluiu que há a necessidade de politização sobre o heterossexismo que ocorre na escola e a abordagem da homofobia associada a uma visão interdisciplinar.

O trabalho 17 (NUNES; ROCHA, 2009) foi desenvolvido no ambiente escolar, da escola básica da Universidade Federal de Uberlândia/MG, foi um relato de experiência da psicóloga escolar quanto ao manejo com crianças de 6 a 8 anos de idade no que se referia às dúvidas quanto a sexualidade. A autora trabalhou com “músicas, fantoches, histórias, e construção de perguntas e angústias, buscando de forma objetiva e cuidadosa acolher as falas das crianças, auxiliando-as a encontrar algumas respostas às situações que estão experimentando”. Concluiu que o trabalho deve priorizar o amparo e a escuta, evitando a exposição excessiva que prejudica o desenvolvimento infantil.

Os trabalhos apresentados em 2009 mostraram que três deles tinham como público-alvo o adolescente (11, 12 e 13) e um com o adolescente e o educador (15), um estudo relacionado à Educação Infantil (17) e um trabalho teórico sobre a homofobia e a sua relação com o *bullying* (16).

5.3 X Congresso Nacional de Psicologia Escolar (2011)

Foram localizados 10 trabalhos relacionados a questões de sexualidade e educação sexual nos Anais do X CONPE, disponível em <https://abrapee.wordpress.com/conpe/x-conpe-2011>.

Tema: “Caminhos trilhados, caminhos a percorrer”.

Realização: Universidade Estadual de Maringá, Maringá no estado do Paraná.

Período: de 03 a 06 de julho de 2011.

Material de divulgação: Imagem 3.

Instituições promotoras: ABRAPEE e Universidade Estadual de Maringá - PR.

Apoio: Conselho Federal de Psicologia; Conselho Regional de Psicologia PR (CRPPR); Casa do Psicólogo Livraria e Editora.

Público-alvo: Psicólogos, estudantes, professores, profissionais e pesquisadores de Educação e áreas afins e teve um caráter internacional.

Apresentação de trabalhos: 492 inscritos.

Trabalhos completos: 51 trabalhos.

Trabalhos completos na temática: não houve trabalhos.

Formato organizativo: Mesa Redonda/Simpósio, Minicursos, Comunicações, Pôsteres e Partilhando Experiências.

Imagem 3 – Material de divulgação do X CONPE (2011)



Fonte: <https://abrapee.wordpress.com/conpe/x-conpe-2011>.

Quadro 3 – Título, autores, graduação e filiação dos autores dos trabalhos apresentados no X CONPE (2011) sobre as temáticas sexualidade e educação sexual

Código*	Título	Autores	Graduação dos autores	Filiação/ Estado
18	A construção da sexualidade infantil. Considerações sobre o papel do educador	SCHINDHELM, Virginia G.	Psicologia	UFF/RJ
19	Gênero e sexualidade – Conhecendo a história para transformar o futuro: interface entre psicologia social e processos educativos	BORGES, Rita de C. V.	Psicologia	FUNEPE/SP
20	Sexualidade e adolescentes: estudo numa escola pública de Porto Velho.	FARIA, Adegemauro de B.	Psicologia	UNIR/RO
21	Sexualidade e afetividade na adolescência: atuação multidisciplinar na educação	NEUMANN, Patricia; HASS, Ana P. O.	Psicologia;	Faculdade Guairacá/PR
22	Educação sexual infantil em debate na sociedade portuguesa	CABREIRA, Luciana G. G.; GONÇALVES, Jorge M. C.; YAEGASHI, Solange F. R.	Psicologia / Sem Informação / Psicologia	UEM/PR
23	Diversidade sexual e escola: reflexões sobre os discursos dos profissionais da educação	OLIVEIRA, Anna L. A. R. M.	Psicologia	UFPE/PE
24	Orientação sexual, diversidade e o psicólogo escolar.	OLIVEIRA, Erika P.; FERRACIOLI, Marcelo U.	Sem informação / Psicologia	UEPG/PR
25	Programa de orientação sexual: intervenção junto a educadores e adolescentes	PEREIRA, Veronica A. <i>et al.</i>	Psicologia	UEPG/PR
26	Saber docente e psicologia escolar: parcerias para orientação sexual na educação infantil	BARROS, Josiane F. de	Psicologia	UERJ/RJ
27	Tema transversal: orientação sexual junto a adolescentes privados de liberdade.	FERRAZ, Terezinha <i>et al.</i>	Serviço social / Psicologia	UNIOESTE/ PR

*Início no código 18, pois dá continuidade à numeração do congresso anterior.

Fonte: Elaborado pela autora.

Do total de trabalhos apresentados no X CONPE, 10 são das temáticas sexualidade e educação sexual, que estão elencados no Quadro 3, com título, autores e instituições às quais os autores estão afiliados, correspondendo a 2,03% dos trabalhos apresentados neste CONPE.

Como é possível observar no Quadro 3, foram apresentados 10 trabalhos relacionados com os temas sexualidade e educação sexual. Em todos os trabalhos há ao menos um profissional graduado em Psicologia. Com relação à filiação dos autores e seus estados de origem, em oito trabalhos seus autores estavam filiados à universidades públicas, sendo seis estaduais e três federais e em dois trabalhos à universidade particular. Quanto ao estado de origem dos trabalhos brasileiros, os autores estavam alocados em cinco estados, sendo cinco no Paraná, dois no Rio de Janeiro, um em São Paulo, um em Pernambuco e um em Rondônia.

Neste CONPE pudemos perceber que em todos os trabalhos pelos menos um autor tem formação em Psicologia, predomina a filiação em universidades públicas e há um predomínio de trabalhos na região sul do Brasil, especialmente Paraná.

Os trabalhos estão caracterizados a seguir quanto a: ser desenvolvido no ambiente escolar, tipo do trabalho desenvolvido, objetivo, metodologia e conclusão.

O trabalho 18 (SCHINDHELM, 2011) foi desenvolvido em duas escolas de Educação Infantil como pesquisa participante e fazia parte de uma tese em andamento que tinha por objetivo investigar o papel do educador na construção da sexualidade e gênero das crianças e como lidavam com as experiências infantis referentes à sexualidade. A observação participante ocorreu por meio da observação da sala de aula e a troca de informação entre educadores e pesquisadora, assim como entre educadores e crianças. A pesquisa mostrou o silenciamento dos educadores frente à temática, expos experiências nas quais os educadores mostraram as incertezas das ações frente a situações inusitadas, falas dos educadores que denotavam constrangimento frente ao sexual, desconhecimento sobre a sexualidade infantil, que aparecia como 'assustadora' para equipe pedagógica. Na conclusão, a autora relata que houve singelos movimentos através da troca de saberes, o que gera novos conhecimentos e informações capazes de promover alternativas para os educadores ressignificarem a concepção sobre a sexualidade infantil.

O trabalho 19 (BORGES, 2011) foi desenvolvido em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), sendo um relato de experiência de estágio em Psicologia Social. Tinha por objetivo desenvolver o espírito crítico em nove

adolescentes femininas que tiveram seus direitos violados, encaminhadas pelo Conselho Tutelar, por meio de 16 oficinas educativas e psicossociais com o compromisso de “buscar que cada uma se sentisse igualmente importante no grupo, valorizando as diferenças e contrastes como completude de umas para com as outras, fortalecendo-as em direção à autogestão”, o que foi realizado por meio de dinâmica de grupo, elaboração de cartazes, reflexão sobre letras de música, filmes, vídeos seguidos de discussões, vivências e questionário para levantamento de outras demandas. A autora refere que foi possível observar o início da desmitificação do ideal de figuras masculinas e femininas, bem como empoderamento das participantes para vivenciar as dificuldades do cotidiano.

O trabalho 20 (FARIA, 2011) foi realizado no ambiente escolar, com relato da experiência do estágio de Psicologia Escolar em escola estadual de Porto Velho/RO, tendo como propósito subsidiar educadores e adolescentes na temática sexualidade na adolescência e namoro. Foram realizadas palestras e entrevistas com 322 alunos de 12 turmas diferentes, os temas tratados foram: relacionamentos afetivos, formas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e à gravidez precoce, valores pessoais no cuidado com corpo e da sexualidade para uma vida saudável nos aspectos biopsicossociais. Nas considerações finais, o autor referiu a expectativa de que o trabalho pudesse contribuir para a maior autonomia dos participantes em suas decisões sobre a vivência da sexualidade.

O trabalho 21 (NEUMANN; HASS, 2011) foi desenvolvido na escola e relata a experiência de estágio da Enfermagem em trabalho multidisciplinar com a Psicologia por meio de oficinas denominadas “Afetividade e Sexualidade na Adolescência”. O objetivo das oficinas não ficou claro no resumo, supõem-se que seja levar conhecimento e reflexão aos alunos da “8ª série [sic]” de uma Escola Estadual acerca da sexualidade. Foram tratados nas oficinas os temas: anatomia e fisiologia do sistema reprodutor masculino e feminino, métodos contraceptivos e ISTs partir das perguntas dos alunos. Em uma terceira fase, os estudantes apresentaram trabalhos relacionados à afetividade, sexualidade, gravidez e ISTs. As autoras concluíram que há a necessidade de trabalhos multidisciplinares, haja vista a complexidade da temática sexualidade envolvendo fatores socioculturais e que não é possível ser tratada por uma única área do conhecimento.

O trabalho 22 (CABREIRA; GONÇALVES; YAEGASHI, 2011) relatou a experiência realizada em Portugal, na qual a intervenção ocorre por meio da exibição

do curta de animação “Então é Assim!” (“*So that’s how!*”) na rede de televisão portuguesa canal 2, que envolveu no debate pais e educadores sobre a forma como foi tratada a Educação Sexual infantil no curta, exibido em 31 de maio de 2007 às 23h30. Tinha por propósito esclarecer sobre a Educação Sexual infantil nas escolas e dar a possibilidade de os pais conhecerem e debaterem o conteúdo do curta e então decidirem se seus filhos deveriam assistir ou não. Os autores propuseram-se analisar as cenas do curta-metragem, o que não foi exposto no resumo.

O trabalho 23 (OLIVEIRA, 2011) foi desenvolvido no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa de campo que tinha como objetivo analisar o discurso de professores e gestores escolares sobre a desconstrução da naturalização da heterossexualidade e a implantação do programa “Brasil sem Homofobia”. Não foi informado o número de participantes da pesquisa, o instrumento foi a entrevista semiestruturada. A autora relatou a presença de quatro lógicas sociais ao tentar ressignificar o discurso: da educação inclusiva, dos Direitos Humanos, do reconhecimento das diferenças e da prática pedagógica da orientação sexual e as interpretou a partir das vivências pessoais e profissionais, o que torna os discursos em caridade cristã, legalidade e sensibilidade aos que sofrem pela tolerância. A autora ressaltou ainda a necessidade de inserir a temática de sexualidade no currículo dos cursos e licenciatura e formação de psicólogos e nos cursos de formação continuada.

O trabalho 24 (OLIVEIRA; FERRACIOLI, 2011) foi desenvolvido no ambiente do CONPE, foi um minicurso no qual os autores tinham como objetivo fornecer aos participantes subsídio para trabalhar a saúde e qualidade de vida quanto à diversidade de orientação sexual e do desejo em contexto formal. Abordando a sexualidade em uma perspectiva histórica e desnaturalizando a visão repressora da sexualidade com foco nos Direitos Humanos.

O trabalho 25 (PEREIRA *et al.*, 2011) foi desenvolvido em uma instituição filantrópica do interior do Mato Grosso do Sul, no segundo semestre de 2010, a partir da demanda dos dirigentes que apresentavam dificuldade em lidar com as manifestações sexuais dos educandos. Tinha por objetivo avaliar as principais dúvidas e interesses dos educandos e elaborar um plano de ação. O trabalho foi desenvolvido com 80 adolescentes de 12 a 16 anos e foram realizados quatro encontros com as seguintes temáticas: “1) investigação de interesses; 2) introdução do tema a partir das principais dúvidas apontadas no primeiro encontro; 3) orientação aos educadores sobre as questões do cotidiano que envolve a sexualidade; 4) promoção da saúde –

exposição dialogada sobre prevenção contra infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos.”. As autoras apontaram que os adolescentes, por vezes, tinham dúvidas e comportamentos inadequados, sem citá-los. O projeto teria continuidade em 2011.

O trabalho 26 (BARROS, 2011) foi desenvolvido no ambiente escolar de Educação Infantil da UFRJ e teve por objetivo a “formação e a atualização da equipe escolar sobre a sexualidade infantil, dialogando com as famílias e crianças”, utilizando para tanto a metodologia de pesquisa participante, buscando oferecer recurso à equipe da escola tanto no que se refere a questões de informação como recurso pedagógico para lidar com a temática da sexualidade. Mostrou a importância do diálogo escola/família, adulto/criança, além de empoderar a professora por meio da formação continuada em que o saber docente é considerado.

O trabalho 27 (FERRAZ *et al.*, 2011) foi desenvolvido no Centro de Socioeducação II (CENSE II) de Cascavel/PR, com adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas, teve por objetivo a intervenção junto aos adolescentes que pudessem “sensibilizar os adolescentes para a necessidade de prevenção dessas doenças, buscando compreender os múltiplos aspectos que envolvem a fase da adolescência como sexualidade, direitos reprodutivos, relação de gênero, gravidez não planejada, discriminação e preconceito.”. Utilizaram-se de oficinas com 10 adolescentes em cada, divididas em dois momentos: um abordando sobre gênero, sexualidade e adolescência e no segundo sobre IST e AIDS, os meios de transmissão e as formas de prevenção. Após as oficinas, foi disponibilizada, em parceria com o Centro Especializado de Doenças Infecto-Parasitárias (CEDIP), a coleta de exames e os acompanhamentos necessários no pós-teste. Os resultados mostraram o envolvimento dos adolescentes frente à discussão da temática.

Os trabalhos apresentados neste CONPE mostraram que há um predomínio de trabalho com adolescentes, totalizando cinco trabalhos (19, 20, 21, 25 e 27), dois trabalhos com a equipe escolar (23 e 26) e um com educador, um trabalho teórico documental relacionado a uma experiência em Portugal utilizando a mídia televisiva para a Educação Sexual (22) e um minicurso voltado à formação dos congressistas (24).

5.4 XI Congresso Nacional de Psicologia Escolar (2013)

Foram localizados dois trabalhos relacionados à temática da sexualidade e educação sexual nos Anais do XI CONPE, disponível em <https://abrapee.wordpress.com/conpe/xi-conpe-2013>.

Tema: “Compromisso ético-Político com a Educação”.

Realização: Universidade Federal de Uberlândia – UFU em Uberlândia estado de Minas Gerais.

Período: no período de 14 a 17 de agosto de 2013.

Material de divulgação: Imagem 4.

Instituições promotoras: ABRAPEE e Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG.

Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG); Conselho Federal de Psicologia (CFP); Conselho Regional de Psicologia SP (CRPSP); Conselho Regional de Psicologia MG (CRPMG).

Público-alvo: Psicólogos, estudantes, professores, profissionais e pesquisadores de Educação e áreas afins e teve um caráter internacional.

Apresentação de trabalhos: 463 trabalhos.

Trabalhos completos: 75 trabalhos.

Trabalhos completos na temática: 01 trabalho.

Formato organizativo: Conferência, Mesa redonda, Simpósio, Minicursos, Comunicações, Pôsteres e Partilhando Experiências.

Imagem 4 – Material de divulgação do XI CONPE (2013)



Fonte: <https://abrapee.wordpress.com/conpe/xi-conpe-2013>

Os dois trabalhos apresentados na temática estão no Quadro 4. Para aqueles que não referiam instituição de filiação, foi realizada a busca no currículo Lattes com a filiação à época do congresso (2013).

Como é possível observar no Quadro 4, foram apresentados dois trabalhos relacionados com os temas sexualidade e educação sexual neste CONPE. Em ambos pelo menos um profissional é graduado em Psicologia. Com relação à filiação dos autores e seus estados de origem, ambos são de universidades públicas, sendo um federal e outro estadual. Quanto ao estado de origem dos trabalhos brasileiros, os autores estavam alocados em dois estados, São Paulo e Minas Gerais, ambos da região sudeste do Brasil.

Dos CONPE analisados, este foi o que teve o menor número de trabalhos nas temáticas sexualidade e educação sexual, totalizando dois trabalhos apresentados. Pelo menos um dos autores em cada trabalho era graduado em Psicologia, são trabalhos advindos de universidade públicas da região sudeste do Brasil.

Os trabalhos estão caracterizados a seguir quanto a: ser desenvolvido no ambiente escolar, tipo do trabalho desenvolvido, objetivo, metodologia e conclusão.

Quadro 4 – Título, autores, graduação e filiação dos autores dos trabalhos apresentados no XI CONPE (2013) sobre as temáticas sexualidade e educação sexual

Código*	Título	Autores	Graduação dos autores	Filiação / Estado
28	Afetividade e sexualidade na adolescência: intervenção em psicologia escolar	SOUZA, Cláudia S.; GONTIJO, Daniella R.	Psicologia	UFU/MG
29	Representações sociais de adolescentes sobre sexualidade e violência	ACUNA, José T. <i>et al.</i>	Psicologia	UNESP/SP

*Início no código 28, pois dá continuidade à numeração do congresso anterior.

Fonte: Elaborada pela autora.

O trabalho 28 (SOUZA; GONTIJO, 2013) foi realizado no ambiente escolar de Educação Básica com relato de experiência do estágio de Psicologia que tinha por objetivo trabalhar a sexualidade na adolescência com alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, com periodicidade semanal, totalizando 18 encontros ao longo do ano com as temáticas: “introdução à afetividade e sexualidade na adolescência; corpo: matriz da sexualidade; relações de gênero; prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/Aids e prevenção ao uso de drogas.”. Tendo como recursos: apresentação de vídeos, dinâmicas, slides e debates. O projeto estava em andamento e foi bem acolhido pela direção da escola, já que atendia à demanda dos alunos.

O trabalho 29 (ACUNA *et al.*, 2013) foi realizado fora do ambiente escolar, em um Centro de Referência Social (CRAS) de Bauru, e relata a pesquisa com adolescentes para investigar as representações sociais sobre as temáticas de sexualidade e violência, nos anos de 2011 e 2012. Participaram seis adolescentes, respondendo a um “questionário semiestruturado com 16 questões e as escalas de rejeição, intimidade e explicações para a homossexualidade, baseadas na pesquisa de Lacerda *et al.* (2002).”. Os resultados apresentados demonstraram preconceito sem se configurar como prática discriminatória. Segundo os autores, a falta de conhecimento científico sobre sexualidade. Este trabalho levou a proposta de grupos de formação sobre a educação para a sexualidade para os adolescentes, que seria desenvolvido em 2013.

Ambos os trabalhos apresentados estavam direcionados ao público adolescente (28 e 29).

5.5 XII Congresso Nacional de Psicologia Escolar (2015)

Foram localizados seis resumos relacionados à temática da sexualidade e educação sexual nos Anais do XII CONPE, disponível em <https://abrapee.wordpress.com/conpe/xii-conpe-2015>. Neste congresso ocorreu conjuntamente a *37th Annual Conference ISPA (International School Psychology Association)*.

Tema: “Escolas para todos: Políticas Públicas e Práticas dos Psicólogos”.

Realização: Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo, São Paulo.

Período: 24 a 27 de junho de 2015.

Material de divulgação: Imagem 5.

Instituições promotoras: ABRAPEE; *International School Psychology Association (ISPA)*; Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo, estado de São Paulo.

Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); Conselho Federal de Psicologia (CFP); Conselho regional de Psicologia SP (CRPSP); Sindicato dos Psicólogos; Universidade Paulista (UNIP); Universidade São Judas Tadeu; Livraria Cortez.

Público-alvo: Psicólogos, estudantes, professores, profissionais e pesquisadores de Educação e áreas afins e teve um caráter internacional.

Apresentação de trabalhos: 820 trabalhos.

Trabalhos completos: 96 trabalhos.

Trabalhos completos na temática: Nenhum.

Formato organizativo: Conferência, Mesa redonda, Simpósio, Minicursos, Comunicações, Pôsteres e Partilhando Experiências.

Imagem 5 – Material de divulgação do XII CONPE (2015)



Fonte: <https://abrapee.wordpress.com/conpe/xii-conpe-2015>

Os seis trabalhos apresentados na temática estão no Quadro 5, as instituições às quais os autores pertencem nem sempre estavam identificadas e, para aqueles que não referiam tal filiação, foi realizada a busca no currículo Lattes com a filiação à época do congresso (2015).

Como é possível observar no Quadro 5, foram apresentados seis trabalhos relacionados com os temas sexualidade e educação sexual neste CONPE. Em todos os trabalhos pelo menos um autor tinha graduação em Psicologia. Com relação à filiação dos autores e seus estados de origem, em três trabalhos os autores estão filiados a universidades públicas, todas federais e três em universidades particulares. Quanto ao estado de origem dos trabalhos brasileiros, os autores estavam alocados em seis estados, sendo, portanto, um trabalho de cada estado divididos por três regiões: dois trabalhos da região sudeste (um de Minas Gerais e outro de São Paulo),

dois da região sul (um do Rio Grande do sul e outro de Santa Catarina) e dois da região Centro Oeste (um de Mato Grosso do Sul e outro de Goiás).

Quadro 5 – Título, autores, graduação e filiação dos autores dos trabalhos apresentados no XII CONPE (2015) sobre as temáticas sexualidade e educação sexual

Código*	Título	Autores	Graduação dos autores	Filiação / Estado
30	A psicologia escolar trabalhando a afetividade e a sexualidade na educação básica	SOUZA, Cláudia S. <i>et al.</i>	Psicologia	UFU/MG
31	Adolescência em discurso: ações e atividades realizadas com alunos de oitava série.	POLONIO, Denise F.; SCHWERTNER; Suzana F.	Psicologia	UNIVATES/RS
32	Educação sexual: percepções de adolescentes	TORRES, Laura A.	Psicologia	Centro Universitário Adventista de São Paulo/SP
33	Proposta de orientação sexual para alunos do ensino médio	ARAÚJO, Tatiely Pereira <i>et al.</i>	Psicologia	UFGO/GO
34	Psicologia sócio-histórica na prática escolar: um programa de orientação sexual para pessoas com deficiência intelectual	BARBOSA, Eliezer G.	Psicologia	Universidade Católica Dom Bosco/MS
35	Atuação do psicólogo em gênero e sexualidade nas políticas públicas de educação	GESSER, Marivete	Psicologia	UFSC/SC

*Início no código 30, pois dá continuidade à numeração do congresso anterior.

Fonte: Elaborada pela autora.

Neste CONPE pudemos perceber que em todos os trabalhos pelo menos um autor é graduado em Psicologia, metade dos trabalhos vem de universidades públicas federais e metade de universidades particulares e que há uma distribuição dos trabalhos em três regiões brasileiras sul, sudeste e centro oeste.

Os trabalhos estão caracterizados a seguir quanto a: ser desenvolvido no ambiente escolar, tipo do trabalho desenvolvido, objetivo, metodologia e conclusão.

O trabalho 30 (SOUZA *et al.*, 2015) foi desenvolvido no ambiente escolar e é um relato de experiência da atuação de psicólogos desde a Educação Infantil até o final do Ensino Fundamental II. O objetivo do trabalho foi discutir a temática da afetividade e sexualidade em uma perspectiva histórica, tanto de bases naturais,

quanto subjetivas e culturais do desenvolvimento. Na Educação Infantil, foram trabalhados os aspectos afetivos, emoções e relacionamento interpessoal, utilizando-se de música, dinâmicas de grupo e rodas de conversa. No início do Ensino Fundamental, foram tratadas a autoimagem, erotização precoce e puberdade por meio de intervenções em sala de aula e com a parceria de professores. No Ensino Fundamental Final, foram problematizadas as questões de padrões de beleza vigentes em nossa sociedade, relacionando ao papel da mídia e ao consumismo infantil e aprofundados os temas que remetiam às relações entre afetividade, sexualidade, prazer e responsabilidade. Os autores discorreram sobre a dificuldade encontrada quanto à banalização da mídia com relação à sexualidade e os preconceitos quanto à orientação sexual. Relataram a importância de a Psicologia escolar atuar nessa temática, assim como, realizar projetos em conjunto com outras áreas do conhecimento.

O trabalho 31 (POLONIO; SCHWERTNER, 2015) foi desenvolvido no ambiente escolar e relata a experiência do estágio em Psicologia, que tinha o propósito de trabalhar temas referentes à sexualidade. O trabalho foi desenvolvido em encontros semanais durante a aula de Relações Humanas e Ensino Religioso, tendo a participação de alunos do 8º ano do Ensino Fundamental, a estagiária de Psicologia e a professora responsável pela disciplina. Os temas tratados foram: “as mudanças corporais, físicas e psíquicas; exposição excessiva do corpo, erotização precoce na infância, gravidez; uso de álcool e outras drogas; família e amigos”, utilizando como recursos: dinâmicas, vídeos e outras atividades coletivas. As autoras relataram que os adolescentes referem sobre a importância de repensar suas atitudes quando em grupo, desenvolveram a autoconfiança e habilidades sociais, estes resultados apontam a contribuição da Psicologia no ambiente escolar para que o adolescente possa explorar suas potencialidades.

O trabalho 32 (TORRES, 2015) foi desenvolvido no ambiente escolar e trata-se de uma pesquisa de campo que tinha como objetivo investigar as informações dos adolescentes sobre sexualidade e os recursos que utilizaram para obtê-las. Responderam a um questionário 81 adolescentes (54 do sexo feminino e 27 do masculino), entre 15 e 19 anos, do Ensino Médio de uma escola pública municipal de São Paulo. A autora referiu que os adolescentes utilizaram a internet como fonte de informação, mas os amigos foram os que mais influenciaram nas atitudes, ambas, as fontes eram de mais fácil acesso. A maioria definiu sexualidade como sexo e afirmou

que a escola seria um bom ambiente para discussão sobre o assunto, não só nas aulas de Ciências e Biologia.

O trabalho 33 (ARAÚJO *et al.*, 2015) foi desenvolvido no ambiente escolar e se trata de relato de experiência a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal do Goiás com proposta de disciplina eletiva em escola estadual de tempo integral, Centro de Ensino em Período Integral (CEPI). O objetivo era apresentar as mudanças que ocorriam no corpo do ponto de vista biológico e psicológico na adolescência, como desencadeadoras de discussão a respeito da temática sexualidade. Em termos de conteúdo, foi dividido em duas frentes: Biologia: os aspectos referentes a “anatomia e fisiologia humana, métodos anticoncepcionais, IST e etc.” e Psicologia: discussões sobre sexualidade, suposta dimensão normal/anormal a partir dos referenciais culturais; vivência da sexualidade ao longo do desenvolvimento humano e os processos de identificação e gêneros a partir da construção social do aspecto feminino/masculino, tendo como recursos: rodas de conversas, aulas expositivas, filmes e vídeos e “caixa de perguntas anônimas” situada em sala de aula. Os autores relatam sobre resultados prévios em que referiram sobre a importância da disciplina para possibilitar a vivência da sexualidade de forma autônoma e sugeriram que a discussão fosse ampliada aos professores, tanto pelo contato com os alunos como por dúvidas de cunho pessoal.

O trabalho 34 (BARBOSA, 2015) foi desenvolvido no ambiente escolar e relatou a experiência de um programa de orientação sexual para pessoas com deficiência intelectual que tinha por objetivo subsidiar o conhecimento da sexualidade da pessoa com deficiência intelectual tanto para pais, como para profissionais da escola. Para tanto, foi utilizada oficina de dinâmica de grupo articulada em três dimensões: psicossocial, clínica e educativa, com a proposta de grupos psicoeducativos. A autora concluiu o trabalho trazendo à tona a importância da promoção do programa, já que muitas vezes a limitação não está na pessoa, mas no ambiente no qual ela está inserida, que a infantiliza e isola socialmente, sendo a escola o local propício para dar voz a todos os envolvidos no processo.

O trabalho 35 (GESSER, 2015) foi documental, tendo como referência o ambiente escolar. O objetivo foi “problematizar a atuação do psicólogo nas políticas públicas no campo da educação no que se refere às questões relacionadas à sexualidade a partir de uma perspectiva ético-política, ancorada na garantia dos direitos humanos”, tendo utilizado os seguintes documentos: Caderno de “Orientação

Sexual” dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o Programa “Brasil sem Homofobia” e o Programa “Gênero e Diversidade na Escola”, e abordou ainda as tensões nos espaços de atuação do psicólogo no campo da Educação a partir da fundamentação biomédica e religiosa e a inserção da autora no programa “Gênero e diversidade na escola”. A autora relatou que foram discutidos pressupostos teórico-metodológicos voltados para a formação de educadoras(es) para garantia dos direitos sexuais e reprodutivos em uma visão laica e de despatologização de diferentes formas de expressão da sexualidade, porém, no resumo, tal discussão não fica clara.

Neste CONPE houve três trabalhos voltados para adolescentes (31, 32 e 33), um trabalho cujos participantes foram alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II (30), um que envolvia pessoas com deficiência intelectual (34) e um sobre a atuação dos psicólogos em políticas públicas voltadas para questões da sexualidade e gênero (35).

5.6 XIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar (2017)

Foram localizados sete resumos relacionados à temática sexualidade e educação sexual nos Anais do XIII CONPE, disponível em <https://abrapee.wordpress.com/conpe/xiii-conpe-2017>.

Tema: “Pela democratização da educação”.

Realização: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Período: 27 a 30 de setembro de 2017.

Material de divulgação: Imagem 6.

Instituições promotoras: ABRAPEE; Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Apoio: Sem informação.

Público-alvo: Psicólogos, estudantes, professores, profissionais e pesquisadores de Educação, Saúde e áreas afins.

Apresentação de trabalhos: 651 trabalhos.

Trabalhos completos: 91 trabalhos.

Trabalhos completos na temática: 2 trabalhos.

Formato organizativo: Conferência, Mesa redonda, Simpósio, Minicursos, Comunicações, Pôsteres e Partilhando Experiências.

Imagem 6 – Material de divulgação do XIII CONPE (2017)



Fonte: <https://abrapee.wordpress.com/conpe/xiii-conpe-2017>.

No XIII CONPE houve a inserção de uma área de inscrição de trabalhos denominada “gênero e diversidade sexual”, a área que o trabalho seria inscrito era de responsabilidade de seus autores.

Os sete trabalhos apresentados na temática estão no Quadro 6, as instituições às quais os autores pertencem nem sempre estavam identificadas e, para aqueles que não referiam tal filiação, foi realizada a busca no currículo Lattes com a filiação à época do congresso (2017).

Como é possível observar no Quadro 6, foram apresentados sete trabalhos relacionados com os temas sexualidade e educação sexual neste CONPE. Em todos os trabalhos pelo menos um autor tem graduação em Psicologia. Com relação à filiação dos autores e seus estados de origem, em quatro trabalhos os autores estão filiados a universidades particulares e três em universidades públicas, todas federais. Quanto ao estado de origem dos trabalhos brasileiros, os autores estavam alocados em quatro estados, sendo três do Rio Grande do Sul, dois do distrito Federal, um do Mato Grosso e um da Bahia.

Neste CONPE pudemos perceber que em todos os trabalhos pelo menos um autor é graduado e Psicologia, os trabalhos advêm de universidades particulares (pouco mais da metade) e os demais de universidades públicas, com quatro trabalhos da região sul do Brasil.

Quadro 6 – Título, autores, graduação e filiação dos autores dos trabalhos apresentados no XII CONPE (2017) sobre as temáticas sexualidade e educação sexual

Código*	Título	Autores	Graduação dos autores	Filiação / Estado
36	Raça, gênero e sexualidade: a perspectiva de estudantes do ensino médio.	BARRETO, Ana L. C. S.; MADUREIRA, Ana F. A.	Psicologia / Psicologia	UNICEUB - DF UNB/DF
37	Sexualidade e gênero sob a ótica de alunos de uma escola pública	SILVA, Andressa K. <i>et al.</i>	Psicologia	FASB/BA
38	Educação sexual ou orientação sexual: sexualidade e gênero como tema transversal nas escolas	COSTA, Zuleika L. S.; SILVA, Denise Q.	Psicologia	UNILASALLE/RS
39	Gênero, sexualidade e diversidade na perspectiva de psicólogos/as escolares do Distrito Federal.	PAULA, Luciana D.; MADUREIRA, Ana F. A.	Psicologia / Psicologia	UNICEUB/DF
40	A psicologia desconstruindo gênero na escola	CASTRO, Graciele D.	Psicologia	IFFAR/RS
41	Gênero e sexualidade na escola	COSTA, Zuleika L. S.	Psicologia	UNICNEC/RS
42	Discursos sobre a sexualidade infantil e juvenil no programa “Profissão Repórter”	CASERI, Ana E.; MARIANO, Carmem S.	Psicologia	UFMT/MT

*Início no código 36, pois dá continuidade à numeração do congresso anterior.

Fonte: Elaborada pela autora.

Os trabalhos estão caracterizados a seguir quanto a: ser desenvolvido no ambiente escolar, tipo do trabalho desenvolvido, objetivo, metodologia e conclusão.

O trabalho 36 (BARRETO; MADUREIRA, 2017) foi desenvolvido no ambiente escolar e trata-se de uma pesquisa de campo e é parte da dissertação de mestrado da primeira autora. Tinha como objetivo identificar como adolescentes do Ensino Médio do Distrito Federal compreendiam “o papel da escola na construção de

diferentes identidades sociais, com foco nos marcadores sociais: raça, gênero e sexualidade.” Foram utilizados como recursos metodológicos: grupos focais e oficinas com uso de imagens, porém não há informação de como foram utilizadas as imagens. As autoras concluíram que os adolescentes valorizaram a oportunidade de troca de conhecimentos e experiência, e consideraram que a escola pode ser um espaço importante para a realização da educação sexual e favorecedor para a reflexão sobre o respeito no modo de ser e estar no mundo de cada um.

O trabalho 37 (SILVA *et al.*, 2017) teve o propósito de ser desenvolvido no ambiente escolar, já que era um projeto de pesquisa que tinha como objetivo “conhecer o modo como essa temática está sendo abordada em sala de aula e como são definidas pelos/as estudantes do Ensino Médio.”. Não há informação sobre os instrumentos utilizados para a coleta de dados, referiram que utilizariam o referencial teórico das representações Sociais para análise e que pretendiam com a pesquisa contribuir para a discussão e reflexão crítica e ética a respeito da diversidade humana.

O trabalho 38 (COSTA; SILVA, 2017) foi de revisão de literatura em periódicos (não especifica quais) de 2006 a 2015 com o objetivo de fundamentar as concepções e as práticas de Educação Sexual ou Orientação Sexual nas escolas. As autoras referiram que os trabalhos tinham como base as teorias pós estruturalistas, citando Foucault e os Parâmetros Curriculares da Educação Nacional, com uma visão em políticas públicas e inserção da Orientação Sexual. Mostraram que a temática vai além do espaço familiar e relataram a importância da escola disponibilizar espaço de informação e intervenção nas temáticas de gênero e sexualidade.

O trabalho 39 (PAULA; MADUREIRA, 2017) foi desenvolvido no ambiente escolar, em uma pesquisa de campo, com o objetivo de analisar as crenças de psicólogos escolares sobre as temáticas: gênero, sexualidade e diversidade. Foram participantes da pesquisa seis psicólogos escolares que atuavam no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio de escolas do Distrito Federal. O instrumento de pesquisa foi a entrevista semiestruturada. Os participantes foram sensíveis às temáticas pesquisadas, apesar de constatar a presença de sexismo e da LGBTfobia nas escolas, muitas vezes por parte dos docentes. Os autores apontaram a necessidade de curso de formação para docentes e psicólogos, assim como pesquisa sobre a percepção dos alunos a respeito da temática.

O trabalho 40 (CASTRO, 2017) foi realizado no ambiente escolar com alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação

Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e relatou a experiência de uma psicóloga escolar, com o objetivo de (re)pensar as sensações, as diferenças e o desafio que envolvem ser homem e mulher nos espaços social, familiar e escolar. A autora relatou que foram realizadas atividades na quadra de esporte com palavras disparadoras pregadas na grade. Foram realizadas duas dinâmicas e uma terceira em que os participantes sentavam-se em duplas, discutiam e posteriormente apresentavam a discussão ao grupo, que teve como tema: corpo, sexualidade e gênero.

O trabalho 41 (COSTA, 2017) foi realizado no ambiente escolar, foi uma pesquisa de campo que tinha como objetivo analisar como era abordada a temática sexualidade e gênero em uma escola municipal do Rio Grande do Sul. Teve como instrumentos de pesquisa a observação e a entrevista individual com a equipe diretiva e os professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Teve como base teórica autores como Louro, Foucault, Scott e Freud, segundo a autora. Os resultados relatados foram que sexualidade e gênero não são trabalhados na escola, que a responsabilidade de trabalhar o tema também é da escola e não só da família. A autora concluiu que a equipe diretora deveria orientar os professores a realizarem projetos voltados para a temática, partindo das necessidades dos alunos.

O trabalho 42 (CASERI; MARIANO, 2017) não foi realizado no ambiente escolar, mas sim na mídia, com estudo documental que tinha como objetivo “analisar o tratamento dado às temáticas associadas à sexualidade infantil e juvenil no programa ‘Profissão Repórter’ da Rede Globo e sustenta-se nos aportes teóricos da Psicologia Social Crítica, dos Estudos Sociais da Infância e dos estudos sobre mídia e infância.”. As autoras identificaram quatro “cases” com as temáticas: “Sexualidade infantil”, “Gravidez na adolescência”, “Início da vida sexual de adolescentes” e dois sobre “Abuso sexual infantil”. Pela análise realizada, as autoras relataram que os programas mostraram uma visão negativa e com abordagem sensacionalista e pouco informativa.

Os trabalhos apresentados neste XIII CONPE, dois referiam-se à equipe escolar e os educadores (37 e 41), outro com Psicólogos (39), outro com adolescentes, (36), outro com jovens (40), um outro sobre a mídia (42) e um último com a fundamentação da atuação, como revisão de literatura (38), portanto havendo uma diversidade de temáticas e público-alvo nos trabalhos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A verdade mora no silêncio que existe em volta das palavras. Prestar atenção ao que não foi dito, ler as entrelinhas. A atenção flutua, toca as palavras sem ser por elas enfeitiçada. Cuidado com a sedução da clareza! Cuidado com o engano do óbvio!

Rubem Alves

6.1 Os CONPEs e as temáticas sexualidade e educação sexual

Nesta seção analisamos os CONPEs como um todo e discutimos os resultados encontrados tendo como base a literatura. O Quadro 7 apresenta o CONPE, data de realização, cidade em que foi realizado e o tema, de 2007 até 2017.

Quadro 7 – Congressos Nacionais de Psicologia Escolar (CONPEs), data, cidade de realização e tema de cada um, de 2007 até 2017

CONPE	Data / Ano	Instituição realizadora	Cidade	Tema
VIII	26 a 29/04/2007	Universidade Federal de São João Del Rei	São João Del Rei/MG	História, Compromissos e Perspectivas.
IX	06 a 08/07/2009	Universidade Presbiteriana Mackenzie	São Paulo/SP	Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos.
X	03 a 06/07/2011	Universidade Estadual de Maringá	Maringá/PR	Caminhos trilhados, caminhos a percorrer.
XI	14 a 17/08/2013	Universidade Federal de Uberlândia	Uberlândia/MG	Compromisso Ético-Político com a educação.
XII	24 a 27/06/2015	Universidade Presbiteriana Mackenzie	São Paulo/SP	Escola para todos: políticas públicas e práticas dos Psicólogos.
XIII	27 a 30/09/2017	Universidade Federal da Bahia	Salvador/BA	Pela democratização da educação.

Fonte: Elaborado pela autora.

No Estatuto da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), o artigo 32 aborda a periodicidade dos Congressos Nacionais de

Psicologia Escolar, local de realização, e temáticas de cada um, como uma das estratégias para alcançar os objetivos propostos pela Associação. (ABRAPEE, 2015). Ao observarmos o Quadro 7, podemos perceber que os seis congressos nacionais analisados atendiam ao quesito periodicidade, bianual. Quanto ao local de realização predominou a região sudeste, não havendo congresso no mesmo estado em anos subsequentes. Ocorrem também congressos no sul e no nordeste, denotando o esforço por atender ao objetivo de ter uma abrangência nacional. O maior número de congressos no sudeste pode estar atrelado ao fato do grande número de vagas para ingressantes em curso de graduação estarem nesta região, com 3.020.865 (três milhões, vinte mil, oitocentas e sessenta e cinco) matrículas em curso de graduação presencial, sendo, destas, 1.660.777 (um milhão, seiscentos e sessenta mil, setecentos e setenta e sete) no estado de São Paulo, de acordo com dados do Censo do Ensino Superior de 2016 (IBGE, 2016). No entanto, os Congressos foram realizados predominantemente em universidades públicas, sendo três federais e uma estadual, o único congresso que ocorreu em universidade particular é um da cidade de São Paulo, sendo que, neste estado, as particulares apresentaram um número de ingressantes em curso de graduação presencial mais que quatro vezes maior do que na universidade pública, 1.384.056 (um milhão, trezentos e oitenta e quatro mil e cinquenta e seis) nas particulares para 276.682 (duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e oitenta e dois) nas universidades públicas no estado de São Paulo (IBGE, 2016).

Quanto aos temas de cada um dos congressos, o Estatuto prevê que os mesmos devam ser de interesse dos psicólogos escolares e educacionais e, ao analisarmos os temas dos CONPEs, de 2007 a 2017, percebemos temáticas relacionadas às políticas públicas associadas à Educação Nacional, voltados para a formação de pessoas críticas e a valorização da democracia na educação.

Os temas de cada um dos CONPEs parecem estar de acordo com as necessidades dos profissionais da área da Educação, remetendo à questão do momento histórico do país e da própria profissão de Psicologia na área escolar, mostrando a marca de uma preocupação dos profissionais em se tornarem legitimados no ambiente escolar, em especial na busca da identidade profissional em consonância com as necessidades da clientela escolar brasileira (SANTOS *et al.*, 2017b).

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007), organizado pelo Ministério da Educação e da Justiça, aponta para as inquietudes contemporâneas, no que concerne à violação dos Direitos Humanos com intolerâncias em várias áreas da sociedade, dentre elas a sexual.

Os termos de respeito à dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência. Da mesma forma, há muito a ser feito para efetivar o direito à qualidade de vida, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança pública, ao trabalho e às diversidades cultural e religiosa, entre outras (BRASIL, 2007, p.23).

Os temas dos CONPEs trazem à baila a questão do papel do psicólogo escolar frente à democratização dos direitos à educação e o respeito aos Direitos Humanos, lutando por políticas públicas que atendam às necessidades da população nacional.

O número de participantes de cada congresso, sejam eles ouvintes ou participantes, não foi localizado em nossa pesquisa. Foi possível localizar o número de trabalhos apresentados em cada um dos seis últimos CONPEs, porém não foi possível verificar a área de apresentação em todos os anos, sendo assim, tal dado foi desconsiderado para análise deste trabalho, visto que não existe uma regularidade para a realização da análise.

Na Tabela 1 apresentamos a quantidade de trabalhos apresentados em cada um dos CONPEs, o número de trabalhos referentes às temáticas sexualidade e educação sexual e o percentual de trabalhos na temática em cada um dos Congressos e no total.

Tabela 1 – Número de trabalhos apresentados em cada CONPE, número de trabalhos referentes às temáticas sexualidade e educação sexual, percentual de trabalhos relacionados à temática por congresso e no total.

	Número total de trabalhos apresentados	Número de trabalhos apresentados na temática	Percentual de trabalhos na temática
VIII CONPE 2007	909	10	1,10%
IX CONPE 2009	514	07	1,36%
X CONPE 2011	492	10	2,03%
XI CONPE 2013	463	02	0,43%
XII CONPE 2015	841	06	0,71%
XIII CONPE 2017	651	07	1,08%
Total	3.870	42	1,09%

Fonte: Elaborada pela autora.

Pela Tabela 1 é possível observar que nos últimos seis CONPEs foram apresentados 3870 (três mil oitocentos e setenta) trabalhos, havendo uma oscilação no número de trabalhos apresentados em cada ano dos CONPEs. O CONPE com maior número de trabalhos apresentados foi 2007 com 909, e o menor número foi em 2013 com 463 trabalhos, portanto há uma oscilação também no número de trabalhos apresentados como um todo.

Com relação aos trabalhos apresentados nas temáticas sexualidade e educação sexual, foram apresentados 42 trabalhos ao todo, referindo-se a 1,09% dos trabalhos apresentados nos CONPEs. No que se refere ao número de trabalhos apresentados na temática por ano, notamos, também, oscilação sendo que o CONPE com menor número foi o de 2013 (dois trabalhos na temática), sendo este o congresso com o menor número de trabalhos no geral, porém o percentual de trabalhos associados à temática também é de 2013. Portanto, o Congresso de 2013, ocorrido em Uberlândia/MG, foi o que teve o menor número de trabalhos tanto em geral, como nas temáticas da sexualidade e educação sexual.

O segundo menor número de trabalhos no geral ocorreu no CONPE de 2011, porém este teve o maior percentual no número de trabalhos nas temáticas sexualidade e educação sexual (2,03%).

Resultados semelhantes foram encontrados por Petrenas (2015) que realizou uma tese utilizando como metodologia o Estado da Arte nos Encontros Nacionais de

Didática e Práticas do Ensino (ENDIPE), analisando os trabalhos relacionados à sexualidade e gênero nos anos de 1996 a 2012. A autora relata ter encontrado em sua pesquisa um percentual tímido de trabalhos apresentados na temática quando analisada as temáticas sexualidade e Gênero. No período estudado, o maior percentual encontrado foi em 1996 com 2%, 1998 com 0,2%, 2000 com 0,9%, 2002 com 0,6%, 2004 com 0,4%, 2006 com 0,4%, 2008 com 1,28%, 2010 com 1,9% e 2012 com 1,2%. É interessante notar que, em 2010 no ENDIPE, houve um aumento no percentual de trabalhos apresentados na temática assim como no CONPE de 2011, que foi 2,03%. Porém, não foi possível encontrar dados históricos que possibilitassem a compreensão desse comportamento quanto à apresentação dos trabalhos em Congressos de expressividade na área da Educação (CONPE e ENDIPE).

É interessante observar que as temáticas sexualidade e educação sexual aparece em todos os CONPEs, mesmo que de forma tímida, com percentual semelhante a outros congressos da área da Educação, o que pode estar associado à dificuldade de lidar com a temática da sexualidade no ambiente escolar, mesmo que tenhamos por um período a Educação Sexual oficializada nos Parâmetros Curriculares de Educação Nacional, como tema transversal, a sua efetiva implantação não ocorreu de forma sistemática e ampla. Em reportagem da Nova Escola, a profa. Mary Neide Figueiró afirma que “De acordo com sua experiência, ela diz acreditar que atualmente menos de 20% das escolas públicas do país têm projetos amplos e contínuos de Educação Sexual voltados para crianças e adolescentes do Ensino Fundamental.” (MARANHÃO, 2019, *online*).

Dos trabalhos apresentados com as temáticas sexualidade e educação sexual, foi observado que 37 trabalhos foram desenvolvidos no ambiente escolar, tendo os outros seis trabalhos sido desenvolvidos de forma documental com dados da mídia, um em Centro de emprego na Espanha, outro no CREAS, outro em Instituição filantrópica e outro ainda no CENSE II (Centro de Sócio Educação). O que podemos observar é que, com relação á temática, apesar dos dados apresentados anteriormente com relação ao número de trabalhos que são contínuos e possibilitam a Educação Sexual emancipatória, os trabalhos apresentados estão sendo desenvolvidos no ambiente escolar predominantemente.

6.2 Caracterização dos autores dos trabalhos apresentados nos CONPEs.

Nesta seção apresentamos as características dos autores dos trabalhos apresentados nos CONPEs. Pudemos observar que há poucos autores que voltam a apresentar trabalhos em anos subsequentes nas temáticas sexualidade e educação sexual, o que parece ser algo importante e inquietante a razão pela qual os autores que publicam nesta temática não mostram continuidade de seus estudos em congressos posteriores. Foram aqui caracterizados quando a: sexo¹⁸, se tinham graduação em Psicologia ou não, a filiação universitária e o estado de procedência. Os dados encontram-se na Tabela 2.

É possível observar que grande parte dos trabalhos têm um ou dois autores, sendo exceções trabalhos com mais de 5 autores. Em todos os anos há mais mulheres autoras do que homens, o que pode estar associado à questão do papel das mulheres na educação brasileira, havendo um predomínio de mulheres na área da educação básica (COSTA; RIBEIRO, 2011). Dado semelhante foi encontrado por Gonini (2014), que realizou sua tese analisando os trabalhos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no grupo de trabalho 23 (GT23) sobre sexualidade e gênero, no período de 2004 a 2012.

Quanto à formação, em apenas três trabalhos apresentados em 2007 não havia pelo menos um autor graduado em Psicologia, os demais trabalhos, em todos havia pelo menos um dos autores graduado em Psicologia, o que traz a hipótese de que o Congresso está cumprindo sua função de fomentar a reflexão dos psicólogos escolares (ABRAPEE, 2015).

A maioria dos trabalhos apresentados é proveniente de universidades públicas, havendo o mesmo número de trabalhos de universidades públicas e de particulares em 2017, o que pode estar associado ao fato de a maioria dos professores de universidades públicas ter regime de trabalho em dedicação exclusiva, sendo possível a realização de trabalhos voltados para a pesquisa, enquanto os docentes de universidades particulares são contratados como horistas e, em apenas algumas há um incentivo à pesquisa, com renumeração para tal atividade (IBGE, 2016).

¹⁸ O sexo dos autores foi definido a partir do primeiro nome dos mesmos, tendo como referência o que a sociedade em geral considera como sendo nomes femininos e nomes masculinos, já que não havia disponibilidade deste dado nos anais.

Tabela 2 – Características dos autores dos trabalhos apresentados por CONPEs divididos por ano, quanto a número de autores por trabalho, sexo, graduação, filiação universitária e estado de procedência.

Característica	Ano dos CONPEs						
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	
Número de autores por trabalho	1	7	4	5	0	3	2
	2	1	2	2	1	1	4
	3	1	0	1	0	0	0
	4	0	0	2	0	2	0
	5	1	0	0	1	0	1
	11	0	1	0	0	0	0
Sexo	Feminino	13	12	18	6	11	14
	Masculino	4	7	3	1	1	1
Graduação	Um ao menos psicólogo	7	7	10	2	6	7
	Sem psicólogos	2	0	0	0	0	0
	Sem informação	1	0	0	0	0	0
Filiação universitária	Pública	5	5	8	2	3	3
	Particular	2	2	2		3	4
Procedência - Estado	AM	2	1	0	0	0	0
	BA	0	0	0	0	0	1
	DF	0	0	0	0	0	2
	GO	0	0	0	0	1	0
	MG	0	2	0	1	1	0
	MS	0	0	0	0	1	0
	MT	0	0	0	0	0	1
	PE	0	0	1	0	0	0
	PR	2	1	5	0	0	0
	RJ	0	0	3	0	0	0
	RO	0	0	1	0	0	0
	RS	0	0	0	0	1	3
	SC	2	0	0	0	1	0
	SP	4	2	1	1	1	0
	Internacional	0	1	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora.

No que se refere à procedência dos autores quanto às regiões brasileiras, em todos os anos há um predomínio de trabalhos das regiões sudeste e sul do país, locais em que se encontram o maior número de universidades brasileiras. Apesar disso, há autores de vários estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste, havendo, ao longo dos seis CONPEs, representatividade de todo Brasil. A grande concentração de

trabalhos provenientes da região sudeste também foi encontrada por Petrenas (2015) e Gonini (2014).

6.3 Análise por conteúdo dos trabalhos apresentados

No que se refere ao conteúdo dos trabalhos apresentados, os mesmos foram agrupados em dois eixos para realizarmos a análise: relato de experiência e estudos teóricos.

Tais agrupamentos podem ser considerados, visto que na história da Psicologia Escolar, desde o início do século XX, a Psicologia articulada à Educação teve sua atuação marcada por fazeres voltados à atuação prática do profissional, com o propósito de auxiliar na aprendizagem escolar, possibilitar o desenvolvimento das potencialidades dos aprendentes e, a partir da prática, foi sendo desenvolvida a base teórica. Portanto, a Psicologia Escolar constrói-se a partir da relação dialética entre práxis e teoria (MEIRA, ANTUNES, 2003a, 2003b).

Considerando a Psicologia como ciência e profissão, a análise aqui desenvolvida dos trabalhos apresentados nos CONPEs poderá contribuir para que a Psicologia Escolar possa se fortalecer nessas duas vertentes, que são indissociáveis, para a compreensão dos trabalhos que foram apresentados nas temáticas sexualidade e educação sexual. A seguir, serão apresentados cada um dos eixos, discutindo o conteúdo de cada um.

6.3.1 Relatos de experiência

No eixo 1, denominado **Relatos de Experiência**, estão os trabalhos que descrevem atividades realizadas, dentro ou fora do ambiente escolar, com intervenção planejada de um profissional, associada às temáticas sexualidade e educação sexual.

Ao observar os trabalhos apresentados referentes ao relato de experiência com as temáticas sexualidade e educação sexual, questionou-se a quem o trabalho de Educação Sexual destinava-se, e qual a abordagem de educação sexual os autores utilizavam, já que analisamos trabalhos de educação sexual intencional ou formal (FIGUEIRÓ, 2014).

Segundo Nunes e Silva (2000), a educação sexual tem seu início desde o nascimento, já que, ao nascer, o bebê é inserido em uma cultura e carrega valores e

crenças próprios da época e da sociedade em que vive, e em movimento dialético a cultura interfere no desenvolvimento do bebê e é influenciada por ele. A aprendizagem dá-se na relação entre o bebê e seu entorno, inclusive a Educação Sexual, visto que as “relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes.” (NUNES, 2003, p.14-15).

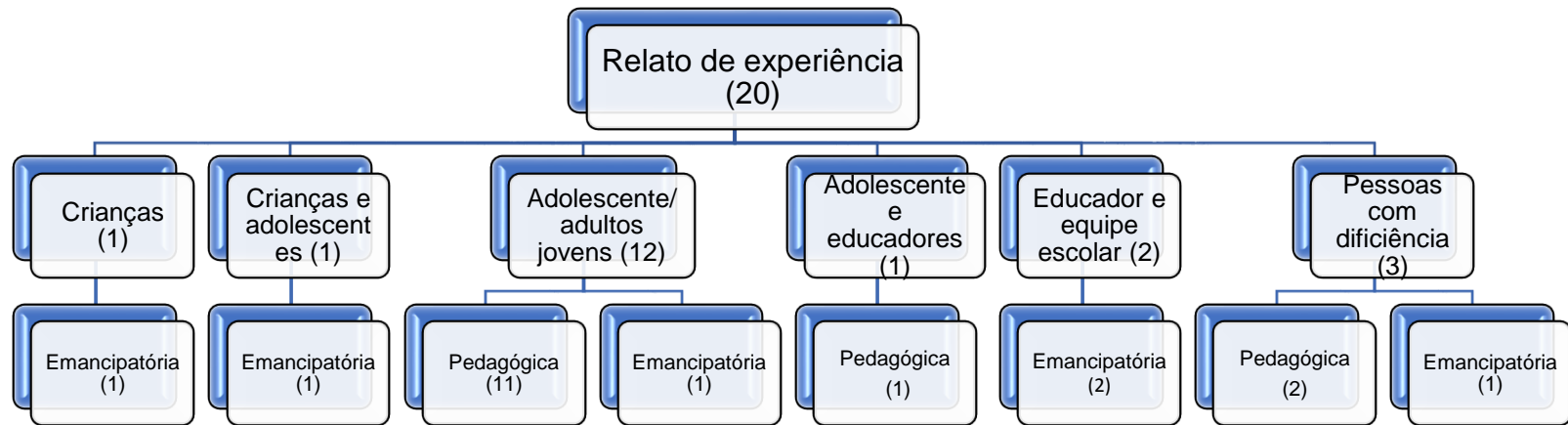
O questionamento referente ao público-alvo desses trabalhos interventivos mostra-se muito importante, já que é sabido que as relações sociais vão se ampliando ao longo do desenvolvimento e que a criança começa a conviver, além da família, com pessoas de outras instituições como igrejas, centros comunitários, berçários, creches e escolas e nestas instituições educacionais permanecem boa parte do dia. Sendo assim, é importante que a escola, entre outras instituições, possa ser um ambiente que acolha as diferentes demandas das crianças, dentre elas o potencial de expressar sua sexualidade (NUNES; SILVA, 2000), já que esta faz parte do desenvolvimento infantil, na construção da subjetividade.

Também é importante considerar os diferentes públicos-alvo uma vez que as necessidades e curiosidades do ser humano em relação à sexualidade vão se modificando ao longo do desenvolvimento, sendo que as primeiras manifestações da sexualidade são para a satisfação de necessidades biológicas e a alimentação. Segundo Freud (1908/1976), até o início da segunda infância, chamada de período de latência, o bebê e a criança buscam a satisfação de suas necessidades, o que gera prazer. Por essa razão, o autor relatou a existência de zonas erógenas em função da necessidade a ser satisfeita, iniciando pela boca, depois o ânus e, por fim, os órgãos genitais como forma de identificação e construção do “eu”, através da comparação e diferenciação do “não eu”. Somente na adolescência, com o início da fase genital, há o desejo sexual pelo outro, e o desejo de ser desejado pelo outro como forma de complementariedade, provocando a satisfação da necessidade e, até esse momento, há várias construções que são necessárias e algumas que precisam ser reelaboradas para que, ao chegar à vida adulta a pessoa possa fazer escolhas de sua vivência da sexualidade, não só genital, mas como parte de uma sociedade, e que possa transformar e ser transformada. Pensando dessa maneira, os educadores são parte do processo de construção da sexualidade, não só sua, mas de seus alunos, independente da faixa etária.

Os critérios para a avaliação da abordagem teórica que foi seguida ao propor a atividade relacionada à sexualidade e à educação sexual nos trabalhos analisados partiram dos parâmetros descritos na introdução deste trabalho e poderiam ser classificados como: biológico, moral, pedagógico ou emancipatório.

Seguindo esses dois questionamentos: público-alvo e a abordagem teórica frente à Educação Sexual formal; os trabalhos foram agrupados segundo o esquema a seguir.

Figura 2 – Esquema de agrupamentos dos trabalhos no eixo Relato de Experiência



Fonte: Elaborada pela autora.

O esquema apresenta a forma como foram feitos os agrupamentos, mostrando o agrupamento por faixa etária e a abordagem teórica utilizada com cada um. Para a análise das abordagens teóricas, levamos em consideração os temas que foram abordados nos programas e seu manejo, bem como a fundamentação teórica apresentada por cada uma das experiências com as temáticas sexualidade e educação sexual.

A Tabela 3, a seguir, mostra a quantidade de trabalhos em cada ano segundo os agrupamentos realizados.

Tabela 3 – Agrupamento dos trabalhos por público-alvo e abordagem, o ano de apresentação e a quantidade de trabalhos em cada uma das categorias.

Público-alvo	Abordagem	Ano	Quantidade
Criança ¹⁹	Emancipatória	2009	1
Criança e adolescente	Emancipatória	2015	1
	Pedagógica	2007	2
Adolescente e jovens adultos	Emancipatória	2009	1
		2011	4
		2013	1
		2015	2
		2007	1
		2017	1
Adolescente e educador	Pedagógica	2011	1
Educador e equipe escolar	Emancipatória	2007	1
		2011	1
Pessoas com deficiência	Pedagógica	2007	1
		2015	1
		2009	1
Total			20

Fonte: Elaborada pela autora.

Pode-se perceber, pela Tabela 3, que há trabalhos de relato de experiência associados às temáticas sexualidade e educação sexual que ocorreram em todos os CONPEs analisados, perfazendo um total de 20 trabalhos, o que corresponde quase a metade (47,6%) dos mesmos apresentados na temática. Isso pode demonstrar que o fazer do psicólogo escolar tem sido uma das discussões durante os CONPEs. Tanto o público-alvo, quanto a abordagem utilizada, estão distribuídas ao longo dos anos.

¹⁹ A classificação entre trabalho com crianças, adolescentes e adultos, foi utilizada segundo a referência dos autores dos trabalhos. Quando estes não apresentavam, usamos a escolaridade como critério, isto é, até o final do Ensino Fundamental I são crianças, Ensino Fundamental II e Ensino Médio adolescentes.

Os trabalhos apresentados nos CONPEs não apresentaram as abordagens biológica e moral, ocorrendo trabalhos em abordagem pedagógica e emancipatória. Os resultados encontrados da abordagem pedagógica, independente do público-alvo, ocorreram em 2007 (dois trabalhos), 2009 (um trabalho), 2011 (cinco trabalhos), 2013 (um trabalho), 2015 (três trabalhos) e 2017 (não há trabalhos), mostrando que esta abordagem teórica, para este eixo, não foi utilizada no último CONPE. Com relação à abordagem emancipatória, independente do público-alvo, ocorreram em 2007 (dois trabalhos), 2009 (dois trabalhos), 2011 (um trabalho), 2013 (não há trabalhos), 2015 (um trabalho) e 2017 (um trabalho), portanto há o predomínio de trabalhos na abordagem pedagógica, o que não mostra coerência com as questões de cunho político-pedagógico da Educação Nacional, que tem por objetivo formar cidadãos críticos e democráticos, mas, pelas abordagens escolhidas, questiona-se tal posicionamento.

Apesar de tal panorama geral, havia trabalhos voltados para a construção de sexualidade e educação sexual que poderiam permear o cotidiano de maneira a formar cidadãos e minimizar os preconceitos e a violência. Um desses trabalhos, apresentado em 2009, trouxe em seu título a curiosidade e necessidade de trabalho frente à demanda infantil, “Quando as crianças querem falar de sexo... de que forma a psicologia escolar pode colaborar com essa demanda no cotidiano escolar?”, trabalho desenvolvido por Nunes e Rocha (2009), que relatou que os educadores, por desconhecimento sobre a sexualidade infantil, “omitem informações ou negam que estão vendo a manifestação de comportamentos em situações como: masturbação, carícias entre colegas e beijos”. Assim, a psicóloga propõe-se a trabalhar com as crianças como forma de lidar com as curiosidades e minimizar as angústias infantis referentes à sexualidade e propiciando a escuta, o que possibilita a vivência de sua sexualidade de forma saudável, evitando que a excessiva exposição possa trazer prejuízos ao seu desenvolvimento. Essa forma de trabalhar a Educação Sexual é considerada por alguns autores como Nunes (2003), Ribeiro (2004, 2011), Figueiró (2010, 2014), Maia (2010), Furlani (2011), dentre outros, como capaz de realizar transformações não só para quem se destina a Educação Sexual (aqui a criança), mas, também, uma transformação no âmbito social da forma como a sexualidade é vivenciada, modificando o meio, o que foi denominado por Figueiró (2010, 2014) como “Educação Sexual Emancipatória”, o que a nosso ver é a abordagem que melhor se

enquadra para a formação de pessoas tolerantes com a diversidade, contribuindo para o desenvolvimento da convivência respeitosa e consciente.

Nessa mesma direção, referente a uma Educação Sexual Emancipatória, podemos descrever um outro trabalho apresentado em 2015, no qual os autores (SOUZA *et al.*, 2015) relataram a experiência do trabalho desde a Educação Infantil até o final do Ensino Fundamental em uma escola estadual. No trabalho, os autores trabalharam a afetividade e a sexualidade, de acordo com a compreensão cognitiva e afetiva de cada etapa do desenvolvimento humano, respeitando tanto os aspectos referentes à linguagem como ao conteúdo da educação sexual. O conteúdo a ser trabalhado está voltado para a compreensão da vivência da sexualidade e não do ato sexual, mas sim uma reflexão que envolve relações afetivas, modelo de beleza imposta pela sociedade, autoimagem, dentre outros. Os autores afirmam que a maior dificuldade encontrada foi quanto à banalização da sexualidade na mídia. A descrição desse tipo de trabalho possibilita às crianças e adolescentes a reflexão de si e de seu entorno, desenvolvendo uma visão reflexiva e crítica, permitindo uma vivência mais consciente podendo levar à transformação da sociedade por meio de uma relação dialética.

Esses dois trabalhos apresentados, um em 2009 e outro em 2015, permitem questionar a razão pela qual somente dois relatos de experiência, ao longo dos seis CONPEs analisados, estão associados à criança. Uma possível reflexão pode envolver o fato de que muitos profissionais, psicólogos, apesar de terem conhecimento sobre o desenvolvimento humano, já que este é um conteúdo discutido durante a sua formação de graduação, não dão ênfase no desenvolvimento da sexualidade. O conteúdo referente à sexualidade nos currículos da graduação em Psicologia, muitas vezes, fica associado às disciplinas referentes à Teoria Psicanalítica²⁰, como se a sexualidade infantil fosse um assunto a ser discutido apenas na clínica psicanalítica e não como parte do desenvolvimento humano, inerente a todo ser humano.

Essa hipótese pode ser corroborada ao observarmos o número de trabalhos apresentados tendo o adolescente como público-alvo da Educação Sexual

²⁰ Não foi localizada qualquer pesquisa sobre o conteúdo das matrizes curriculares dos cursos de graduação em Psicologia. O que foi localizado foram as diretrizes elaboradas pelo MEC, nas quais se apresentam o núcleo comum e especificidade de cada curso. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/psicologia.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2017.

intencional. Ainda pensando sobre o desenvolvimento humano, na graduação em Psicologia, ao se discutir sobre a adolescência, autores como Osório (1989), Aberastury (1981) e Outeiral (2003) trazem a temática sexualidade como aspecto a ser considerado, como parte da finalização do desenvolvimento de identidades, dentre elas a sexual. A sexualidade pareceu estar atrelada à fase genital descrita por Freud (1908/1976) e é nesta fase que se iniciam aspectos referentes à sexualidade mais visíveis pela sociedade como as infecções sexualmente transmissíveis e a gravidez não planejada, na adolescência.

Ao observarmos os trabalhos apresentados tendo como público-alvo somente o adolescente, a abordagem predominante é a pedagógica, tendo em todos uma visão dos aspectos, ao menos, biológico e psicológico, ou então considerando ainda os aspectos biopsicossocial e tendo como pressuposto que a sexualidade é uma construção histórica e social, o que condiz com a visão de vários autores que escrevem sobre a sexualidade e a educação sexual como Ribeiro (2004), Maia e Ribeiro (2011), Maia (2010), Furlani (2011), Figueiró (2010, 2014), Leão (2009; 2012); estes autores pontuam que a sexualidade não pode ser vista como algo desvinculado do contexto sócio-histórico.

Quando analisamos os objetivos desses trabalhos, verificamos que, apesar da visão biopsicossocial, em alguns o objetivo era a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e a gravidez na adolescência. Em Valério (2007) o autor trabalhou os aspectos biológicos por meio do autoconhecimento, imagem corporal e namoro, em Neumann e Hass (2011) a visão biológica foi oferecida atrelada à visão da sexualidade como construção histórica, em Ferraz *et al.* (2011) trabalharam visando os direitos humanos com foco na conscientização das doenças sexualmente transmissíveis para minimizar riscos e realizar exames laboratoriais, Faria (2011) apresentou um trabalho com salas de 6º a 8º ano do Ensino Fundamental por meio de palestras e entrevistas com os adolescentes, com o propósito de subsidiar a atuação dos educadores e discutir as questões de namoro, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, Araújo *et al.* (2015) discutiram sexualidade por meio da Biologia e da Psicologia em uma disciplina eletiva para alunos do Ensino Médio.

Ainda há um resumo no qual os autores propuseram-se a trabalhar as questões de gênero e infecções sexualmente transmissíveis (SOUZA; GONTIJO, 2013) e outros dois nos quais o foco estava no gênero e na mudança de uma visão binária da sexualidade já que a mesma é uma construção social. O trabalho de Silva e Rosa

(2009) utilizava como instrumento a problematização e a solução desta problematização sem oferecer informações de como tais ações ocorriam, e Borges (2011) trabalhou sobre a mudança da visão binária. Já o trabalho, Polonio e Schwertner (2015) trazia à tona a questão da adolescência referente à erotização e à gestação na adolescência.

O trabalho de Herbst (2007) relatou uma transformação geral no ambiente escolar, concluindo que “o trabalho realizado possibilitou ao adolescente uma reflexão sobre seus valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais, a maneira de agir, o pré-conceito, a construção da própria identidade, a autoestima, o contato físico, o uso de preservativo e uma gravidez indesejada”, o que pode ser visto como uma abordagem emancipatória.

A partir dos trabalhos apresentados, podemos pensar o quanto as questões referentes à sexualidade e educação sexual mesmo tendo como público-alvo o adolescente, mostraram sinais de avanço quando comparadas a uma visão ‘biologizante’, permitindo aos adolescentes refletir sobre suas ações não sendo uma conduta apenas educativa no sentido de ‘certo ou errado’, mas dando a possibilidade de mudança na forma de perceber o mundo no qual estavam inseridos, sendo ainda preocupações marcantes, até mesmo por uma questão de saúde pública, as infecções sexualmente transmissíveis e a gestação na adolescência.

Foi unânime na conclusão dos trabalhos perceber que o adolescente nota o ambiente educacional (seja escola ou outras instituições) como um ambiente propício para a discussão sobre as temáticas de sexualidade, o que evidencia o quanto os adolescentes estavam sedentos por um espaço onde pudessem ser ouvidos em suas necessidades relacionadas à temática.

Um dos trabalhos realizados com adolescentes envolvia também educadores, o que fez com que pudessem contribuir na formação, também, de educadores e tal ação poderia ser ampliada para outros adolescentes além dos que estavam participando do programa em questão. Ao analisarmos os trabalhos apresentados e agrupados com a categoria adolescentes, pudemos perceber que as abordagens utilizadas foram tanto pedagógica, como emancipatória.

Mesmo os trabalhos que tinham uma abordagem pedagógica apresentavam uma concepção de sexualidade ampla e complexa em uma perspectiva biopsicossocial e histórica. O trabalho de Pereira *et al.* (2011) abordou os adolescentes e suas dúvidas sobre a sexualidade e atrelou a discussão com os

educadores às dúvidas cotidianas dos adolescentes, porém o foco ainda estava nos adolescentes e seus questionamentos, buscando promover um espaço de diálogo sobre sexualidade, em uma instituição filantrópica, com o propósito de percebê-la como inerente ao desenvolvimento humano. Esse trabalho mostrou o papel do psicólogo escolar que deve ser responsável pela capacidade de circular o conhecimento que possa estar cristalizado, o que possivelmente ocorreu com a sexualidade, visto ser um tema tabu e que necessita de espaço de discussão, como apontado por Kupfer (2004). Quando há oxigenação, há a circulação de discurso, as pessoas podem se aplicar em seu fazer, podem participar dele ativamente, podem se responsabilizar por aquilo que fazem ou dizem.

Pedrosa, Oliveira e Silva (2007) partindo de uma abordagem emancipatória, iniciaram o trabalho com pais e educadores, porém na conclusão da pesquisa os autores referem que os pais compreenderam o trabalho de maneira informativa e não formativa, deixando para os adolescentes a formação, possibilitando a ressignificação sobre sexualidade e criando multiplicadores da visão desenvolvida.

Podemos observar que nos trabalhos envolvendo adolescentes e educadores, estes são vistos como fundo e não como figura quando se tem o propósito de transformação, isto é, de ressignificar os conceitos sobre a sexualidade, continuando a manter o foco no adolescente, em aspectos relacionados a infecções sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, ficando o afetivo atrelado ao biológico.

Observamos que o trabalho com educadores e a equipe escolar é relevante, como foi sendo discutido ao longo desta análise, já que são eles que estão cotidianamente em contato com as crianças e adolescentes e são um referencial sobre a Educação Sexual, intencionalmente ou não. Figueiró (2014) relata que muitos estudos foram realizados demonstrando o quanto professores e supervisores de ensino veem a necessidade da Educação Sexual nas escolas e a necessidade de formação específica para se trabalhar com as temáticas referentes à sexualidade, visto que na formação do professor tal assunto é pouco explorado.

Como demonstra Leão (2012) em seu relatório de pós-doutorado, nas faculdades de Pedagogia da UNESP não há disciplinas específicas na grade curricular que contemplem a temática da sexualidade. Como disciplina específica em curso de Pedagogia, é encontrada na grade curricular da UDESC que tem como sua mentora a Profa. Sonia Melo (MELO; BRASIL; FREITAS, 2006; BRASIL, 2009).

Os trabalhos de Fiks e Violante (2007) discorreram sobre a proposta de atuação na temática sexualidade com professores que relataram suas dificuldades em lidar com as questões da sexualidade. O projeto tinha como objetivo “Capacitar os professores a tratarem as questões da sexualidade e da prevenção das IST/Aids nas escolas públicas de Nortelândia, promovendo a saúde e o bem-estar das crianças e adolescentes na vivência de sua sexualidade atual e futura” e aqui novamente há elementos que nos levam a supor que a Educação Sexual, mesmo considerando aspectos relativos a outros elementos do desenvolvimento, ocorre com ênfase no biológico (DST e gravidez na adolescência), não havendo informação clara de como foram realizados os trabalhos com os educadores.

Já no trabalho de Barros (2011), parece haver a necessidade de oferecer dados sobre a sexualidade infantil em uma visão científica para que os educadores pudessem dialogar de forma mais eficaz com familiares e crianças, havendo, aparentemente, uma preocupação em poder deixar circular conteúdos ligados à sexualidade, para que os tabus e preconceitos pudessem ser discutidos.

Portanto, os trabalhos realizados com os educadores parecem estar voltados à uma formação do mesmo em relação à temática, já que muitas vezes se sentem despreparados para lidar com os assuntos do cotidiano escolar e tal sentimento de despreparo foi relatado por Figueiró (2010, 2014). Como afirma Figueiró (2010, p.15), “[...] o educador pode ser um semeador de conformismo, rigidez e aprisionamento, assim como pode ser o iniciador de transformações, desconstruções e mudanças político-subjetivas”, sendo assim, trabalhar com o educador no que se refere à formação em Educação Sexual é de suma importância, para que possa atuar como transformador.

Uma última categoria, do eixo Relato de Experiência, é referente à Educação Sexual de pessoas com deficiência, seja ela física, intelectual (cognitiva), sensorial, visual ou auditiva. Maia e Ribeiro (2010) trataram sobre os mitos que permeiam a sexualidade da pessoa com deficiência, já que não é possível afirmar antecipadamente quais as dificuldades ou não que elas terão, mas no senso-comum encontramos afirmações de que a sexualidade delas é sempre infantil.

Ao analisarmos os trabalhos apresentados nos CONPEs pudemos perceber que os autores, ao apresentarem programas voltados à esse público-alvo têm a ideia de proporcionar condições semelhantes às daqueles que não apresentam deficiência, como ocorreu com o trabalho de Tonus (2007), no qual a Educação Sexual era

oferecida a todos na sala, tendo a professora-intérprete em LIBRAS como tradutora do que estava sendo discutido, o que possibilitou à pessoa com deficiência auditiva o conhecimento sobre a sexualidade. A autora ainda relatou que a dificuldade está em ter acesso à informação e não na vivência da sexualidade em si, demonstrando as dificuldades que as pessoas não deficientes também encontrariam.

Os dois outros trabalhos estavam voltados para pessoas com deficiência intelectual (cognitiva), sendo um brasileiro (BARBOSA, 2015) e outro espanhol (BRINGEL, 2009). O primeiro trabalho foi realizado com professores, pais e alunos e mostrou a importância de ser realizado de forma integral, sendo o foco do mesmo a sexualidade e não as limitações intelectuais dos alunos. Isso permitiu que todos os envolvidos, pais, professores e alunos, pudessem ter voz, não infantilizando, tampouco isolando o aluno. O segundo trabalho, realizado na Espanha, tinha o propósito de trabalhar a questão da sexualidade como manejo para coibir o “abuso sexual” de pessoas com deficiência intelectual (cognitiva).

Podemos observar nesse eixo o Relato de Experiência em grande parte dos trabalhos apresentados, independente do público-alvo, nos projetos de Educação Sexual. Observamos também que há um predomínio de conteúdos que têm em seu bojo a questão das infecções sexualmente transmissíveis e a gravidez na adolescência. Quanto à forma como tem sido abordada tal temática, em termos de metodologias utilizadas, há um predomínio de atividades mais dinâmicas do que palestras, tendo como referencial teórico uma visão biopsicossocial e histórica da sexualidade. Esses dados podem levar à hipótese de que as propostas, em relato de experiência de psicólogos ou estagiários de Psicologia levam em consideração uma visão mais ampla da sexualidade como a descrita por Maia e Ribeiro (2011), Figueiró (2010, 2014) e Melo (2009).

O predomínio de trabalhos voltados para uma abordagem pedagógica pode estar associado ao fato de que muitos estão voltados ao público adolescente e, como relata Outeiral (2003, p.19),

a escolha de um parceiro (a escolha de um objeto amoroso) é uma das principais “tarefas da adolescência” assim havendo um predomínio nesta etapa de fantasia de onipotência, mostra-se necessário discutir as relações e conscientizar dos riscos físicos de atitudes impulsivas, que não podem se desvincular das questões de sexualidade, necessitando que se ofereça, ao menos, informação reais sobre a vivência sexual.

6.3.2 Pesquisas científicas

O segundo eixo de análise diz respeito às pesquisas científicas e para que possamos compreender esse agrupamento é importante que se saiba o que é conhecimento científico. Segundo Turato (2003, p.57) é um “conjunto de assertivas que partiram de hipóteses de investigadores que então as sistematizaram em forma de teoria, com emprego de métodos de estudo e de comprovação reconhecidos pelo rigor acadêmico”, definição esta da qual compartilhamos.

Tendo como referência essa definição de conhecimento científico, este eixo abarcou os trabalhos que tinham elementos que permitiam pensar sobre o fato de partirem de uma hipótese e sistematizar suas ações em busca de confirmação ou refutação.

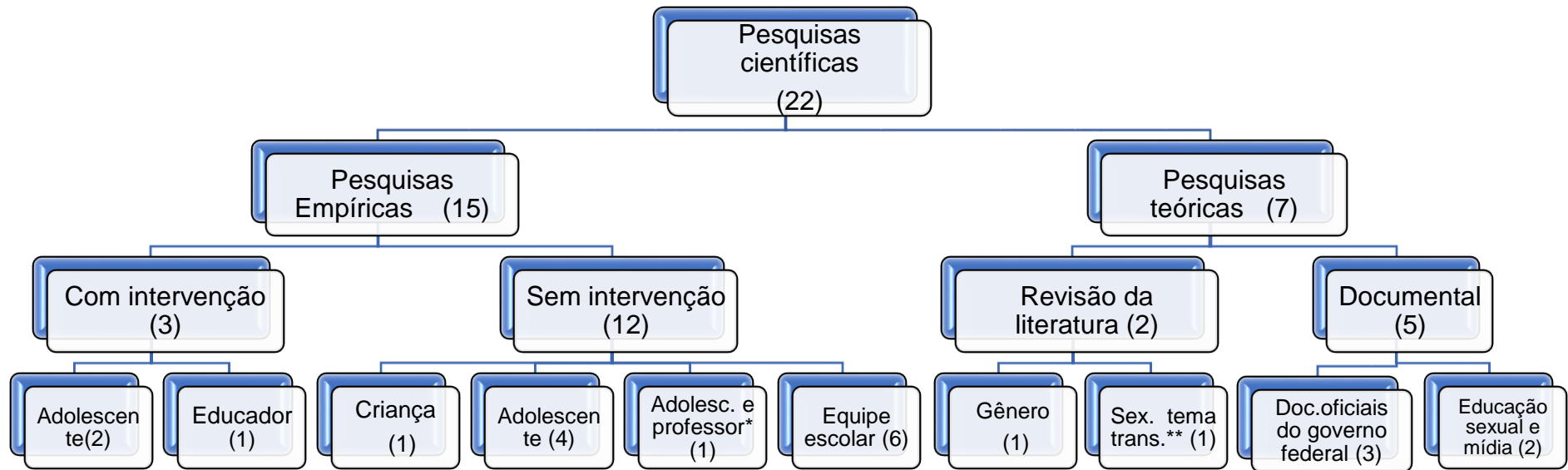
Partindo da ideia de que as pesquisas podem ser divididas em categorias, em função de seu objetivo e/ou da metodologia utilizada, foram criadas categorias segundo a metodologia utilizada nas pesquisas e posteriores subcategorias.

Sendo assim, as pesquisas empíricas, que tinham a participação de seres humanos como sujeitos, com as subcategorias: a) pesquisas nas quais existia um plano de intervenção na metodologia, sendo o pesquisador quem fazia a intervenção e participava da pesquisa; b) sem intervenção, o pesquisador realizava aplicação dos instrumentos selecionados para a coleta de dados.

A outra categoria é a de pesquisas nas quais não existia uma participação direta com seres humanos, denominada como pesquisas teóricas, podendo ser divididas em pesquisas de revisão de literatura e pesquisas documentais.

A Figura 3 traz um esquema de como ficou organizado o agrupamento das pesquisas quem foram os participantes das mesmas, ou a quem a pesquisa de revisão e documental se dirigiam.

Figura 3 – Esquema de agrupamentos dos trabalhos no eixo Pesquisa Científica



*Adolescente e professor

** Sexualidade como tema transversal

Fonte: Elaborado pela autora

6.3.2. Pesquisa Empírica

Esta categoria foi assim chamada por envolver seres humanos como participantes da pesquisa. A ação direta com seres humanos pode ser realizada tanto tendo o pesquisador intervindo junto ao participante durante o processo de pesquisa, como aquelas em que o pesquisador é mais neutro, realizando entrevistas e grupos focais. É sabido que, durante a pesquisa com entrevistas e grupos focais, pode haver mudança no participante ao refletir sobre o que está sendo perguntado, porém este não é o propósito da mesma, diferentemente da pesquisa participante em que o pesquisador tem a intenção de intervir com o propósito de provocar reflexão (NUNES, 2005).

Na Tabela 4, a seguir, são apresentados os agrupamentos dos trabalhos de pesquisa com e sem intervenção nas temáticas a sexualidade e educação sexual: por participantes, por ano e quantidade.

Tabela 4 – Agrupamento por participantes, ano de apresentação e quantidade dos trabalhos de pesquisa com e sem intervenção nas temáticas a sexualidade e educação sexual.

Pesquisas com seres humanos	Participantes	Ano	Quantidade	
Com intervenção	Adolescentes	2009	1	
		2017	1	
	Educadores	2011	1	
		Crianças	2007	1
		Adolescentes	2009	1
Sem intervenção	Adolescentes e professores	2013	1	
		2015	1	
		2017	1	
		2009	1	
		2007	3	
	Educadores (professores, coordenadores e psicólogo escolar)	2011	1	
		2017	2	
Total			15	

Fonte: Elaborada pela autora.

Podemos observar pela Tabela 4 que há trabalhos de pesquisa com seres humanos nas temáticas sexualidade e educação sexual em todos os CONPEs,

totalizando 15 trabalhos o que corresponde a 35,7% dos apresentados sobre a temática nos congressos.

Ao analisarmos as pesquisas por tipo de participante, observamos que as que envolvem educadores apareceram em 2007 (sem intervenção, com três trabalhos apresentados) e uma em 2011 (com intervenção) e há ainda um trabalho que envolveu adolescentes e professores em 2009 (sem intervenção). A pesquisa direta com o psicólogo escolar é a mais recente (2017), tal fato pode estar associado ao movimento que tem sido realizado pelo Conselho Federal de Psicologia no sentido do trabalho do psicólogo voltado para a pluralidade do ser humano na construção da subjetividade e inclusão das minorias na sociedade contemporânea, como foi mostrado por Campos e Bernardes (2005) ao escrevem sobre a história recente da Psicologia brasileira e os seus achados foram sendo ampliados nos anos subsequentes.

A seguir apresentamos os trabalhos em suas subcategorias e o conteúdo que vem sendo tratado em cada um dos estudos.

6.3.2.1. Pesquisa Empírica com intervenção

Na subcategoria “com intervenção” foram incluídas as pesquisas que tinham o propósito de realizar uma ação que provocasse no outro uma reação, seja ela de reflexão ou de transformação.

Esta subcategoria foi composta por três trabalhos apresentados, sendo um em 2009, outro em 2011 e o último em 2017, o que nos permitiu observar que estes trabalhos estão espalhados ao longo dos congressos. Quanto aos participantes da pesquisa, em dois deles são adolescentes e, em um, educadores que trabalharam com a educação infantil.

O trabalho desenvolvido por Schindhelm (2011) foi uma pesquisa de doutorado que tinha como propósito saber sobre o manejo dos educadores com a construção de gênero e sexualidade na educação infantil, com foco na melhoria da intenção do professor e aluno no cotidiano escolar. Teve a intervenção em uma troca de informações com os educadores, após investigação inicial, porém com os dados do resumo não foi possível avaliar o tipo de intervenção realizada e como foi realizada. Os resultados mostraram a dificuldade dos educadores em lidar com a temática de sexualidade e de gênero e a lentidão nos movimentos institucionais. Tal conclusão corroborou com os estudos desenvolvidos por Figueiró (2014) com relação à

necessidade de ser trabalhada a educação sexual com o educador e suas dificuldades.

Os outros dois trabalhos, um de Caobianco (2009) e outro de Barreto e Madureira (2017), que apresentaram o adolescente como participante da pesquisa, utilizaram como instrumento de pesquisa de intervenção as oficinas. O primeiro focou nas dúvidas dos adolescentes que estavam voltadas para questões do desenvolvimento humano e das vivências da sexualidade por eles, e teve como conclusão que os adolescentes não conseguem conceber a sexualidade em um contexto histórico, fortalecendo os preconceitos, mitos e tabus e ressaltando a importância do papel do psicólogo escolar para que tal concepção possa ser desenvolvida. Já o trabalho desenvolvido em 2017 estava voltado para a percepção dos adolescentes sobre o papel da escola na construção de diferentes identidades sociais, marcadas por gênero, sexualidade e raça e mostraram que os alunos valorizam o papel da escola como local de discussão e de compreensão das diversidades, respeitando os diferentes modos de ser e estar no mundo. Foi possível observar, nos dois trabalhos, uma diferença no olhar sobre a sexualidade, sendo o mais recente voltado para questão de respeito à diversidade, o que pode ser compreendido como um avanço frente às políticas públicas e dos movimentos que têm acontecido na sociedade de forma geral, a qual busca o respeito à diversidade, incluindo os projetos sobre o “Brasil sem Homofobia”, que apesar de ter sido lançado em 2004 (BRASIL, 2004), teve uma discussão sobre o mesmo na mídia televisiva e social a partir de questionamentos sobre a “cura gay”, isto é, quando se apresenta a homossexualidade como doença que precisa ser curada.

O Conselho Federal de Psicologia já havia promulgado um Resolução, a 01/99 (CFP, 1999) na qual se mostra contrário à terapia de reversão sexual e uma notícia no site do conselho de 16 de setembro de 2017 tem como manchete “Resolução CFP 01/99 é mantida em decisão judicial”, reforçando posicionamento contrário a tal conduta profissional (CFP, 2017). O trabalho apresentado em 2017 relata o momento em que há uma preocupação com relação ao manejo desses aspectos diante das mudanças no cenário político brasileiro, como retratado por Ribeiro (2017).

Pode-se pensar a partir deste agrupamento que os trabalhos apresentados, advindos do meio acadêmico no formato de pós-graduação *stricto sensu*, desenvolvidos por psicólogos, buscam a compreensão e a mudança, seja de crianças ou de adolescentes, referentes a diversidade como inquietação a ser percebida no

humano e que é necessário que haja o respeito a ela, como estratégia de inclusão social de pessoas de grupos minoritários e que tal discussão e construção da sociedade voltada para a inclusão pode ocorrer frente às temáticas da sexualidade e da educação sexual, em ambientes institucionais.

6.3.2.2 Pesquisa empíricas sem intervenção

As pesquisas desenvolvidas com seres humanos e que não tinham o propósito de intervir na ação dos participantes, no momento de sua aplicação, buscavam conhecer ou compreender a concepção de temáticas sobre sexualidade e educação sexual.

Dos trabalhos apresentados, a metade deles tinha como participantes adolescentes, sendo que as temáticas abordadas nestes trabalhos envolviam a concepção dos adolescentes sobre a sexualidade demonstrando falta de conhecimento científico (ACUNA *et al.*, 2013) ou que sexualidade é o mesmo que sexo (TORRES, 2015).

Em ambos podemos observar que para o adolescente a sexualidade não é vista de forma ampla e complexa como proposto por Maia e Ribeiro (2011), Figueiró (2014) e Nunes (2003) dentre outros autores que referem a sexualidade como uma construção social e histórica que abrange mais do que o coito. O que divergiu do trabalho de Oliveira (2009) no qual a visão de sexualidade do adolescente é de uma construção da identidade humana e se relaciona ao modo de expressar, através de linguagem e vivências. No entanto, para os professores a sexualidade é percebida como “uma espécie de aptidão biológica que se não for disciplinada na escola pode ser/ou se tornar patológica ou problemática” (OLIVEIRA, 2009).

Outros dois trabalhos diziam que investigariam sobre a concepção de sexualidade, porém não apresentaram seus resultados. Um dizia que realizou a pesquisa (LIMA *et al.*, 2009) de forma ampla com dados sobre a família, namoro, primeira relação sexual e contraceptivos, e o outro parece ser um projeto de pesquisa e não um relatório, pois mostrava o que se pretendia alcançar (SILVA *et al.*, 2017) e objetivava conhecer como a temática de sexualidade e de gênero vinha sendo abordada em sala de aula.

A questão de gênero aparece em três trabalhos. Um trabalho apresenta a questão da homofobia, aplicando as escalas de rejeição, intimidade e explicações

para a homossexualidade, no qual os autores relataram “a existência de preconceito e que este não se configurava para os participantes como uma prática discriminatória” (ACUNA *et al.*, 2013), outro de Oliveira (2011) verificou a percepção da equipe escolar após a inserção do Programa “Brasil sem Homofobia” e percebeu que os professores tentaram a rearticulação dos discursos alinhando-se com as proposta do programa. No entanto, a reinterpretação é perpassada por vivências pessoais e acaba culminando na transformação de discursos pela caridade cristã, legalista, de sensibilidade aos que sofrem intolerância. Tal resultado corrobora com a discussão trazida por Figueiró (2014) sobre as dificuldades dos educadores com a temática sexualidade quando faz parte de suas próprias vivências, sendo elas nem sempre adequadas e não tendo a possibilidade de significá-las. Sendo assim, mesmo que se dê ao educador os conceitos teórico-científicos, eles serão internalizados conforme as condições afetivas, sociais e cognitivas de cada educador.

Além da concepção sobre sexualidade, o trabalho de Torres (2015) pesquisou as fontes de informação dos adolescentes, dizendo que a *internet* é a fonte mais usualmente utilizada, porém a maior influência na vivência da sexualidade vem da troca entre pares; a escola é vista como um local adequado para discussão da temática, mas não é vista como um local que promova o espaço de discussão sobre. A revista Nova Escola, em um artigo de Maranhão (2019, *online*) transcreve uma fala de Figueiró sobre a implantação de programas ligados a sexualidade no ambiente escolar que diz: “Penso que não há, provavelmente, no país, mais do que 20% de escolas públicas em que a educação sexual – ampla, completa e desde as séries iniciais – aconteça” o que corrobora com a ideia de que a escola apesar de ser um ambiente no qual a educação sexual poderia se desenvolver de maneira saudável e com uma visão mais científica, não tem atuado de forma a construir conhecimento e vivências emancipadas de sexualidade.

Ao analisamos a outra subcategoria com as pesquisas realizadas com a equipe escolar (educadores, coordenadores e psicólogo escolar), separadamente ou em conjunto, verificamos que existem três trabalhos em 2007, um em 2011 e dois em 2017. Portanto, as pesquisas desenvolvidas com educadores não tinham uma constância, mas apareceram desde 2007 até 2017, o que nos faz refletir sobre o quanto os educadores são percebidos como tendo um papel muito relevante quanto à educação sexual. Figueiró (2014), Maia (2010), Melo (2004), Furlani (2011), Nunes (2003), dentre outros pesquisadores da área de educação sexual, têm apontado a

importância da formação continuada dos educadores voltados para a temática da sexualidade e da educação sexual como estratégia para que tais profissionais possam trabalhar em uma perspectiva emancipatória, para tanto é necessário que haja a formação dos educadores e não só a informação, como foi discutido acima.

Os trabalhos encontrados no CONPE em 2007 mostram que educadores não têm formação para o trabalho da sexualidade como tema transversal, tanto na graduação como na educação continuada, havendo a necessidade de um trabalho de formação, já que os temas relacionados à sexualidade transpassam cotidianamente o ambiente escolar, tanto em escola de Manaus/AM (ESPERANÇA, 2007) como de Curitiba/PR (CAOBIANCO, 2007) as conclusões dos autores são semelhantes, o que pode levar a pensar que este é um problema de cunho nacional quando inserimos ainda os trabalhos de Leão (2012) mostrando que no estado de São Paulo, na Universidade Estadual Paulista (UNESP) não há referência sobre a questão da sexualidade nos cursos de graduação em Pedagogia. Tais aspectos podem levar ao silenciamento da temática no ambiente escolar.

O terceiro trabalho de 2007 mostra a dificuldade de conhecer e discutir sobre alunos que são órfãos por AIDS no ambiente escolar, sendo que os professores conseguiam reconhecê-los, mas a equipe diretiva da escola não (ZUCCHI *et al.*, 2007). Esta falta de informação pode mostrar que falta diálogo sobre a temática no ambiente escolar e o quanto essas crianças podem representar tantas outras sobre as quais a temática da sexualidade tem influência direta no desenvolvimento biopsicossocial.

O intervalo de 10 (dez) anos entre os trabalhos mostrara pequenos avanços relacionados à pesquisa com educadores. No trabalho de Costa (2017), a autora mostra que a escola não tem trabalhado com a educação sexual e que a temática não é só responsabilidade da família, mas também da escola. Ao se debruçar sobre uma pesquisa realizada com psicólogos escolares, Paula e Madureira (2017) mostraram que os psicólogos são sensíveis aos temas relacionados à sexualidade, e que é possível identificar entre os docentes a presença de sexismo e LGBTfobia, concluindo acerca de a necessidade de formação de educadores.

O que podemos observar nesta subcategoria “equipe escolar” é que os trabalhos são unânimes em sugerir a formação de educadores na temática da sexualidade para que se possa realizar um trabalho adequado no ambiente escolar,

já que o tema transpassa o ambiente escolar e não é possível deixá-lo no silêncio ou invisível.

Uma única pesquisa direcionada à criança como participante da pesquisa desenvolvida por Pascoto (2007) tinha como conteúdo as condições pré-existentes que favorecessem a expressão de comportamentos relacionados ao sexo. Para tanto foi relatado um experimento com crianças de 16 a 18 meses sobre a preferência por brinquedos que a sociedade define como sendo de meninas e meninos e encontraram sustentação na escolha feita pelas crianças, de que são adequadas para o que a sua sociedade considera para a categoria de gênero à qual pertencem. Neste trabalho podemos pensar a importância para o desenvolvimento de fatores herdados e aprendidos, havendo uma interação entre eles; esta é uma discussão que precisa ser feita, já que pode levar a condutas que não respeitam a diversidade. Porém, em função dos objetivos propostos neste trabalho, esta discussão não foi incluída.

6.3.3 Pesquisa teórica

Foram denominadas por “pesquisas teóricas” aquelas que não tinham como participantes diretos os seres humanos. A pesquisa poderia ser realizada a partir da revisão da literatura ou através de documentos. Na Tabela 5 são apresentados os agrupamentos dos trabalhos de pesquisa teórica, nos quais não há participação direta de seres humanos com as temáticas sexualidade e educação sexual por: tipo de pesquisa realizada, ano e quantidade.

Tabela 5 – Agrupamentos dos trabalhos de pesquisa teórica com as temáticas sexualidade e educação sexual por tipo de pesquisa realizada, ano e quantidade.

Pesquisa Teórica	subcategorias	Ano	Quantidade
Revisão de literatura	Gênero	2009	1
	Sexualidade como tema transversal	2017	1
Documental	Documentos oficiais do governo federal	2007	1
		2011	1
		2015	1
	Educação sexual e Mídia	2011 2017	1 1
Total			7

Fonte: Elaborada pela autora.

Pudemos observar pela Tabela 5 que há dois trabalhos de revisão de literatura, um de 2009 e outro de 2017, com conteúdo diferente e cinco estudos documentais, sendo três referentes a documentos oficiais do governo federal acerca da sexualidade e educação sexual (2007, 2011 e 2015) e dois com a educação sexual e mídia (2011 e 2017).

6.3.3.1 Revisão de literatura

Nesta subcategoria foram localizados dois trabalhos apresentados, sendo um de 2009 e outro de 2017.

No de 2009, a temática referiu-se à questão da homofobia e heterossexualidade, com uma revisão brasileira e mundial, trouxe a questão do poder e da discriminação por gênero levando ao *bullying* no ambiente escolar, negligenciado pela instituição que adota uma visão da heteronormatividade; o trabalho apontava para a necessidade de trazer para o debate a questão de gênero (GARCIA, 2009). O outro trabalho (COSTA; SILVA, 2017) apresentado como revisão de literatura trouxe à baila o corpo e sexualidade em uma visão brasileira com fundamentação de autores pós estruturalistas e os resultados preliminares apontam que a sexualidade vai além da instituição familiar, e que a escola pode ser um ambiente no qual a discussão pode ser frutífera.

Em ambos há o apontamento de que a escola precisa se posicionar frente à sexualidade, no sentido de promover espaços de discussão que possam ser frutíferos para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável e autônoma, porém o que tem sido apontado é que tal espaço é insipiente. A escola tem o papel de sistematizar o conhecimento e trazer aos alunos uma abordagem científica que proporcione uma reflexão crítica sobre as diversas temáticas tratadas ali. No entanto, alguns temas são tabus no ambiente escolar ou tratados de forma breve e pontual, como em geral se apresenta a temática sobre sexualidade. No entanto os alunos permanecem na escola durante várias horas do dia e sendo a sexualidade parte constituinte da personalidade, é esperado que tal conteúdo venha à tona, necessitando de pessoas que possam abrir espaço de discussão da temática sem viés de cunho moralista ou sexista. (NUNES, 2003; VIEIRA; MATSUKURA, 2017).

6.3.3.2 Análise documental

Englobam-se, aqui, os trabalhos produzidos por meio da análise de documentos, que não artigos, teses e dissertações com as temáticas sexualidade e educação sexual, totalizando cinco trabalhos.

O trabalho apresentado que tinha como propósito analisar a contribuição ou a inserção dos PCN no currículo escolar (CAOBIANCO, 2007) apresentou que há um avanço na inserção da temática sexualidade no ambiente escolar no sentido de oficialização do discursos a partir de orientações nacionais para a Educação, porém há uma discussão quanto a função educativa das orientações vindas dos PCN, não havendo um inserção efetiva do mesmo no currículo escolar.

O outro estudo voltou-se tanto para os Cadernos de Orientação Sexual dos PCN, quanto para os programas propostos pelo governo como forma de inserção da temática no ambiente escolar, como o Programa “Brasil sem Homofobia” e “Gênero e Diversidade na Escola” (GESSER, 2015). No entanto, a autora não apresentou uma conclusão do estudo, pontuando que faria a análise, mas não a apresentou no resumo.

Oliveira e Ferracioli (2011) propuseram um curso durante o CONPE com o propósito de subsidiar os participantes quanto a diversidades sexuais e o desejo no contexto educacional, discutindo o posicionamento fundamentalista dos discursos do então deputado federal Jair Bolsonaro, porém não apresentou dados de como o faria, apenas pontuou sua ação.

Portanto, no que se refere aos trabalhos de análise documental com documentos oficiais, apenas um trabalho mostrou conclusões, podendo-se perceber que há uma preocupação com a temática gênero e homofobia, que não está sendo um tema negligenciado, mas não há conclusões que permitam verificar a direção de tais discussões, somente que há a necessidade de inserção da temática no ambiente escolar.

Ainda na análise documental, apareceram dois trabalhos em que a mídia televisiva foi pontuada, inserindo a discussão de temas ligados à sexualidade, um em Portugal, e outro no Brasil, ambos veiculados na TV aberta. A experiência de Portugal, que tinha como propósito a educação sexual através de um curta de animação denominado “*so that’s how!*” trouxe à tona a discussão da família e da sociedade em geral sobre a sexualidade. Os autores do trabalho propuseram-se a realizar a análise dessa inserção na sociedade portuguesa, mas não o fizeram seu resumo, assinalando

como proposta a ser feita, eles pontuaram que tal ação levou a uma movimentação na sociedade portuguesa em maio de 2007 (CABREIRA *et al.*, 2011).

Outro trabalho analisou a forma como a temática sexualidade é tratada na mídia brasileira em um programa específico, “Profissão Repórter” da TV Globo, em que foram localizados 4 programas direcionados à questão da sexualidade infantil e juvenil. Em análise preliminar mostram que a sexualidade é mostrada com questões negativas e abordagem sensacionalista e pouco explicativa (CASERI; MARIANO, 2017), o que pode reformar a visão da sexualidade como distorção e não como parte da constituição da pessoa, fortalecendo uma visão higienista e não sócio-histórica e cultural. A cultura televisiva faz parte do cotidiano e “mescla a oralidade cultural com a imagística popular” (CARVALHO, 2016). Pensando nesses aspectos, de parte da oralidade com parte da imaginação, o que vai sendo transmitido passa a ser da ordem da verdade, sem questionamento, já que não há uma interlocução, pensando neste papel dado que remonta a aspectos negativos da sexualidade, podem contribuir para que o preconceito e os tabus fortaleçam-se, não permitindo que as pessoas possam discutir seus conceitos e, ao discutir, possam internalizar informações verdadeiras para si e para sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não sei, meu amor, mas sei que meu caminho chegou ao fim: quer dizer que cheguei à porta de um começo.

Clarice Lispector

A Psicologia e a Educação são ciências independentes que se inter-relacionam e se complementam dependendo do tema e do momento histórico e social. Em especial quando se trata da relação ensino-aprendizagem e, sendo o psicólogo escolar um profissional que busca o constante aprimoramento de sua prática a partir da vivência e construção teórica, este trabalho teve por objetivo verificar e analisar a produção acadêmico-científica dos Congressos Nacionais de Psicologia Escolar (CONPEs) promovidos pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), de 2007 a 2017. O foco foi com relação às temáticas sexualidade e educação sexual, totalizando seis CONPEs, já que o mesmo ocorre bianualmente.

Os congressos ocorrem mais na região sudeste com temas relacionados às questões do momento do Congresso, na educação nacional. Tais aspectos mostram que os CONPEs cumprem o seu papel que é de promover a discussão da produção acadêmica em território nacional com temas condizentes com a realidade brasileira de Educação.

Em todos os CONPEs (2007 a 2017) as temáticas da sexualidade e da educação sexual esteve presente, demonstrando que os psicólogos escolares têm interesse por tal temática, mesmo que o percentual de trabalhos apresentados na temática seja tímido, 1,09% do total. Estes são predominantemente provenientes do sudeste do Brasil, região que apresentou o maior número de alunos matriculados em graduação presencial de forma geral, o maior número de docentes contratados e onde fica a sede da ABRAPEE.

O total de trabalhos apresentados com as temáticas sexualidade e educação sexual foi de 42 trabalhos, sendo o maior número em 2007 e 2011, ambos com 10 trabalhos e o menor número em 2013 com dois trabalhos, porém não há regularidade no número de trabalhos apresentados como um todo, e nem nos trabalhos relacionados aos temas sexualidade e educação sexual.

Para analisar os trabalhos apresentados nos CONPEs, estes foram agrupados em dois grandes eixos: Relato de Experiência, com 20 trabalhos, e Pesquisa Científica com 22 trabalhos.

Com relação à concepção de sexualidade demonstrada pelos autores dos trabalhos, há o predomínio de uma construção biopsicossocial e histórica, havendo modificações ao longo do tempo e transformações sociais. Apesar da visão da sexualidade como algo que vai além dos aspectos biológicos, quando se propõe a atividade de cunho mais prático (relatos de experiência) aparecem resquícios de uma visão 'biologizante' nos conteúdos discutidos nos programas propostos para a realização da educação sexual intencional.

O agrupamento Relato de Experiência foi composto por trabalhos que se direcionaram para o público-alvo crianças, adolescentes, educadores e pessoas com deficiência e a grande maioria foi direcionada ao adolescente. Nestes eram propostos programas de discussão com temáticas recorrentes de infecções sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e contraceptivos. Não houve qualquer trabalho que tratasse esses temas isoladamente, estavam sempre associados a questões de afeto, namoro e relações afetivas e sociais, o que demonstrou que houve evolução do ponto de vista social na concepção de sexualidade nos trabalhos apresentados, em busca de uma concepção condizente com os Direitos Humanos e Sexuais de cunho mundial.

No entanto, ao nos debruçarmos na análise dos conteúdos trabalhados nos relatos de experiência, pudemos observar que a abordagem é, predominantemente, pedagógica e não emancipatória visando à transformação social. Os trabalhos estão mais voltados para a público adolescente, outro dado que permite a hipótese de que a sexualidade está sendo vista no que tange à sexualidade genital.

O mesmo ocorre quando se observam as pesquisas realizadas com seres humanos, o outro eixo de análise, com o propósito de compreender a visão dos participantes sobre temas relacionados à sexualidade, em que os adolescentes são em maior número. A visão do adolescente sobre a sexualidade tem variações nos estudos desde uma visão emancipatória, até como sinônimo de sexo, tal visão distinta, faz com que os adolescentes fiquem sem referência de como devem vivenciar a sua sexualidade, havendo em muitos momentos, por parte das instituições educacionais, uma postura encoberta em que há a valorização da heteronormatividade e de regras que a sociedade considera como sendo as vivências adequadas, algumas vezes

pautadas em visão moral e/ou religiosa ou mesmo biologizante com o aval científico para as posturas percebidas como corretas como forma de minimizar as doenças.

Poucos são os trabalhos que trazem a questão da educação sexual intencional desde a infância, a qual permitiria que se pudesse ter um olhar mais amplo, portanto os psicólogos, ao apresentarem os trabalhos realizados, parecem estar contribuindo de forma tímida para a efetiva disseminação das ideias da sexualidade como algo inerente ao desenvolvimento humano, já que há uma única pesquisa que se propôs a realizar um trabalho desde a educação infantil até o Ensino Médio, pontuando a necessidade de diferentes temáticas e linguagens para que o trabalho seja efetivo.

Pensando na educação sexual no ambiente educacional, os educadores, necessariamente têm que ser incluídos, já que são eles que darão a direção e a autorização para que a sexualidade possa ser ou não discutida nos ambientes educacionais e como ela será discutida. Os trabalhos apresentados mostram que o psicólogo apresenta tal visão, sendo que o trabalho realizado por este volta-se para a desconstrução de tabus e crenças incorretas sobre a sexualidade. Os educadores mostraram-se com pouca formação e utilizando-se dos recursos advindos de sua vivência pessoal, sendo necessário que os trabalhos desenvolvidos com este público possa levar à ressignificação da sexualidade, para assim poder ser feita uma discussão pautada em aspectos de cunho científico, caso contrário, os docentes mudam a nomenclatura, mas permanecem com posturas as quais não proporcionam espaço para a discussão da sexualidade na escola e/ou em ambientes educativos, portanto, havendo a informação, mas não a formação.

Os relatos de experiência direcionados para a pessoa com deficiência mostraram a dificuldade de a sociedade aceitar que estas pessoas podem e devem vivenciar a sua sexualidade de forma plena e responsável, sendo necessária a desconstrução com relação à percepção da pessoa com deficiência como infantilizada; estes são trabalhos pontuais que necessitam de maior visibilidade e abrangência como forma de inserção na sociedade.

O eixo de pesquisas apresentou ainda as pesquisas teóricas e referentes à revisão de literatura. Há um trabalho voltado a gênero referindo-se à homofobia e tendo como consequência o *bullying* em que observam-se questões da sexualidade que podem levar à violência em função dos pré-conceitos, mesmo que tenham em seu bojo uma abordagem pós estruturalista de gênero.

Na análise documental, os trabalhos apresentados, em sua maioria se apresentaram ainda como projetos, propostas de pesquisa nas quais não havia conclusão em especial. Propunham-se à análise documental dos documentos produzidos pelo governo federal, o que já se sabe existirem e já demonstram uma evolução no caminho dos Direitos Humanos e Sexuais, e assim, como a questão da oficialização da educação sexual por meio dos Parâmetros Curriculares de Educação Nacional.

No entanto, os PCN não fazem mais parte dos documentos utilizados na atualidade e houve um retrocesso com relação às políticas voltadas para a educação sexual, desde 2015 quando foi retirada a questão de gênero no Plano Nacional de Educação. Pode ser observado que há uma tendência política à valorização da heteronormatividade e da concepção moral na abordagem da sexualidade em tempos atuais, o que pode, por um lado enfraquecer as atuações legalizadas nas escolas, mas temos sinais nos trabalhos analisados que a educação sexual além de uma tarefa da família, é também da escola.

Quanto aos trabalhos que envolviam a mídia, um tinha uma visão da educação sexual formal de Portugal e o outro da educação sexual informal no Brasil. O trabalho brasileiro apresentado mostrou o fortalecimento da visão negativa da sexualidade em um programa em TV aberta de nível nacional. Em ambos podemos pensar o quanto a mídia influencia as concepções das pessoas, não sendo possível negar tal influência, não só da mídia televisiva, como da mídia digital.

Em boa parte dos trabalhos analisados, pudemos observar que o conceito de sexualidade evoluiu em nível de trabalhos apresentados, porém, ao se verificar as atividades desenvolvidas e a mídia, assim como o contexto sócio-político atual, a efetivação da educação sexual em ambiente educativo, seja escola ou outras instituições, tem sido insipiente, mesmo tendo um período de oficialização da educação sexual nas escolas, tal ação não se efetivou. Há a necessidade de a educação sexual ser legitimada no ambiente escolar. Os autores dos trabalhos são quase unânimes em pontuar que as pessoas se beneficiaram do trabalho realizado na instituição escolar em educação sexual e em trabalhos teóricos, pois para que haja mudança seria importante a inserção da educação sexual no ambiente escolar.

Em suma, podemos observar que a concepção acerca sexualidade tem modificado, mas as modificações têm sido lentas e pouco efetivas quando se observam os ambientes educacionais, sendo que estes deveriam ser espaços que

possibilitassem a troca de conhecimentos entre todos os que ali circulam. É necessária a ruptura de ideias cristalizadas acerca da sexualidade para que possa haver espaço às novas formas de perceber a si mesmo e à sociedade, e assim, levar a uma transformação social, rumo à construção da cidadania e do ambiente democrático.

Os psicólogos escolares enquanto profissionais que visam à inserção das minorias na sociedade contemporânea, precisam estar atentos à forma como a educação sexual se dá e fortalecer as ações que levem à educação sexual emancipatória, ocorrendo desde a Educação Infantil, com conteúdo e linguagem pertinente a cada faixa etária.

Para que este papel cumpra-se, é importante que sejam feitas ações em ambientes educativos, sendo possível, desta forma, desconstruir o conceito para a população geral de uma sexualidade associada à relação sexual, assim como a questão de uma sociedade heteronormativa a qual criminaliza e violenta as minorias sociais, dentre elas as minorias sexuais.

A escola é o espaço para essa construção, já que tem o propósito de apresentar conhecimentos sistematizados e científicos – diferente da educação sexual não intencional – e na qual as crianças e adolescentes permanecem até os 18 anos, período de construção da subjetividade. Portanto, as instituições educacionais são os espaços para a transformação social, a construção do respeito e minimização de preconceitos e violência.

Cabe a ressalva de que este trabalho teve foco em um tipo de Congresso e não remete à visão dos psicólogos escolares como um todo, mas os representa, já que a ABRAPEE tem esta finalidade.

É importante que tal pesquisa se estenda para outros trabalhos do psicólogo escolar, com dados de artigos, dissertações e teses que analisem o seu trabalho frente às temáticas sexualidade e educação sexual.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. *et al.* **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981. 96p.

ABRAPEE. Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. **Estatuto da ABRAPEE**. 2015. Disponível em: <https://abrapee.files.wordpress.com/2012/05/estatuto-da-abrapee-2015.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2018.

ACUNA, J. T. *et al.* Representações sociais de adolescentes sobre sexualidade e violência. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 11, 2013, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: ABRAPEE-UFSJ, 2013. Disponível em: http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/conpe_xi/sistema/anais/. Acesso em: 20 jan. 2017.

ALVES, R. **O desejo de ensinar e a arte de aprender**. Campinas, SP: Fundação EDUCAR DPaschoal, 2004. 63p.

ANTUNES, M. **A psicologia no Brasil**: leitura histórica sobre sua constituição. São Paulo: Ed. Unimarco EDUC, 2005.129p.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 12, n. 2, p. 469-475, jul./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200020. Acesso em:14 jan. 2015.

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006. 456 p.

ARAÚJO, T. P. *et al.* Proposta de orientação sexual para alunos do ensino médio. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 12; Annual Conference ISPA (International School Psychology Association), 37th, 2015. São Paulo. **Caderno de Resumos [...]** São Paulo: ABRAPEE, 2015. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2015/10/anais-xii-conpe_final_caderno-de-resumos.pdf. Acesso em: 25 jan. 2017.

AUGUSTO, V. O. **Uma contribuição à historiografia da educação sexual no Brasil**: análise de três obras de Antonio Austregésilo (1923, 1928 e 1939). 2015. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.

BAPTISTA, D. M. T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, M. L. (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. 144 p.

BARBOSA, E. G. Psicologia sócio-histórica na prática escolar: um programa de orientação sexual para pessoas com deficiência intelectual. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 12; Annual Conference ISPA (International School Psychology Association), 37th, 2015. São Paulo. **Caderno de Resumos [...]** São Paulo: ABRAPEE, 2015. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2015/10/anais-xii-conpe_final_caderno-de-resumos.pdf. Acesso em: 25 jan. 2017.

BARBOSA, D. R. **Estudos para uma história da psicologia educacional e escolar no Brasil**. Orientadora: Marilene P. R. de Souza. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-22072011-163136/pt-br.php>. Acesso em: 20 out. 2017.

BARBOSA, D. R.; SOUZA, M. P. R. Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 163-173, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/18.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARRETO, A. L. C. S.; MADUREIRA, A. F. A. Raça, gênero e sexualidade: a perspectiva de estudantes do ensino médio. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 13, 2017. Salvador. **Anais [...]** Salvador: ABRAPEE, 2017. Disponível em: <http://www.conpe2017.ufba.br/>. Acesso em: 04 fev. 2018.

BARROS, J. F. Saber docente e psicologia escolar: parcerias para orientação sexual na educação infantil. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 10, 2011. Maringá. **Anais [...]** Maringá: ABRAPEE, 2011. p. 6763. Disponível em: http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/conpe_x/sistema/anais/. Acesso em: 18 jan. 2017.

BEDIN, R. C. **História do núcleo de estudos da sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual na UNESP**. 2016. 154 f. Tese (Doutorado em Educação escolar) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016.

BENZONI, S. A. G. **Avaliação de crianças com queixa de dificuldade na aprendizagem escolar, diferenciadas quanto ao nível cognitivo**. 1988, 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – linha de pesquisa Saúde Mental) - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1998.

BENZONI, S. A. G.; VARGA, C. R. R. Uma análise de artigos sobre resiliência a partir de uma leitura kleiniana. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 369-378, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n3/v16n3a04.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BIESDORF, R. K. O papel da educação formal e informal: educação na escola e na sociedade. **Itinerarius reflections**, Jataí, v. 1 n. 10, p.1-13, ago., 2011. DOI: <https://doi.org/10.5216/rir.v1i10.1148>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/20432>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BONFIM, C. **Desnudando a educação sexual**. Campinas, SP: Papirus, 2012. 144 p.

BORGES, R. C. V. Gênero e sexualidade – conhecendo a história para transformar o futuro: interface entre psicologia social e processos educativos. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 10, 2011. Maringá. **Anais [...]** Maringá: ABRAPEE, 2011. p. 6703. Disponível em: http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/conpe_x/sistema/anais/. Acesso em: 18 jan. 2017.

BRASIL, C. S. D. **Educação sexual emancipatória no currículo de um curso de Pedagogia**: um estudo dos níveis de reflexão à prática pedagógica. 2009. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2009.

BRASIL. **Decreto n. 53.464 de 21 de janeiro de 1964**. Regulamenta a Lei nº 4.119, de agosto de 1962, que dispõe sobre a Profissão de Psicólogo. Portal da Legislação: Presidência da República: Casa Civil, Brasília, DF, 21 janeiro 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D53464.htm. Acesso em: 9 mar. 2019.

_____. **Lei n. 4.119 de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Portal da Legislação: Presidência da República: Casa Civil, Brasília, DF, 14 dezembro, 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm. Acesso em: 9 mar. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2014. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 jan. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 120p. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf. Acesso em: 17 maio 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 52 p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, caderno 2). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf. Acesso em: 18 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. **Plano nacional de educação em direitos humanos**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: UNESCO, 2007. 76 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 mai. 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 32 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Ciências Naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 138 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 164 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

BRINGEL, S. M. Educação sexual para pessoas com atraso mental: uma proposta inovadora. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 9, 2009. São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ABRAPEE, 2009. p. 18. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-ix-conpe_2009_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 18 jan. 2017.

CABREIRA, L. G. G.; GONÇALVES, J. M. C.; YAEGASHI, S. F. R. Educação sexual infantil em debate na sociedade portuguesa. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 10, 2011. Maringá. **Anais [...]** Maringá: ABRAPEE, 2011. p. 7546. Disponível em: http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/conpe_x/sistema/anais/. Acesso em: 18 jan. 2017.

CAMPOS, R. H. F.; BERNARDES, L. H.G. A revista psicologia: ciência e profissão: um registro da história recente da psicologia brasileira. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 508-525, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n4/v25n4a02.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

CAOBIANCO, J. F. C. Currículo escolar e a educação sexual In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 8, 2007a. São João Del Rei. **Anais [...]** São João Del Rei: ABRAPEE, UFSJ, 2007. p. 256. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-viii-conpe_2007_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. O professor perante a educação sexual. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 8 ,2007b. São João Del Rei. **Anais [...]** São João Del Rei: ABRAPEE, UFSJ, 2007. p. 414. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-viii-conpe_2007_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. A apropriação da sexualidade pelo adolescente: dúvidas, vivências e mitos. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 9, 2009. São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ABRAPEE, 2009. p. 16-17 Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-ix-conpe_2009_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 18 jan. 2017.

CARVALHO, G. M. D. Educação sexual: diálogos de adolescentes e com a mídia televisiva. In: BRUNS, M. A. T.; MELO, S. M. M. (orgs.). **Desafios da educação sexual: interfaces pertinentes com a comunicação e tecnologia**. Curitiba: CRV, 2016.

CARVALHO, M. C.; SÍVORI, H. F. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. **Cadernos Pagu**, dossiê conservadorismo, direitos, moralidades e violência, Campinas, n. 50, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500017>. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500017.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

CASERI, A. E.; MARIANO, C. S. Discursos sobre a sexualidade infantil e juvenil no programa “Profissão Repórter”. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 13, 2017. Salvador. **Anais [...]** Salvador: ABRAPEE, 2017. Disponível em: <http://www.conpe2017.ufba.br/>. Acesso em: 04 fev. 2018.

CASTRO, G. D. A psicologia desconstruindo gênero na escola. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 13, 2017. Salvador. **Anais [...]** Salvador: ABRAPEE, 2017. Disponível em: <http://www.conpe2017.ufba.br/>. Acesso em: 04 fev. 2018.

CAVALCANTE, L. A.; AQUINO, F. S. B. Ações de psicólogos escolares de João Pessoa sobre queixas escolares. **Psicol. Estud.**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 353-362, abr./jun., 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722013000200016>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722013000200016>. Acesso em: 04 out. 2017.

CEREZUELA, C.; MORI, N. N. R. A educação escolar e a teoria histórico-cultural. EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação. PUC PR de 26 a 29 de Out. 2015, p. 1251-1264. In: XII EDUCERE, 2015, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: Editora da PUCPR, 2015. v. 1. p. 1251-1264. Disponível em: <http://educere.pucpr.br/2015/pt/publicacoes-anais-do-congresso.html>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual**. 22 mar. 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 12 jan. 2018

_____. **Notícias Resolução CFP 01/99 é mantida em decisão judicial**. 16 set. 2017. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/resolucao-cfp-0199-e-mantida-em-decisao-judicial/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. **Seminário nacional do ano da educação psicologia: profissão na construção da educação para todos**. Brasília: CFP, 2009. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/seminario-nacional-do-ano-da-educacao-psicologia-profisso-na-construo-da-educacao-para-todos/>. Acesso em: 20 mar.2018.

_____. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2013. 58 p. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Refer%C3%A2ncias-T%C3%A9cnicas-para->

Atua%C3%A7%C3%A3o-de-Psicologas-os-na-educa%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica.pdf. Acesso em: 15 mar. 2017.

COSTA, A. P.; RIBEIRO, P. R. M. Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 475-489, mai./ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200011/19397>. Acesso em: 04 jan. 2018.

COSTA, Z. L. S. Gênero e sexualidade na escola. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 13, 2017. Salvador. **Anais [...]** Salvador: ABRAPEE, 2017. Disponível em: <http://www.conpe2017.ufba.br/>. Acesso em: 04 fev. 2018.

COSTA, Z. L. S.; SILVA, D. Q. Educação sexual ou orientação sexual: sexualidade e gênero como tema transversal nas escolas. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 13, 2017. Salvador. **Anais [...]** Salvador: ABRAPEE, 2017. Disponível em: <http://www.conpe2017.ufba.br/>. Acesso em: 04 fev. 2018.

COUTINHO, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. Religião, religiosidade e iniciação sexual na adolescência e juventude. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 333-365, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982014000200006>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v31n2/a06v31n2.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CRPSP. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.). **Exposição 50 anos da psicologia no Brasil**: a história da psicologia no Brasil. São Paulo: CRPSP, 2011. Disponível em: <http://www.crsp.org/fotos/pdf-2015-10-06-12-34-36.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2017.

ESPERANÇA, Â. C. Estudo relacionado à orientação sexual (EROS): a sexualidade na escola e as concepções de professores de ensino fundamental. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 8, 2007. São João Del Rei. **Anais [...]** São João Del Rei: ABRAPEE, UFSJ, 2007. p. 161. Disponível em: https://abraper.files.wordpress.com/2012/02/anais-viii-conpe_2007_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 15 jan. 2017.

FARIA, A. B. Sexualidade e adolescentes: estudo numa escola pública de Porto Velho. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 10, 2011. Maringá. **Anais [...]** Maringá: ABRAPEE, 2011. p. 7181. Disponível em: http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/conpe_x/sistema/anais/. Acesso em: 18 jan. 2017.

FERNÁNDEZ, Alicia. **O saber em jogo**: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamentos. Orto Alegre: Artmed, 2001.

FERRAZ, T. *et al.* Tema transversal: orientação sexual junto a adolescentes privados de liberdade. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 10, 2011. Maringá. **Anais [...]** Maringá: ABRAPEE, 2011. p. 7304. Disponível em: http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/conpe_x/sistema/anais/. Acesso em: 18 jan. 2017.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: UEL, 2010. 260p.

_____. **Formação de educadores sexuais**: adiar não é mais possível. Londrina: Eduel, 2014. 400 p.

_____. A produção teórica no Brasil sobre educação sexual. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 98, p. 50-63, 1996. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/795>. Acesso em: 23 jun. 2016.

FIKS, M.; VIOLANTE, R. P. Elaboração de políticas públicas para tratar a sexualidade na rede de ensino de Nortelândia. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 8, 2007. São João Del Rei. **Anais [...]** São João Del Rei: ABRAPEE, UFSJ, 2007. p. 887. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-viii-conpe_2007_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 15 jan. 2017.

FRANSCHINI, R.; VIANA, M. N. (orgs.). **Psicologia escolar**: que fazer é esse? Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 2016. 215p. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-escolar-que-fazer-e-esse/>. Acesso em: 20 mai. 2018.

FREITAS, A. V.; PIRES, C. M. C. Estado da arte em educação matemática na EJA: percursos de uma investigação. **Ciênc. educ.**, Bauru, v. 21, n. 3, p. 637-654, set. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320150030008>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132015000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 mar. 2018.

FREUD, S. **Sobre as teorias sexuais das crianças**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Obras Completas, v.9.).

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 190 p.

GARCIA, M. R. V. Homofobia e heterossexismo nas escolas brasileiras: discussão da produção científica no Brasil e no mundo. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 9, 2009. São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ABRAPEE, 2009. p. 159. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-ix-conpe_2009_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 18 jan. 2017.

GESSER, M. Atuação do psicólogo em gênero e sexualidade nas políticas públicas de educação. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 12; *Annual Conference ISPA (International School Psychology Association)*, 37th, 2015. São Paulo. **Caderno de Resumos [...]** São Paulo: ABRAPEE, 2015. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2015/10/anais-xii-conpe_final_caderno-de-resumos.pdf. Acesso em: 25 jan. 2017.

GIONGO, C.; OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M. (Des)enlaces da psicologia escolar na rede pública de ensino. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 859-874, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642010000400011>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642010000400011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 jan. 2016.

GONINI, F. A. C. **A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPED: estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica**. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

GUZZO, R. S. L. *et al.* Psicologia e educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. especial, p. 131-141, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500012>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 mar. 2015.

GUZZO, R. S. L. Escola amordaçada: compromisso do psicólogo com este contexto. In: MARTÍNEZ A. M. (org.). **Psicologia escolar e compromisso social**. Campinas: Alínea, 2005. p. 17-29.

_____. Psicologia escolar mais um passo à frente (editorial). **Psicol. Esc. Educ.**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 7-8, 1996. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413->

85571996000100001. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85571996000100001&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 mai. 2018.

HENNIGEN, I. Psicologia em instituições escolares: impasses, possibilidades. **Psic. da Ed.**, São Paulo, v. 33, 2º sem., p. 49-75, 2011. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000200004. Acesso em: 20 out. 2016.

HERBST, P. C. Psicologia escolar: uma reflexão sobre a sexualidade na adolescência. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 8 ,2007. São João Del Rei. **Anais [...]** São João Del Rei: ABRAPEE; UFSJ, 2007. p. 895. Disponível em:
https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-viii-conpe_2007_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 15 jan. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do senso de educação superior** – 2016. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf. Acesso em: 25 fev. 2019.

KUPFER, M. C. O que toca à/a Psicologia Escolar. In: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. (orgs.). **Psicologia escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 51-61.

LEÃO, A. M. C. **A percepção do(a)s professore(a)s e coordenadore(a)s dos cursos de pedagogia da UNESP quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo**: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. 2012. 259 f. (Relatório final de pesquisa de Pós-Doutorado) - Departamento de Psicologia da Educação, Núcleo de Estudos da Sexualidade (NUSEX), Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Araraquara, 2012.

_____. **Estudo analítico-descritivo do curso de pedagogia da UNESP-Araraquara quanto a inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos**. 2009. 343p. Tese (Doutorado em Educação Escolar), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Psicologia e Educação, Araraquara, 2009.

LIMA, L. R. *et al.* A orientação de alunos / pesquisadores no ensino fundamental: novas frentes de trabalho para o psicólogo escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 9, 2009. São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ABRAPEE, 2009. p. 22 Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-ix-conpe_2009_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 18 jan. 2017.

LISPECTOR, C. **Uma aprendizagem ou o Livro dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MACHADO, L. M.; LEMES, S. S. **Orientações para elaboração do trabalho de conclusão de curso: o projeto de pesquisa**. Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação: Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MAIA, A. C. B. *et al.* Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 151-156, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n1/v17n1a16.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MAIA, A. C. B. Conceito amplo de sexualidade no processo de educação sexual. **Revista Psicopedagogia online - Educação & Saúde**, São Paulo, v. 1, 2010. Disponível em: http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1303. Acesso em: 15 jun. 2015.

MAIA, A. C.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa: Revista Paulista de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124985>. Acesso em: 13 mai. 2016.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 16, n. 2, p.159-176, mai./ago. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382010000200002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-65382010000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 jan. 2017.

MARANHÃO, F. Educação sexual nas escolas é menor do que imaginamos. **Revista Nova Escola**, 13 fev. 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/15749/educacao-sexual-nas-escolas-e-menor-do-que-imaginamos>. Acesso em: 27 fev. 2019.

MAROLA, C. A. G.; SANCHES, C. S. M.; CARDOSO, L. M. Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 33, p. 95-118, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 mar. 2018.

MARTINEZ, A. M. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010. Disponível em:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6292/1/ARTIGO_QuePodeFazer.pdf. Acesso em: 30 jan. 2015.

MEIRA, M. E. M *et al.* Psicologia escolar, desenvolvimento humano e sexualidade: projetos de orientação sexual em instituições educacionais. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2006. Disponível em: http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/199. Acesso em: 20 abr. 2018.

MEIRA, M. M.; ANTUNES, M. A. M. **Psicologia escolar**: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003a. 170 p.

MEIRA, M. M.; ANTUNES, M. A. M. **Psicologia escolar**: práticas críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003b. 129 p.

MELO, S. M. M. Desvendando a sexualidade também no ciberespaço. In: RIBEIRO, P. R. M.; FIGUEIRÓ, M. N. D.; MELO, S. M. M. (orgs.). **Educação sexual no Brasil**: panorama de pesquisas do sul e do sudeste. São Paulo: Cultura Acadêmica-UNESP, 2009. p. 49-55.

MELO, S. M. M.; BRASIL, C. S. D.; FREITAS, M. Uma contribuição à formação de educadores: a inserção curricular da disciplina educação e sexualidade no curso de pedagogia, na modalidade a distância, CEAD/UDESC. In: FIGUEIRÓ, M. N.D., RIBEIRO, P. R. M. (orgs.). **Sexualidade, cultura e educação sexual**: propostas para reflexão. Araraquara: Cultura Acadêmica, Laboratório Editorial da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2006. p. 197-210.

MELO, E. M. O. *et al.* O dito e o não dito na educação sexual: uma produção discursiva. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 346-361, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a10.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MELO, S. M. M. de. **Corpos no espelho**: a percepção da corporeidade em professoras. Campinas: Mercado das Letras, 2004. 360 p.

MENDONÇA, J. G. R.; RIBEIRO, P. R. M. Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-12, 2010. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v5i1.3495>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3495/3266>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 144 p. (Coleção temas sociais).

MOKWA, V. M. N. F. **Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista**. 2014. 275 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

NEUMANN, P.; HASS, A. P. O. Sexualidade e afetividade na adolescência: atuação multidisciplinar na educação. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 10, 2011. Maringá. **Anais [...]** Maringá: ABRAPEE, 2011. p. 6724. Disponível em: http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/conpe_x/sistema/anais/. Acesso em: 18 jan. 2017.

NEVES, M. M. B. *et al.* Formação e atuação em psicologia escolar: análise das modalidades de comunicações nos congressos nacionais de psicologia escolar e educacional. **Psicol. cienc. Prof**, Brasília, v. 22, n. 2, jun. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000200002. Acesso em: 20 jun. 2017.

NÓBREGA-TERRIEN, S. M.; TERRIEN, J. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em avaliação educacional**, v. 15, n. 30, p. 5-16, jul./dez. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.18222/eae153020042148>. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2148/2105>. Acesso em: 20 jun. 2017.

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas, SP: Papyrus, 2003. 150 p.

NUNES, L. G. A.; ROCHA, D. S. Quando as crianças querem falar de sexo... De que forma a psicologia escolar pode colaborar com essa demanda no cotidiano escolar? In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 9, 2009. São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ABRAPEE, 2009. p. 352. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-ix-conpe_2009_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 18 jan. 2017.

NUNES, M. L. T. Entrevista como instrumento de pesquisa. In: MACEDO, M. M. K.; CARRASCO, L. K. **(Con)textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 207-222.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. 136 p. (Coleção polêmicas de nosso tempo).

OLIVEIRA, A. L. A. R. M. Diversidade sexual e escola: reflexões sobre os discursos dos profissionais da educação. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 10, 2011. Maringá. **Anais [...]** Maringá: ABRAPEE, 2011. p. 7275. Disponível em: http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/conpe_x/sistema/anais/. Acesso em: 18 jan. 2017.

OLIVEIRA, E. P.; FERRACIOLI, M. U. Orientação sexual, diversidade e o psicólogo escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 10, 2011. Maringá. **Anais [...]** Maringá: ABRAPEE, 2011. p. 7359. Disponível em: http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/conpe_x/sistema/anais/. Acesso em: 18 jan. 2017.

OLIVEIRA, S. S. B. Significados de sexualidade e educação sexual para uma comunidade escolar Manauara. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 9, 2009. São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ABRAPEE, 2009. p. 258. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-ix-conpe_2009_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 18 jan. 2017.

OSÓRIO, L. C. **Adolescência hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 103 p.

OUTEIRAL, J. **Adolescer**: estudos revisados sobre adolescência. Rio de Janeiro: Revinter, 2003. 146 p.

PAIVA, V. A psicologia redescobrirá a sexualidade? **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 641-651, out./dez., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n4/v13n4a02.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

PALANCH, W. B. L.; FREITAS, A. V. Estado da arte como metodologia de trabalho científico na área de educação matemática: possibilidades e limitações. **Perspectivas da Educação Matemática**, Mato Grosso do Sul, v. 8, n. 18, p. 783-802, 2015. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/867>. Acesso em: 18 jan. 2017.

PASCOTO, R. Primeiras manifestações de identidade de gênero In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 8, 2007. São João Del Rei. **Anais [...]** São João Del Rei: ABRAPEE; UFSJ, 2007. p. 128. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-viii-conpe_2007_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 15 jan. 2017.

PATTO, M. H. S. **Introdução a psicologia escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981. 468 p.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984. 229 p.

PAULA, L. D.; MADUREIRA, A. F. A. Gênero, sexualidade e diversidade na perspectiva de psicólogos/as escolares do Distrito Federal. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 13, 2017. Salvador. **Anais [...]** Salvador: ABRAPEE, 2017. Disponível em: <http://www.conpe2017.ufba.br/>. Acesso em: 04 fev. 2018.

PEDROSA, A. S. S.; OLIVEIRA, H. S. G.; SILVA, I. Oficina de educação sexual: relato de experiência em escola pública de ensino fundamental de Manaus/AM In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 8, 2007. São João Del Rei. **Anais [...]** São João Del Rei: ABRAPEE, UFSJ, 2007. p. 166. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-viii-conpe_2007_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 15 jan. 2017.

PEREIRA, V. A. *et al.* Programa de orientação sexual: intervenção junto a educadores e adolescentes. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 10, 2011. Maringá. **Anais [...]** Maringá: ABRAPEE, 2011. p. 6780. Disponível em: http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/conpe_x/sistema/anais/. Acesso em: 18 jan. 2017.

PETRENAS, R. de C. **O estado da arte sobre as temáticas sexualidade, educação sexual e gênero nos encontros nacionais de didática e prática de ensino - ENDIPE (1996-2012)**. 2015. 322 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.

PETRONI, A. P.; SOUZA, V. L. T. Psicologia Escolar: análise sobre dificuldades e superações no Brasil e Portugal. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 13-20, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n1/2175-3539-pee-21-01-00013.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2018.

POLONIO, D. F.; SCHWERTNER, S. F. Em discurso: ações e atividades realizadas com alunos de oitava série. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 12; *Annual Conference ISPA (International School Psychology Association)*, 37th, 2015. São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ABRAPEE, 2015. p. 24. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2015/10/anais-xii-conpe_final_caderno-de-resumos.pdf. Acesso em: 25 jan. 2017.

RAMOS, C. A indignação dialética: paixão e resistência em Maria Helena Souza Patto. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 499-528, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pusp/2011nahead/aop1811_ConradoRamos.pdf. Acesso em: 27 out. 2016.

REIS, G. V. **Sexologia e educação sexual nas décadas de 1920 - 1950**: um estudo sobre a obra de José de Albuquerque. 2006. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006.

RIBEIRO, P. R. M. Entrevista: educação para a sexualidade. **Revista Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 07-15, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7867/5068>. Acesso em: 24 abr. 2018.

_____. **O sexo nosso de cada dia...** Algumas reflexões sobre atitudes e comportamentos sexuais no Brasil colônia a partir de documentos da inquisição. 2007. (Tese de Livre-Docência em Sexologia e Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2007.

_____. A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In: BORTOLOZZI, A. C.; MAIA, A. F. (orgs.). **Sexualidade e infância**. Brasília: MEC/SEF, 2005. p.17-32.

_____. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In _____. (org.) **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 15-25.

_____.; BEDIN, R. C. Notas preliminares sobre historiografia da educação sexual brasileira: apontamentos de uma cronologia descritiva. 1) atitudes e comportamentos sexuais no Brasil nos documentos da inquisição dos séculos XVI e XVII. **Doxa: Revista Paulista de Psicologia e Educação**, São Paulo, v. 17, n. 2 p. 149-168, jul./dez, 2013. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v20i2>.

_____.; HEREDERO, E. S. Educação sexual: um campo em construção. **Jornal Unesp**, nov., 2015, p. 3. (Suplemento Fórum). Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUK EwiFsf3Z_YPhAhUFqxoKHefZDKsQFjAAegQICBAC&url=http%3A%2F%2Fwww.une sp.br%2FModulos%2FNoticias%2F19769%2Fforum--- novembro_site.pdf&usg=AOvVaw2451oINXZdsTf0liLYRCrU. Acesso em: 15 jun. 2017.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível

em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd99=issue&dd0=19>. Acesso em: 24 abr. 2018.

RUSSO, J. *et al.* **Sexualidade, ciência e profissão no Brasil**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011. 160 p.

SANTOS, D. C. O. *et al.* Mapeamento de competências do psicólogo escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 225-234, 2017a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-85572017000200225&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 28 mar. 2018.

SANTOS, R. S. *et al.* Atuação do estagiário de psicologia nas escolas: intervenções na redução do preconceito. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 13, 2017. Salvador. **Anais [...]** Salvador: ABRAPEE, 2017b. Disponível em: <http://www.conpe2017.ufba.br/>. Acesso em: 04 fev. 2018.

SANTOS, S. R. **A educação sexual no Brasil colônia prescrita nos regimentos do santo ofício da inquisição portuguesa (1552-1774)**. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual do Paraná, Araraquara, 2014.

SAVIANI, D. Teorias da educação e o problema da marginalidade. In: _____. **Escola e democracia**. São Paulo: Editores Associados. 2005. p. 03-34.

SCALIA, A. C. M. A. **Um estudo histórico da educação sexual no Brasil colonial a partir das representações do corpo feminino encontradas em crônicas e xilogravuras do século XVI**. 2014. 113 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

SCALIA, A. C. M. A. **A Companhia de Jesus e a formação da cultura sexual brasileira: um estudo histórico e documental a partir dos escritos do Padre Manuel da Nóbrega**. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2009.

SCHINDHELM, V. G. A construção da sexualidade infantil. Considerações sobre o papel do educador. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 10, 2011. Maringá. **Anais [...]** Maringá: ABRAPEE, 2011. p. 6893. Disponível em: http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/conpe_x/sistema/anais/. Acesso em: 18 jan. 2017.

SILVA, A. K. *et al.* Sexualidade e gênero sob a ótica de alunos de uma escola pública. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 13, 2017. Salvador.

Anais [...] Salvador: ABRAPEE, 2017. Disponível em: <http://www.conpe2017.ufba.br/>. Acesso em: 04 fev. 2018.

SILVA, M. M.; ROSA, J. R. Orientação sexual com adolescentes na perspectiva da psicologia sócio-histórica. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 9, 2009. São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ABRAPEE, 2009. p. 17-18. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-ix-conpe_2009_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 18 jan. 2017.

SILVA, R. C. P. **Pesquisas sobre formação de professores / educadores para abordagem da educação sexual na escola**. 2004. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2004.

SOARES, P. G.; ARAUJO, C. M. M. Práticas emergentes em psicologia escolar: a mediação no desenvolvimento de competências dos educadores sociais. **Psicol. Esc. Educ.**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 45-54, jan./jun., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a05.pdf>. Acesso: 29 out. 2016.

SOUZA, C. S.; GONTIJO, D. R. Projeto afetividade e sexualidade na adolescência: intervenção em psicologia escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 11, 2013. Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: ABRAPEE, 2013. Disponível em: http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/conpe_x/sistema/anais/. Acesso em: 18 jan. 2017.

SOUZA, C. S. *et al.* A psicologia escolar trabalhando a afetividade e a sexualidade na educação básica. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 12; *Annual Conference ISPA (International School Psychology Association)*, 37th, 2015. São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ABRAPEE, 2015.p. 22. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2015/10/anais-xii-conpe_final_caderno-de-resumos.pdf. Acesso em: 25 jan. 2017.

STEARNS, P. N. **História da sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010. 258 p.

TANAMACH, E. R. Mediações teórico-práticas de uma visão crítica em psicologia escolar. In: TANAMACHI, E. R.; PROENÇA, M.; ROCHA, M. L. (orgs.). **Psicologia e educação: desafios teórico práticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 73-103.

TONUS, K. P. A importância do ensino de temas ligados à educação sexual para jovens surdos nas classes especiais. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 8, 2007. São João Del Rei. **Anais [...]** São João Del Rei: ABRAPEE; UFSJ, 2007. p. 612. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-viii-conpe_2007_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 15 jan. 2017.

TORRES, L. A. Educação sexual: percepções de adolescentes. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 12; *Annual Conference ISPA (International School Psychology Association)*, 37th, 2015. São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ABRAPEE, 2015. p. 276. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2015/10/anais-xii-conpe_final_caderno-de-resumos.pdf. Acesso em: 25 jan. 2017.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 507-514, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. **Tratado da metodologia da pesquisa clinico qualitativa**: construções teórico-epistemológicas, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 685 p.

VARELA, C. M.; RIBEIRO, P. R. C. Educação para a sexualidade: a constituição de um campo conceitual. In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (orgs.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 11-24.

VALÉRIO, T. P. Informação sexual diferenciada. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 8 ,2007. São João Del Rei. **Anais [...]** São João Del Rei: ABRAPEE; UFSJ, 2007. p. 888. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-viii-conpe_2007_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 15 jan. 2017.

VIEIRA, P. M.; MATSUKURA, T. S. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 453-474, abr.-jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782017226923>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n69/1413-2478-rbedu-22-69-0453.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

WHO. *World Health Organization. Constitution of the World Health Organization*. 2006. Disponível em: http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf. Acesso em: 25 fev. 2018.

WITTER, G. P. Entrevista com a fundadora da ABRAPEE Prof. Dra. Solange Múglia Wechsler. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-4, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v1n1/v1n1a14.pdf>. Acesso em: 17 set. 2015.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. 218 p.

ZAMPIERI, M. C. **O comportamento sexual do universitário brasileiro**: estudo analítico-descritivo acerca de suas concepções, valores e atitudes sobre a sexualidade. 2007. Tese (Doutorado em educação Escolar) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2007.

ZANATTA, L. F. *et al.* A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as). **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 443-458, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n2/1517-9702-ep-42-2-0443.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

ZUCCHI, E. M. *et al.* A (in)visibilidade de alunos afetados pela AIDS no cotidiano escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 8, 2007. São João Del Rei. **Anais [...]** São João Del Rei: ABRAPEE; UFSJ, 2007. p. 168. Disponível em: https://abrapee.files.wordpress.com/2012/02/anais-viii-conpe_2007_issn-1981-2566.pdf. Acesso em: 15 jan. 2017.